

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS- CCSH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
MESTRADO EM HISTÓRIA

Marisete de Mattos Morais

**A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO EM SÃO LUIZ GONZAGA-RS:
TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DO CLUBE RECREATIVO
IMPERATRIZ**

Santa Maria, RS
2019

Marisete de Mattos Moraes

**A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO EM SÃO LUIZ GONZAGA-RS:
TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DO CLUBE RECREATIVO IMPERATRIZ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial de avaliação e obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientador: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Santa Maria, RS
2019

Morais, Marisete de Mattos

A participação do negro em São Luiz Gonzaga-RS:
trajetórias e memórias do Clube Recreativo Imperatriz /
Marisete de Mattos Moraes.- 2019.

166 p.; 30 cm

Orientador: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2019

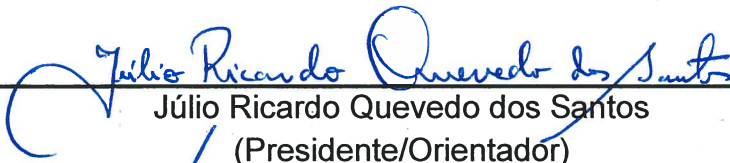
1. Clube negro 2. Clube multiétnico 3. São Luiz
Gonzaga-RS 4. Memória 5. Patrimônio I. Santos, Júlio
Ricardo Quevedo dos II. Título.


Marisete de Mattos Morais

**A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO EM SÃO LUIZ GONZAGA-RS:
TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DO CLUBE RECREATIVO IMPERATRIZ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial de avaliação e obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovado em 26 de março de 2019:


Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
(Presidente/Orientador)


Leandro Jorge Daronco
(Professor externo)


Maria Catarina Chitolina Zanini
(Professor interno)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todas as bênçãos, pela força de seguir em frente na minha jornada de 40 horas de sala de aula (no estado, com o salário parcelado), conciliando com as aulas do mestrado e viagens; pela proteção na estrada, seja de carro ou de ônibus (São Pedro), e pela meta finalmente a ser alcançada, conclusão do tão sonhado mestrado. Sem a ajuda divina, seria impossível prosseguir e concretizar esta conquista.

No entanto, houveram muitas pessoas que me auxiliaram neste processo:

- O marido Diego de Moura Silva, que várias vezes acordou mais cedo para me levar na Rodoviária, a Santo Ângelo para eu pegar carona, ou até mesmo à Santa Maria; pela compreensão das minhas incansáveis horas de estudos, por ficar em casa quando eu não podia sair para dar conta das leituras, escritas, artigos e corrigir as provas dos alunos;

- Os colegas do curso, pela parceria, trocas de experiências, caronas e participações em eventos;

- A UFSM, o PPGH, que sempre estiveram disponíveis para resolver nossos problemas e aos professores por suas aulas, reflexões, ensinamentos e contribuições para a escrita desta dissertação;

- O meu orientador, professor Júlio Quevedo, pelas contribuições, disponibilidade, conhecimento compartilhado, auxílio nas leituras, pesquisas e em toda a trajetória do curso;

- O Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga, que forneceu aparato bibliográfico sempre que necessitei, bem como as agradáveis conversas e histórias da Professora Anna Olívia do Nascimento que muito auxiliaram nesta pesquisa;

- Os colegas do Instituto Estadual Rui Barbosa de São Luiz Gonzaga que sempre apoiaram meus estudos e ajudavam na organização dos horários de aulas para ser possível conciliar o trabalho e o mestrado;

- Em especial, os entrevistados, pois sem suas memórias, contribuições, fotos e disponibilidade, não seria possível escrever este trabalho.

Enfim, cada um teve sua contribuição nestes dois anos de estudos, correria e aprendizado. Meu agradecimento a todos.

A negra fúria guerreira
Não se dobra ao opressor
Enfrentam de alma aberta
O chicote e o feitor
Quem nasceu para ser livre
De pouco interessa a cor.
(Quilombo das Luzia)

RESUMO

A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO EM SÃO LUIZ GONZAGA-RS: TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DO CLUBE RECREATIVO IMPERATRIZ

AUTORA: Marisete de Mattos Morais

ORIENTADOR: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Este estudo, constitui-se uma investigação sobre importante patrimônio material e imaterial afro-brasileiro quase desconhecido da história oficial de São Luiz Gonzaga-RS: o Clube Literário e Recreativo Imperatriz, fundado em 1943, destinado a comunidade negra e, anos mais tarde, aos demais populares do município e região. A partir da centralidade do tema, objetiva-se investigar por meio da memória, a trajetória de algumas famílias negras, além dos aspectos culturais, políticos e sociais que envolveram a fundação e manutenção do clube. Busca-se também inserir o Clube Literário e Recreativo Imperatriz no cadastro de Clubes Negros do Rio Grande do Sul. Para atingir seus objetivos, utiliza-se de conceitos e histórias de clubes sociais negros, bem como uma trajetória dos africanos no Brasil, Rio Grande do Sul e região das Missões, além de abordar concepções de memória em consonância com a História Oral e o patrimônio. A pesquisa que obtêm como Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio, utiliza-se de entrevistas que reconstróem o cotidiano do clube, seu surgimento e outros acontecimentos importantes, que será empregada juntamente com as fontes oficiais como atas, estatuto, leis municipais, livros, códigos de postura, entre outros. Assim, busca-se investigar elementos que comprovem as vivências como local de lazer e resistência cultural, identificando atrativos como: biblioteca, participação nos carnavais de rua e festividades diversas. Visa-se ainda, contribuir para o processo de visibilidade dos afro-brasileiros do município e, para a reinterpretção da própria história local-regional

Palavras chave: História. Memória. Clube Negro. Clube Literário e Recreativo Imperatriz.

ABSTRACT

THE PARTICIPATION OF BLACK IN SÃO LUIZ GONZAGA-RS: TRAJECTORIES AND MEMORIES OF THE IMPERAT RECREATIVE CLUB

AUTHOR: Marisete de Mattos Morais

ADVISOR: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

This study constitutes an investigation into important Afro-Brazilian material and immaterial patrimony almost unknown in the official history of São Luiz Gonzaga-RS: the Literary and Recreative Club Imperatriz, founded in 1943, destined to the black community and years later to the others popular in the municipality and region. From the centrality of the theme, the objective is to investigate through memory, the trajectory of some black families and cultural, political and social aspects that involved the foundation and maintenance of the club. It also seeks to insert the Literary and Recreational Club Imperatriz in the register of Black Clubs of Rio Grande do Sul. To achieve its objectives, it uses concepts and stories of black social clubs, as well as a trajectory of Africans in Brazil, Rio Grande the South and the Region of the Missions, in addition to approaching conceptions of memory in line with Oral History and heritage. The research uses interviews that reconstruct the daily life of the club, its emergence and other important events, which will be used together with the sources official documents such as minutes, statute, municipal laws, books, posture codes, among others. Thus, we seek to investigate elements that prove the experiences as a place of leisure and cultural resistance, identifying attractions such as: library, participation in street carnivals and various festivities. It is also intended to contribute to the process of visibility of the Afro-Brazilians of the municipality and, for the reinterpretation of the local-regional history itself

Keywords: History. Memory. Patrimony. Black Club.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Africanos negros e descendentes nos Sete Povos das Missões – 181453	
Imagem 2 - Mapa da região das Missões	58
Imagem 3 - Pintura de Luiza Vieira de Oliveira e Severiano Franco de Lima	60
Imagem 4 - Local onde a família de Luiza residiu ao chegar na Vila Treze de Janeiro	61
Imagem 5 - Local da sanga onde Luzia lavava as roupas para sustentar sua família - hoje é um açude – 2019.....	62
Imagem 6 - Festa de aniversário de Luiza (sentada) e cinco filhas (da esquerda para a direita) Marli, Maria Antônia, Maria Irma, Otacília e Setembrina	64
Imagem 7 - Confraternização no Quilombo das Luzia com Pedro Ortaça, no Piquete Nego Betão	70
Imagem 8 - Tereza de Oliveira Carvalho e Otacília Oliveira de Oliveira	71
Imagem 9 - Tenente Coronel João Luiz Nascimento e a esposa Carolina.....	72
Imagem 10 - Notas de falecimento de Eva Cardoso	74
Imagem 11 - 1º Pelotão do 8º Esquadrão - na primeira fileira, o terceiro sentado é 3º Sgt. Hemitério Cardoso – 1930	74
Imagem 12 - Hemitério Cardoso, sua mãe Eva Félix Cardoso e o irmão João Cardoso.....	76
Imagem 13 - João Cardoso como capitão do Exército Brasileiro – década de 1980	76
Imagem 14 - Anna Olívia do Nascimento em pé, ao lado João Dutra, Prefeito de Bossoroca e o Tenente Cardoso.....	78
Imagem 15 - Apresentação da banda do 4º RCB, gerenciado pelo Sgt. Roque	80
Imagem 16 - Sgt. Roque Fortes e sua família na Câmara de Vereadores de SLG, na entrega do título de cidadão são-luizense – 2003.....	81
Imagem 17 - Placa de homenageado da Semana da Pátria – 2014.....	82
Imagem 18 - Homenagem ao trabalho desenvolvido na Banda Marcial da URI – 2016	83
Imagem 19 - Banco da Praça Matriz de São Luiz Gonzaga representando a Bília e o Jacinto.....	86
Imagem 20 - Partida de futebol na Praça de Polícia - hoje Vila Militar. Ao fundo aparece o quartel sendo construído – 1922	96
Imagem 21 - 4º RCB – 1977	97
Imagem 22 - Da esquerda para a direita: Luiz Gonzaga tocando pandeiro, Terezinha do Carmo tocando gaita e Manoel Alexandre tocando violão no Clube Recreativo Imperatriz – 1962	108
Imagem 23 - Luiz Gonzaga Pedroso de Oliveira, em seu ateliê – 2019.....	109
Imagem 24 - Espaço interno do Clube, ao fundo vê-se o palco – 2018	118
Imagem 25 - Espaço interno do Clube, onde vê-se a pista de dança, mesas e cadeiras, a copa e os banheiros – 2018.....	119
Imagem 26 - Sede do Clube Literário e Recreativo Imperatriz – 2018.....	119
Imagem 27 - Festa de aniversário de Fagundes, no Clube - década de 1980.....	122
Imagem 28 - Festa de aniversário no Clube - década de 1980.....	122
Imagem 29 - Aniversário infantil no clube - década de 1980.....	123
Imagem 30 - Aniversário de Fagundes no Clube (de amarelo), ao lado esquerdo de camisa listrada seu esposo - Anos 2000.....	123
Imagem 31 - Confraternização no Clube - Família de Dias, irmãos, cunhadas dentro do clube, quando ainda era de madeira, sala que aparece atrás era onde se guardava os casacos e chapéus.- década de 1990	123

Imagem 32 - Festividade na parte externa do clube. O sofá era considerado tradicional para as famílias tirarem as fotos - década de 1990.....	124
Imagem 33 - Churrasco realizado pelos sócios em espaço que havia no fundo do clube, com cancha de bocha e churrasqueira - década de 1990.....	124
Imagem 34 - Escolha da Garota do Baile - década de 1990	125
Imagem 35 - Princesa do Clube Recreativo Imperatriz - década de 1980.....	126
Imagem 36 - Princesa com o Presidente do Clube Atílio Fernandes - início da década de 1980	127
Imagem 37 - Desfile de Carnaval - início da década 1980	127
Imagem 38 - Carteira de sócio - 1983	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - História de São Luiz Gonzaga	88
Gráfico 2 - Famílias negras	89
Gráfico 3 - Uso do termo " moreno"	89
Gráfico 4 - Características dos africanos	92

LISTA DE ABREVIATURAS

BO	Boletim de Ocorrência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHG	Instituto Histórico e Geográfico
INSA	Instituto Nossa Senhora Auxiliadora
RC	Regimento de Cavalaria
RCB	Regimento de Cavalaria Blindado
SAM	Santo Antônio das Missões
SLG	São Luiz Gonzaga
UNINTER	Centro Universitário Internacional
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 CLUBES NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO: RECREAÇÃO, SOCIABILIDADE, RESISTÊNCIA E AUXÍLIO MÚTUO	30
1.1 ESCRAVIDÃO NO BRASIL: TRÁFICO, FORMAS DE VIDA E ABOLIÇÃO	30
1.2 NEGROS NO RIO GRANDE DO SUL.....	33
1.3 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA, SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA: OS CLUBES NEGROS.....	37
2 A MEMÓRIA COMO PRINCIPAL FONTE DE PESQUISA E RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E DO PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO SÃO-LUIZENSE: O CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO IMPERATRIZ	44
2.1 MEMÓRIA: peça-chave desta pesquisa.....	44
2.2 HISTÓRIA ORAL: falas que desvendam histórias e acontecimentos	46
2.3 PATRIMÔNIO: busca pelo reconhecimento DO CLUBE NEGRO NO MUNICÍPIO	48
3 REMANESCENTES DA CULTURA NEGRA EM SÃO LUIZ GONZAGA	50
3.1 HISTÓRICO DE SÃO LUIZ GONZAGA-RS: DAS MISSÕES JESUÍTICAS AO SÉCULO XXI.....	52
3.2 FAMÍLIAS NEGRAS DE SÃO LUIZ GONZAGA E REGIÃO: COMPROVANDO RAÍZES DE ORIGEM AFRO-BRASILEIRA.....	57
3.2.1 Quilombo das Luzia: história de uma família negra que foi tema de música da família Ortaça	59
3.2.2 Maria Aleixa: seus descendentes povoam São Luiz Gonzaga.....	72
3.2.3 Famílias negras que integram-se ao município e contribuem para sua história e desenvolvimento	79
3.2.4 Comprovando e discutindo as raízes negras em São Luiz Gonzaga	87
3.3 MILITARES NEGROS DO 4º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO DE SÃO LUIZ GONZAGA-RS: OS FUNDADORES DO CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO IMPERATRIZ	95
3.4 A LINHA FÉRREA DE SÃO LUIZ GONZAGA: NOVOS INTEGRANTES PARA O CLUBE IMPERATRIZ.....	98
4 FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE LITERÁRIA E RECREATIVA IMPERATRIZ: SOCIALIZAÇÃO, DIVERSÃO, RESISTÊNCIA CULTURAL E INTELLECTUALIDADE NEGRA (1943-2018)	101

4.1 CLUBE NEGRO: A FUNDAÇÃO, A HISTÓRIA E AS CONSTRUÇÕES DO IMPERATRIZ (1943-1975).....	102
4.1.1 Âncora do Clube Negro: Manoel Alexandre de Oliveira.....	107
4.1.2 Integrantes do Clube Imperatriz: militares, ferroviários, policiais militares, trabalhadores e população em geral.....	111
4.1.3 Festividades negras: bailes, reuniões dançantes, carnavais e churrascos	112
4.2 CLUBE MULTIÉTNICO: A ABERTURA PARA TODAS AS ETNIAS E CLASSES SOCIAIS (1975- 2018).....	115
4.2.1 Socialização multiétnica: bailes, carnavais e atrativos diversos	121
4.3. PRESIDENTES DO CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO IMPERATRIZ	129
4.4 IMAGEM POSITIVADA: ESTATUTO DO CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO IMPERATRIZ.....	129
4.5 ANÁLISE DOS CÓDIGOS DE POSTURAS DE SÃO LUIZ GONZAGA: NORMATIZAÇÃO DO SOSSEGO PÚBLICO E DAS CONSTRUÇÕES DE CLUBES E ESPAÇOS DE LAZER.....	132
CONCLUSÃO.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE DEPOIMENTO DE CARÁTER HISTÓRICO E DOCUMENTAL ...	146
APENDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS.....	147
APENDICE C – QUESTIONÁRIO	148
ANEXO A - CARTA DE ALFORRIA DE MARIA ALEIXA.....	149
ANEXO B - LEI Nº 410, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1961	150
ANEXO C - PRIMEIRA PÁGINA DA ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO DO TERRENO	151
ANEXO D - CERTIDÃO DE REGITRO DE ENTIDADE CIVIL	152
ANEXO E - CERTIDÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO.....	153
ANEXO F - ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, EXPEDIDO PELA DELEGACIA DE POLÍCIA	154
ANEXO G - RECIBO DE ENTREGA DA ISENÇÃO DA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA.....	155
ANEXO H - PLANTA BAIXA DO PRÉDIO – 2013.....	156
ANEXO I - ATA Nº 33, DE 20 DE JULHO DE 1983.....	157
ANEXO J - ESTATUTO DO CLUBE, REGISTRADO EM 25 DE ABRIL DE 1944	158
ANEXO K - PARTE DO LIVRO EM QUE ERAM REGISTRADOS OS NOMES, IDADE E O RESPONSÁVEL DE MENOR DE IDADE	160
ANEXO L - AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA DO MENOR DE IDADE	161

ANEXO M - FOTOS DA SALA DE CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO INSTITUTO ESTADUAL RUI BARBOSA.....	162
--	------------

INTRODUÇÃO

Os africanos foram trazidos para serem vendidos como trabalhadores escravizados no Brasil onde influenciaram diversos costumes dos brasileiros, desde o período colonial. Ao analisar a trajetória dos negros na História do Brasil e Rio Grande do Sul, percebe-se que há uma grande influência na cultura, religião, política, economia e sociedade.

A cultura afro-brasileira é considerada um conjunto de manifestações e costumes do Brasil e da África, desde a colonização aos dias atuais. Buscando valorizar esta importante referência cultural, nas últimas décadas, leis e decretos são promulgados, datas comemorativas instituídas, campanhas contra o racismo e em prol das tradições negras são realizadas.

A importância do estudo deste tema é conduzir alunos da Educação Básica e a população em geral, a reconhecer e valorizar esta influência para a sociedade a qual estamos inseridos. O ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana era ministrado nas escolas apenas pelo viés do trabalho e da escravidão, sem reconhecer a importância destes grupos étnicos para a formação da identidade cultural brasileira.

A Lei n.10.639/03¹ vem ao encontro ao pensamento de valorização desta cultura, inserindo o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Complementando a anterior, a Lei n.11.645/08², acrescentou a história indígena.

¹ "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm Acessado em 12 de março de 2017;

² "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

A partir daí, para fortalecer a contribuição dos negros na sociedade brasileira e rio-grandense, diferentes projetos de pesquisa procuram registrar este assunto e dar visibilidade a cultura afro-brasileira, um deles é sobre os clubes negros. A presente pesquisa busca trazer o assunto para a comunidade são-luizense, registrar a história de um espaço desconhecido, ou pouco lembrado no município.

Baseando-se nesta premissa, como ainda há necessidade historiográfica sobre a cultura negra na cidade de São Luiz Gonzaga, objetiva-se, identificar as famílias negras do município, presentes nos séculos XIX e XX, assim como seus remanescentes; registrar a trajetória, as memórias e representações da cultura afro-brasileira a partir da fundação do Clube Literário e Recreativo Imperatriz, elencando sua significação para a sociedade são-luizense, imaginário coletivo e identidade cultural.

A cultura negra está presente na História de São Luiz Gonzaga, nas manifestações culturais, religiosas e contribuições no mundo do trabalho, ou seja, apresenta-se em todas as dimensões do processo histórico-social do município. Nesse sentido, a pesquisa propõe apresentar o contexto da criação do clube negro, o que levaram as famílias a fundá-lo, de que forma as autoridades, sociedade em geral e seus integrantes contemplavam o clube; que papel e contribuições políticas, sociais e culturais o Clube Imperatriz desempenhou no município de São Luiz Gonzaga entre os anos de 1943 a 2019.

Buscando estas respostas, será alvo da pesquisa elementos que comprovem suas vivências como espaço de convergência política, tentativa de integração, local de lazer e resistência cultural, identificando seus atrativos como biblioteca, participação nos carnavais de rua e festividades diversas. Esta releitura histórica será realizada por meio de pesquisa bibliográfica, em livros, jornais e documentos oficiais do clube, mas principalmente se baseará na pesquisa de campo, por meio de entrevistas que seguirão os parâmetros da História Oral.

Assim sendo, esta investigação que pertence a Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio pretende contribuir para a reinterpretação histórica da formação e desenvolvimento social e cultural de São Luiz Gonzaga-RS ao retirar do lugar de invisibilidade os afro-brasileiros. Servirá também de subsídio para professores e

alunos, auxiliando no conhecimento da trajetória dos negros no município, além de contribuir para leituras e ampliação do acervo da história local.

Para sanar algumas curiosidades e questionamentos dos entrevistados e pessoas em geral, justifica-se a escolha e os motivos deste assunto. Escutei intensamente as perguntas: Por que você está pesquisando sobre isso? Você é branca, por qual motivo investiga a influência negra no município?

Respondendo: foram pequenos acontecimentos que se aglomeraram e resultaram nesse interesse:

a) como professora de Ensino Fundamental e Médio, busco sempre trabalhar o cotidiano e o local com os alunos. Quando falávamos em negritude, não havia nenhuma informação sobre o tema na cidade e eu dizia que a região missioneira não era escravagista como as demais regiões do Estado, conforme orientava a historiografia tradicional regional. No entanto, isso me intrigava, principalmente após conversar com a presidente do Instituto Histórico e Geográfico (IHG-SLG), professora Anna Olívia do Nascimento e descobrir que houvera um clube negro na cidade. Fui pesquisar sobre isso, mas nada encontrei;

b) ao saber que se tratava do Clube Imperatriz, fiquei ainda mais curiosa, pois sempre ouvia histórias e conselhos de “não chegar perto que era perigoso”. Morei em cinco locais, todos ao redor do clube, desde os meus 12 anos de idade. O último lugar, interligava os fundos da minha casa com o do clube, período no qual comecei a conversar com os vizinhos, fiz o projeto e iniciei o mestrado;

c) além disso, pela falta de historiografia sobre o Clube Imperatriz, resolvi enfrentar o desafio. A escrita de diversos temas de história local, sempre foi minha grande paixão de pesquisa. Na graduação em História da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI-SLG) participei de um projeto de Iniciação Científica onde pesquisei a história de formação dos vinte e quatro bairros, vilas e núcleos habitacionais da cidade, conversando com moradores, presidentes de associações e analisando documentos e jornais; integrei um grupo de investigação da História social da Praça da Matriz; elaborei meu trabalho de conclusão de curso, sobre a trajetória das Irmãs salesianas, a educação feminina e a criação do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA) na cidade; busquei, com uma colega do IHG-SLG, elencar as professoras e escolas do município; entre outras pesquisas do Grupo de Estudos do IHG. Então este é um novo campo da história de São Luiz Gonzaga a ser registrado historicamente, antes que se percam suas memórias.

Estruturou-se esta dissertação, para facilitar a compreensão dos diferentes temas abordados e os diferentes períodos em que a história do Clube se desenrola. Sendo assim, ela divide-se em 4 capítulos:

O primeiro, apresenta uma breve análise da trajetória dos africanos e afrodescendentes na Colônia e Império, desde o tráfico negreiro aos trabalhos forçados, castigos físicos, lutas de resistência, abolição e pós-abolição. Seguido a isso, apresenta-se sua trajetória no Rio Grande do Sul, participação na Guerra dos Farrapos (1835-1845) e participação no desenvolvimento da província. Após, inicia-se a definição dos clubes sociais negros e seus objetivos, além de destacar a história de alguns clubes rio-grandenses, como Floresta Aurora de Porto Alegre, Clube Gaúcho de Caxias do Sul, Clube 13 de Maio e União Familiar de Santa Maria, Braço é Braço de Rio Grande, Fica Ahí P'ra Ir Dizendo, Chove não molha, Quem Ri de Nós Tem Paixão e Está Tudo Certo, de Pelotas, José do Patrocínio de Júlio de Castilhos, entre outros.

No segundo capítulo, trabalha-se com a memória, a história oral e o patrimônio, conceitos-chave, que embasam a escrita. É por meio da memória dos entrevistados que grande parte desta pesquisa foi estruturada, pois as entrevistas orais elucidaram importantes acontecimentos que ainda não haviam sido registrados.

O terceiro capítulo trata da história de São Luiz Gonzaga, a chegada de famílias negras, suas histórias no município ou região missioneira, desde o final do século XIX, durante todo o século XX e XXI, relacionadas ou não ao Clube Imperatriz. Destacam-se aí o Quilombo das Luzia, os descendentes de Maria Aleixa e outras famílias negras tradicionais ou que dimanaram há mais de cinquenta anos.

O quarto e último capítulo aborda especificamente sobre o Clube Literário e Recreativo Imperatriz, sua história de formação e as duas fases de sua existência: clube negro e clube popular. Considera-se ainda, o processo de instalação e posterior edificação do clube, o cotidiano de funcionamento e os principais atrativos culturais – reuniões dançantes, carnaval, festividades religiosas, bibliotecas, entre outras.

Para a reconstrução histórica do Clube Imperatriz, utilizou-se documentos como as atas de 21 de fevereiro de 1969 a 24 de março de 1975 e de 26 de janeiro de 1983 aos dias atuais. Outras fontes históricas, foram queimadas no incêndio sofrido pelo clube em 1984. Soma-se a isso, o estatuto, certidões, escrituras públicas, jornais e um livro.

Além do uso destes dados, empregou-se em larga escala os resultados das entrevistas orais. O número elevado delas, justifica-se pelo fato de precisar aglomerar as informações para formar um histórico consistente. Os depoimentos foram colhidos de integrantes do clube, tanto antigos como atuais e com pessoas/famílias de origem negra do município contemplando as duas partes da pesquisa.

Os contatos ocorreram por intermédio de integrantes do clube e a pesquisa desenvolveu-se por meio dos registros das narrativas dos entrevistados, cujo conteúdo, constitui-se em importantes fontes históricas para a materialização deste estudo. Como forma de deixar os entrevistados a vontade para resgatar suas memórias, o contexto e o cotidiano do clube, a maioria das entrevistas foram realizadas em suas casas, estratégia que permitiu a manutenção do rigor acadêmico necessário para o desenvolvimento da história oral, ao mesmo tempo que rompeu o formalismo acadêmico, deixando as pessoas livres para narrar.

A título de conhecimento, todos os entrevistados assinaram o Termo de consentimento e cessão de direitos autorais de depoimento de caráter histórico e documental (APÊNDICE A) para o uso de suas memórias, assim como permitiram que seus nomes integrassem a pesquisa. Também a atual presidente, Mara Rosane Morais Fagundes, assinou o Termo de autorização de uso e reprodução dos documentos do Clube (APÊNDICE B).

Os nomes dos entrevistados grifados com letras maiúsculas, referem-se a forma que serão evidenciados ao longo do texto. São eles:

Leda Jussara Brum DIAS, 54 anos, participou das festividades do Clube, desde sua adolescência juntamente com sua família, sendo princesa do carnaval no ano de 1986 e participando dos desfiles de rua. Seus irmãos foram presidentes do Clube por vários anos, assim como sua mãe trabalhou na portaria. Por volta de 1996, passou a fazer parte da diretoria e foi eleita presidente pela primeira vez em 2009, cargo que exerceu até 2018;

Venceslina dos Santos BRUM de 69 anos, trabalhou vários anos com lancheria e na portaria do Clube, em momentos de dificuldades, ela e sua família emprestaram dinheiro, sem cobrar juros para realizar melhorias ou novas construções. Também assumiu a presidência do clube em dezembro de 2003;

Gibson de Matos MARQUES, 77 anos, quando era criança esteve com seu pai, que era amigo do presidente, no primeiro local onde funcionou o clube. Desde 1982, foi membro da diretoria do Clube, atuando com presidente por 6 anos e em outros

mandatos também como tesoureiro, até o ano de 1990. Por trabalhar com a área contábil e administrativa, auxiliou o Clube na organização de suas finanças, realização de melhorias e documentações necessárias para regularização;

Sueli GONÇALVES do Nascimento, 62 anos, professora aposentada no município, professora na Rede estadual de ensino e tutora na UNINTER-Polo-SLG. Sua família veio da região fronteira entre Brasil e Argentina aproximadamente no início do século XX, passando a residir na cidade;

Roque Fernandes Fortes, (SGT. ROQUE) nascido em 28 de junho de 1940, possui 78 anos, é militar aposentado natural de Santo Ângelo. Foi transferido para Florianópolis, mais tarde para São Luiz Gonzaga, onde fixou residência, trouxe a família, participou de diversas entidades sociais, principalmente à frente da Banda Marcial do INSA;

Marcelino Santana Brum (apelido NENÊ) de 68 anos de idade, foi comerciante, presidente do Clube e realizou doações para o espaço, assim como empréstimo de dinheiro sem cobrança de juros. Ainda muito jovem, tentou algumas vezes entrar no clube, mas foi barrado por não ser negro. Após alguns anos, como conhecia determinados integrantes passou a frequentar e, em pouco tempo, se destacou nas atividades do clube, participando até mesmo da diretoria. No entanto, um fato que questionava era a divisão das etnias, negros não entravam no Harmonia e brancos não entravam no Imperatriz. Quando, por volta de 1975 as pessoas mais antigas do clube já haviam falecido, ou se mudado, ele assumiu a presidência e mudou esta perspectiva. A partir daí tornou-se um clube popular;

Eva Morais FAGUNDES de 81 anos, é dona de casa, aposentada e sócia do clube, há mais de 50 anos. Quando chegou na cidade, logo associou-se no clube por ser “morena”. Seu marido Wenceslau Oliveira Fagundes, foi presidente por alguns períodos participou das diretorias até falecer. Sua família frequenta o clube até hoje, inclusive sua filha é presidente do clube, desde maio de 2018. Fagundes auxilia a filha nas festividades, principalmente por conhecer muitas pessoas. Ela e sua família também participaram da fundação do Clube dos Aposentados da cidade;

Neuza Maria Aquino BUENO, nascida em 06 de junho de 1952, enfermeira aposentada, contando com 66 anos de idade. É moradora na mesma rua onde se situa o Clube, desde 1964, antes da época de sua construção, acompanhando assim, mesmo de fora, toda a sua trajetória.

Sandra Helena de Melo CARDOSO, nascida em 07 de novembro de 1959, de 59 anos, é manicure e vendedora. Viajou por diversos estados brasileiros, conhecendo amplamente a história, a cultura afro-brasileira e a história em geral. Seu pai, Hemitério Cardoso, foi um importante militar negro que lutou na Revolução de 30, era reconhecido por sua integridade, educação e participação social, além de ser sócio do Clube Imperatriz. Ao desenvolver a pesquisa, descobriu-se que ele era neto de Maria Aleixa, escrava alforriada do 3º distrito de São Luiz Gonzaga.

Júlio César FONTELLA dos Santos, 70 anos, é radialista, compositor, poeta e apaixonado pela História missioneira. Foi o autor da letra “Quilombo das Luzias” e de outras composições musicadas por Pedro Ortaça e outros cantores rio-grandenses. É natural de São Borja, mas residiu na infância e adolescência na Vila 13 de Janeiro, atual município de Santo Antônio das Missões, onde conheceu e frequentou as terras pertencentes a família das Luzias. Após mudanças residiu também em São Borja, Porto Alegre e São Paulo, retorna a Santo Antônio e decide então morar em São Luiz Gonzaga, onde passou a trabalhar, a partir de 1º de agosto de 1970, na Rádio São Luiz, local onde trabalha e reside atualmente. Conviveu e aprendeu o ofício de radialista com Elias Possap, declamou juntamente com Jayme Caetano Braun, mas por escolha própria não quis seguir sua carreira como payador³, nem vender sua arte, gosta apenas de fazer publicidade, recusando-se até mesmo de editar livros com suas obras. Uma de suas últimas composições é Raça Negra, que será lançada em vinil, em um projeto musical de Pedro Ortaça e Bule-Bule, no ano de 2019. Sobre a música Quilombo das Luzias, relata que devido ao processo judicial sofrido por ele, Pedro Ortaça e a gravadora, prefere furtar-se de falar sobre o tema. Esta é a primeira vez que articulou abertamente a alguém sobre os acontecimentos e a história do Quilombo das Luzias.

LUIZ GONZAGA Pedroso Oliveira, de 67 anos é filho do militar que recebeu o terreno e foi presidente por longos anos do Clube Imperatriz, no período que era um clube negro. Era criança quando, a partir da quarta-feira, saía de bicicleta pela cidade para avisar os sócios que teria baile. Suas informações foram de extrema relevância para esta pesquisa, pois como não há atas deste período, - queimadas no incêndio- sua contribuição esclareceu muitos pontos, inclusive, dando um novo espaço onde o

³ Artista que cultua declamar poesias improvisadas.

clube havia funcionado, antes de receber o terreno atual. Atualmente reside em Santo Ângelo, é músico, entalhador e restaurador.

JOCEMAR Gustavo de Oliveira, de 56 anos, mecânico, neto da Luzia, filho de Otacília nascido em 22 de maio de 1962. Conta suas memórias e impressões sobre sua avó, família e a música Quilombo das Luzias.

Otacília Oliveira de OLIVEIRA, de 74 anos, nascida em 08 de março de 1944. Trabalhou em escola como merendeira e na Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões, onde aposentou-se. Filha de Luzia, nascida em Santo Antônio das Missões, esclareceu muitos fatos, nomenclaturas e vivências de sua família, desvendando e desfazendo estereótipos criados pelo imaginário social.

Tereza de Oliveira CARVALHO, de 82 anos, nascida em 16 de janeiro de 1937. Trabalhou em diversas fazendas desde os 6 anos de idade, servindo famílias mais abastadas de Santo Antônio das Missões. Conta que sofreu extremamente nestas casas, até os 15 anos de idade, dizendo que era tratada como escrava, em pleno século XX. Não quer rememorar, pois estas famílias ainda estão no município. Foi necessário sair de casa na infância, quando seu pai faleceu. As crianças foram “dadas” para outras famílias as criarem, já que a mãe não tinha condições de sustentá-las apenas com o trabalho de lavadeira.

Anna Olívia do NASCIMENTO, de 80 anos, nascida em 03 de julho de 1938, professora aposentada, historiadora e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga. Seu depoimento auxiliou no entendimento de vários elementos da história de São Luiz Gonzaga já que reside na cidade desde seus cinco anos, é a principal historiadora local, e obtém memórias relevantes sobre Maria Aleixa, já que foi seu bisavô, quem a comprou e alforriou.

A partir de todo o exposto e da pesquisa, por hora concluída, espero contribuir para a escrita de mais este ponto da história de São Luiz Gonzaga e engrandecer nosso acervo histórico.

1 CLUBES NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO: RECREAÇÃO, SOCIABILIDADE, RESISTÊNCIA E AUXÍLIO MÚTUO

Os afro-brasileiros pós abolição foram impedidos de inserir-se em determinados espaços sociais, seja pela questão econômica ou pelo preconceito social que imperava. Por esse motivo, eles sentiram a necessidade de manter suas tradições e a identidade afro-brasileira. São fundados então, os Clubes Sociais Negros, e juntamente a eles, foram criados times e torneios de futebol, escolas de samba, concursos de beleza, bailes de debutantes, Centros de Tradições Gaúchas (CTG'S negros no sul do Brasil) e festividades diversas.

Os clubes e as associações negras estão espalhados por todo o Brasil e são espaços de organização política e convívio social, constituídos com objetivos beneficentes, recreativos e culturais. No entanto, não se pode falar sobre eles, sem antes, esboçar uma trajetória da escravidão no Brasil e no Rio Grande do Sul, bem como, as configurações e vivências no pós-abolição.

1.1 ESCRAVIDÃO NO BRASIL: TRÁFICO, FORMAS DE VIDA E ABOLIÇÃO

A partir o século XVI, diversos grupos étnicos foram retirados da África, para ser vendidos como cativos no Brasil. As condições dos navios negreiros eram precárias, por isso, vários morriam na travessia, os que sobreviviam eram separados de suas famílias, submetidos a trabalhos forçados, vivendo nas senzalas em condições desumanas, sendo vendidos como mercadoria, com anúncios em jornais e negociações. Conforme Aladrén (2012, p. 16):

O tráfico atlântico foi a maior migração forçada da história. Começou no final do século XV e durou até meados do século XIX. Neste período, aproximadamente 12,5 milhões de africanos foram embarcados e um pouco menos de 11 milhões chegaram às Américas, sendo que 40% tiveram como destino o Brasil. Os traficantes brasileiros, juntamente com os ingleses, holandeses, franceses e portugueses, foram os responsáveis pela organização da maior parte dos navios negreiros. Mas como foi possível estabelecer este cruel comércio de vidas humanas com tal magnitude e durante tanto tempo?

Respondendo ao questionamento do autor, este sistema foi uma acumulação de interesses, os europeus de comércio lucrativo e poder, os próprios africanos em livrar-se de tribos inimigas, em estabelecer relações de comércio e produtos

importados. No Brasil a escravidão significava, acumulação de capital, investimentos, troca da mão de obra indígena pela africana, considerada mais forte e hábil. Deste modo, a escravização era mais vantajosa e atendia a vários interesses particulares e do próprio Estado Colonial.

Destaca-se ainda, o fato de o negro ser considerado um animal, uma mercadoria, não existindo nenhuma preocupação dele como ser humano. A partir deste pensamento, o sistema escravocrata brasileiro constituiu-se uma das mais rígidas e severas formas de punição. O entendimento de justiça, de trabalho e obediência era aplicada pelo senhor, por meio dos castigos físicos realizados publicamente e apresentados como um espetáculo.

No entanto, esta situação não foi aceita pacificamente. Várias revoltas contra seus senhores eram realizadas, materiais e plantações arrasados e, principalmente, ocorria a formação e o refúgio nos quilombos. Nestes espaços, constituíam-se grupos de resistência com organização social, política e econômica em que “o escravo fugido podia então, abrigado pelas matas, por um relevo difícil ou pelas próprias armas, organizar sua vida como produtor independente, ou seja, dono no geral do produto de seu trabalho.” (MAESTRI FILHO, 1979, p.86).

As leis de liberdade são criadas para beneficiar principalmente os senhores, pois crianças pequenas e pessoas idosas não desenvolviam o trabalho pesado. Inclusive estas leis, atenderiam uma série de exigências externas como os movimentos contrários ao tráfico negreiro, antiescravistas, tanto quanto pelo receio de revoltas maiores como as ocorridas no Caribe e no Haiti, assim como a grande pressão da Inglaterra e dos Estados Unidos. Com tudo isso, intensifica-se o movimento abolicionista, que conforme Nepomuceno (2012. p.79-80):

O chamado “movimento abolicionista”, consolidou-se predominantemente nas cidades, a partir da década de 1880, quando pessoas de diversas camadas sociais começaram a defender publicamente a emancipação dos escravos ou a abolição imediata da escravidão. O abolicionismo no Brasil reuniu adeptos de variadas origens, condições e posições políticas, como parlamentares, intelectuais, jornalistas, profissionais liberais, setores médios, militares, trabalhadores pobres, imigrantes ex-escravos e escravos.

Dos integrantes do grupo, aparecem em destaque Luís Gama, José do Patrocínio e André Rebouças, ambos negros que lutaram, solicitaram aos senhores que seus cativos fossem libertos, esconderam e transportaram os fugidos. Os cativos

também fizeram sua parte realizando fugas coletivas para os quilombos apoiados pelos abolicionistas, faziam manifestações e protestos contra prisões, ou denunciavam os abusos que sofriam de seus senhores.

Aliado a isso, algumas províncias passam a libertar seus homens em cativeiro e a própria Igreja Católica apoia a abolição. Em vista disso, no dia 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea extinguindo, a partir desta data, a escravidão do Brasil.

Destarte, a abolição da escravatura, deu liberdade aos negros, mas também ocasionou sua marginalização, porque ele ficou nas ruas, nas periferias, à margem da sociedade. No pós-abolição, os negros necessitam de trabalho e socialização.

A princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas se esqueceu de assinar a carteira de trabalho de negros e negras, cujas consequências são sentidas até os dias atuais, pois essa parcela da população brasileira ainda ocupa os maiores índices de desigualdade e bolsões de miséria no país. Além disso ainda, existe o mito da democracia racial, onde se disseminou a ideia de que neste País não existe racismo pelo fato de ser um povo miscigenado e multicultural, entretanto o que se vê na prática, são profundas diferenças raciais que impedem a mobilidade social dessa parcela da população. (ESCOBAR, 2016, p.26)

Consequentemente, as formas de trabalho ainda eram controladas pelos senhores de terras, deixando o negro sem possibilidades e estratégias de sobrevivência. Segundo Cardoso (1962, p. 299) “a mobilidade social controlada fazia com que, como condição para a ascensão, estivesse inscrito, já é um princípio de subordinação. O negro, “cria da casa” do coronel fulano é que podia ser porteiro de repartição pública”.

Mesmo desta forma, muitos negros conseguiram-se inserir-se nas instituições públicas, receber salário e mudar sua condição social. Para o aforismo de que os negros em geral, para suprir suas necessidades, viram-se forçados a cometer delitos para sobreviver, se prostituindo e se submetendo a trabalhos com mínima remuneração, tornando-se párias da sociedade, Domingues (2009, p. 218) rebate que vários buscaram alternativas e evoluíram socialmente:

Mesmo enfrentando os grilhões simbólicos da invisibilidade no Rio Grande do Sul e sentindo o gosto de fel do racismo, ambos trilharam carreiras profissionais bem-sucedidas, emergiram socialmente, adquiriram prestígio, concluíram o curso superior (com o talento intelectual sendo reconhecido), eram bastante articulados politicamente e zelavam pela instituição da família, sem, contudo, prescindir de sua identidade racial.

Contudo, isso era privilégios de uma minoria, dado a quantidade de ex-cativos que estavam procurando sobreviver ou ascender socialmente. Uma parcela majoritária, continuava em situação precária, tendo que buscar outras formas de resistência e firmamento.

A situação do negro na República Velha era extremamente débil. Imerso numa sociedade acostumada a trata-lo como escravo, frágil em seus apoios culturais e econômicos, abandonado quando da abolição pelos seus parceiros brancos, ele teve que pacientemente, tecer uma ampla rede de associações, clubes, jornais que, ao mesmo tempo, organizassem e conscientizassem os elementos de raça negra, dando-lhes respaldo em momentos de crise. (LONER, 1999, p. 250-251)

Por conseguinte, os negros com um trabalho passaram a frequentar e criar locais mais sofisticados, havendo até mesmo uma exclusão dentro da própria etnia. Os que possuíam trabalho esporádico, careciam de socialização, auxílio mútuo e relações trabalhistas. Desta maneira, ambos passaram a criar seus espaços sociais, como clubes e associações.

1.2 NEGROS NO RIO GRANDE DO SUL

Por longo tempo, o negro e a escravização ficaram velados na história do Rio Grande do Sul. Comentando sobre o apotegma de Zarth (1997, p. 111), que esclarece a maneira ideológica com que a historiografia regional ignorou o escravo negro, como se ele fosse insignificante na formação social do Rio Grande do Sul. Pensava-se ser formada apenas, por homens brancos e indígenas. Outro questionamento é o fato de algumas obras apresentarem o cativo gaúcho como um indivíduo que vivia quase em liberdade, por sua atividade pastoril, diferente da realidade dos engenhos e cafezais.

Hodierno, esta ideia está ultrapassada devido aos estudos realizados, que evidenciam a presença negra no Rio Grande do Sul e as relações escravistas cotidianamente denunciadas em atos de violência e resistência. Sabe-se que o cativo não era tratado diferente, que sofria castigos corporais e que haviam fugas e motins nas estâncias.

O mito da democracia pastoril e da harmonia racial rio-grandense, românticamente exposto pela historiografia tradicional regional, cai por terra quando, autores, a partir da análise da documentação da época, registram

que a resistência escrava – justificações; fugas, roubos, suicídios, tentativas de sublevações, etc. – fazia parte do cotidiano da estância. (DARONCO, 2006)

Então, precipuamente, o negro cativo foi introduzido no Rio Grande do Sul, como nas demais regiões do Brasil, constituindo uma das províncias brasileiras a ser mais influenciada pela cultura africana e afro-brasileira, tanto pelo número de cativos recebidos como também pela migração interna após a abolição.

Parafraseando Bento (1976, p. 21), o negro estava presente nas capitais, nas plantações de cana-de-açúcar (Pernambuco, Bahia e São Vicente), na mineração (Minas Gerais), na plantação de café (Guanabara, Rio de Janeiro e São Paulo e de produção do charque e gêneros alimentícios (Rio Grande do Sul).

No o Rio Grande do Sul, os negros cativos “vieram” a partir de 1737, quando o Brigadeiro José da Silva Paes comandou a construção do Forte Jesus-Maria-José, atualmente, Rio Grande. Ela servia como base para descanso e abastecimento das tropas portuguesas, sendo considerado o marco inicial da colonização portuguesa nas terras gaúchas. Com o Brigadeiro vieram negros escravizados, que desenvolviam as atividades de construção civil dos fortes, assim como estradas e pontes.

Os negros também participaram da Guerra Guaranítica, onde Bento (1976, p. 69-70) fala que o Exército Demarcador português, era composto por 1.633 homens e deles 190 eram escravos, não contando aí os mulatos e alforriados. E este número só aumenta quando se encontram com as tropas espanholas.

No ano de 1777, ocorre uma grande seca no Ceará (principal produtor de charque) o que obriga o português José Pinto Martins a mudar-se para a freguesia de São Francisco de Paula, às margens do arroio de Pelotas, trazendo consigo sua escravaria e todo material necessário para a produção de charque, logo surgiram as primeiras charqueadas que tornou-se a principal fonte de economia do Estado, porém também da escravidão.

A partir daí a população negra aumentava significativamente, pois conforme Laytano (1983, pág. 207), o Rio Grande do Sul possuía a seguinte população negra em: “ 1814: 79.137, 1822: 106.196, 1835: 360.000, 1872: 500.000 e em 1884; 850.000”.

Estes dados referem-se à população negra livre e a escrava dentre as diversas atividades desenvolvidas. A partir destes dados, podemos perceber o significativo

número de cativos, que chegavam a província, sendo utilizado nas charqueadas, como nos diversos trabalhos nas estâncias, descritos por Zarth (1997, p. 115):

Utilizou-se também nas estâncias o trabalho escravo, nas pastagens, na lida do campo, juntamente com a mão-de-obra indígena e dos próprios estancieiros. Os escravos de uma estância típica regional podem ser classificados, em relação ao trabalho, em "roceiros", "campeiros" e "domésticos". Os primeiros eram os lavradores da subsistência do pessoal da estância, além de prestarem outros serviços. Os campeiros tratavam do trabalho pastoril propriamente dito e eram considerados mais habilidosos e melhores qualitativamente. A última categoria, os domésticos, da qual a maior parte eram mulheres, cuidava dos serviços rotineiros das casas e adjacências.

Em conformidade a este pensamento, os cativos das estâncias desenvolviam diferentes trabalhos, seja na plantação de alimentos, na lida do campo, ou no serviço doméstico. Todavia, seu trabalho não se resumia a esse, nos períodos de guerra, também era soldado, ou auxiliava seu senhor nos afazeres da tropa.

A Guerra dos Farrapos (1835-1845) iniciou-se pela desvalorização do charque rio-grandense, pois o Império o importava de países vizinhos. O exército farroupilha contou com 426 escravos negros, ou mais conhecidos como Lanceiros Negros, chamados assim por terem grandes lanças de madeira e não poderem usar espadas ou armas de fogo, um cuidado para evitar fugas e outras atos de rebeldia.

Na história do Rio Grande do Sul a tentativa ou ideias de emancipação dos cativos negros, são anteriores a Guerra Farroupilha e espalharam-se por todo o Brasil. Pelo exposto, nesta guerra, os trabalhadores escravizados lutaram motivados pela promessa de alforria caso vencessem. No final da guerra, os farrapos pedem a libertação de seus escravos para honrar o compromisso, mas o Império se recusa a fazer tal acordo. Flores (2004, p. 64) afirma que:

O tratado de Ponche Verde é uma farsa, pois só os chefes farrapos assinaram o documento, nem Caxias nem qualquer outro representante do Império colocou sua assinatura. A farsa se justifica para encobrir a tal "surpresa de Porongos", onde os negros foram traídos, abandonados e levados como escravos para o Rio de Janeiro.

A "solução" para o impasse da libertação foi a batalha de Porongos quando os negros foram dizimados, ou aprisionados, o que encerrou a preocupação dos farrapos e acelerou o acordo de paz com o Império.

No Rio Grande do Sul, os ideais de liberdade negra eram fortes, como expressado na luta entre farrapos e imperiais para cumprir a promessa de libertação dos cativos após a guerra, de acordo com Laytano (1983, p. 214):

“São livres e como tais reconhecidos os cativos que serviram na Revolução”, consta como cláusula no Tratado de Paz. Os republicanos não esqueceram seus aliados, colaboradores destemidos: os escravos negros rio-grandenses. Antecipam-se ao próprio julgamento da História, porque o negro já deixou de ser homem inferior. Mas, nos homens de 35, essa libertação existia mais do que num simples embrião; sim, numa própria consciência de igualdade, humanidade e fraternidade.

Embora pareça um pouco romantizada a narrativa de Laytano, ela confirma a intenção dos líderes farroupilhas em cumprir o acordo realizado com os negros e este entrave foi o que dificultou a negociação da paz com o Império. Demonstra que, os rio-grandenses reconheciam os negros como guerreiros e pessoas que lutaram ao lado dos farrapos, infelizmente, o objetivo de liberdade após a Guerra farroupilha não foi atingido.

A partir da década de 1850, o negro participou ainda de algumas batalhas pelo Rio Grande do Sul, como na Guerra contra Oribe e Rosas, em 1864. Sua participação é significativa também na Guerra do Paraguai, quando foram libertos 357 negros, seja pelo governo, de forma particular ou para substituição de soldados em guerra. (BENTO, 1976, p. 206).

Na libertação dos escravos já se falava desde antes da Guerra Farroupilha, mas efetivamente, a província começou as movimentações para abolição da escravatura a partir de 1869, quando foram criadas sociedades abolicionistas em todo o Brasil que visavam discutir a abolição e, mais ainda, libertar crianças escravas.

A imprensa passou a defender a causa abolicionista, retirando anúncios de vendas e fugas de cativos, faziam campanhas para arrecadação de fundos para alforria. Clubes abolicionistas foram fundados com os mesmos intuitos.

Assim, conforme Bento (1976, p. 246-247) mesmo antes da assinatura da Lei Áurea, no Brasil várias províncias estavam emancipando seus escravos, como é o caso de Ceará e Amazonas em 1883. Em 1887, o Rio Grande do Sul era a província que tinha menor número de homens em cativeiro.

No Rio Grande do Sul, na mesma lógica do restante do Brasil, os negros recém-libertos ficam excluídos da sociedade, sem uma vida digna. Assim, alguns grupos deslocaram-se para os quilombos na zona rural, onde viam como alternativa a prática

de uma agricultura de subsistência. Destes negros, uma grande quantidade apenas desempenhava as atividades do campo e domésticas, assim precisaram aprender e reinventar suas práticas para sobreviver.

Alguns grupos que estavam no campo, migraram para as cidades oferecer-se como mão de obra no comércio, nas atividades do lar, como vendedores ambulantes, aceitando qualquer trabalho que lhe rendesse alguns trocados. Macedo (2007, p. 91) “os negros nesse momento apresentavam-se ao mundo do trabalho desempenhando papéis secundários, como trabalhadores braçais, ou como empregados subalternos”.

Na República, como uma expressão de amparo a estas famílias, os negros são incorporados na Marinha, no Exército, na construção de ferrovias e na Brigada Militar.

Este trabalho facilitava a incorporação do negro na sociedade e no trabalho assalariado, promovia a sociabilidade entre as etnias, o compartilhamento de valores, de informações e conhecimento, passando a oferecer melhores condições de vida. Por conseguinte, organizou-os em sindicatos, agremiações e clubes, assim como, ensejou o sentimento de pertencimento a comunidade negra, gerando socialização entre os trabalhadores do mesmo ramo ou articulação entre os diferentes espaços.

Deste modo, como precisavam de locais de socialização, entretenimento e de cultivo de suas tradições, passam a fundar associações ou clubes, espaços para resistência e manutenção das tradições afro-brasileiras.

1.3 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA, SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA: OS CLUBES NEGROS

As formas de resistência e manutenção da cultura, religiosidade, festas e interação negra constituíram-se desde o início da escravidão. Uma das primeiras associações criadas foram as irmandades, onde os negros realizavam seus cultos religiosos devotados a um santo católico. “As irmandades se constituíram como a primeira forma de associativismo negro permitida pelas autoridades”. (SILVA, 2016, p. 48).

As irmandades eram associações religiosas formadas essencialmente por leigos e uma de suas principais finalidades era a de promover a devoção ao “santo”. Eram sustentados por “joias” que cada sócio deveria pagar no seu ingresso além de mensalidades, aluguéis de propriedades, coletas e doações. Possuíam um estatuto que era chamado de “Compromisso” cuja finalidade era estabelecer como funcionaria a irmandade as obrigações e os benefícios de cada um de seus membros. A gerência das irmandades era feita pelas mesas administrativas que na sua forma mais

simples eram compostas por um presidente, um tesoureiro, um escrivão, um procurador, um zelador e mesários, cujo número variava de acordo com cada uma delas. As irmandades religiosas tiveram um papel Central na história do catolicismo no Brasil pelo menos até o final do século XIX. (GRIGIO, 2016, p. 33)

Estes espaços podiam ser localizados em simples capelas, ou até mesmo como parte de altar católico cedido por uma igreja. Neles, negros cativos ou libertos, crioulos, africanos e mestiços realizavam seus cultos com a aprovação dos senhores, pois era obrigação dos senhores, promover ambientes para a religiosidade.

As irmandades também auxiliavam na realização de festas destinadas as comunidades negras, períodos em que podiam confraternizar e desvencilhar-se por alguns momentos da escravidão. Porquanto, estas festas negras eram vistas por alguns senhores como momento para organização de levantes e fugas, outros já permitiam, por considerar período de descanso e que isto evitaria as fugas.

Seja por qualquer um dos objetivos, o fato é que as festas negras nunca pararam de acontecer, seja nas irmandades, em times de futebol, associações, como em clubes. No período da escravidão foram mais comuns a criação de irmandades, mas no período do pós-abolição, começaram a surgir clubes recreativos, com objetivos de socialização e não mais especificamente religioso.

Desta forma, Loner (1999, p. 118-159) explica as organizações das sociedades na Primeira República, dividindo-as em entidades bailantes, substituída pela entidade carnavalesca; aparecendo também as entidades teatrais, musicais, esportivas patronais, religiosas e até mesmo maçônicas. Uma única sociedade, poderia ter mais de um objetivo, como é o caso do Clube em estudo, é recreativa (oferecia jogo de bocha, ping pong, espaço de laser), bailante (realizavam periodicamente bailes e reuniões dançantes) e musical (no final dos anos 1950 e início de 1960, tinham uma banda que animava o baile e participavam de festivais e concursos).

Seguindo as perspectivas das formas de trabalho do pós-abolição, as vias férreas foram as primeiras atividades a empregar mão de obra negra, possibilitando dignidade, crescimento profissional e inserção social. Logo verificou-se que diversos clubes do Estado também foram fundados por policiais militares, militares do exército e trabalhadores em geral.

Estudos recentes sobre estes clubes negros no pós-abolição, geraram uma definição de Clubes Sociais Negros, sendo escrito por meio da Ata da Reunião da Comissão Nacional de 29 de fevereiro de 2008:

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural desenvolvendo atividades num espaço físico próprio. (ESCOBAR, 2010, p. 61)

Os negros se organizaram e construíram seus lugares de socialização, tendo como objetivo, acumular valores para auxiliar nos funerais dos associados e familiares, além de investir em projetos sociais, educação e defesa dos direitos da população negra.

Além de promover o conagraçamento entre os seus membros, o clubes e sociedades negras tinham finalidade de cunho social e de solidariedade, onde eram arrecadados donativos, compradas cartas de alforria de negros escravizados e até custeadas despesas com funeral de seu quadro de associados, sendo que no interior destas agremiações nasceram, depois, blocos e escolas de samba. (ESCOBAR, 2007, p. 100-101)

Estes grupos foram ganhando força, intensificando suas atividades, criando times de futebol, rádios, jornais, blocos carnavalescos e nas primeiras décadas do século XX, os clubes e as associações negras estavam espalhados por todo o Brasil.

No Rio Grande do Sul do século XIX, surgiram os primeiros clubes negros e atualmente, obtém mais de cinquenta registros de clubes que lutaram ou lutam contra as dificuldades financeiras, resistindo à falta de auxílio e buscando maior valorização da sociedade. Neste cadastro, pretende-se inserir o Clube Imperatriz de São Luiz Gonzaga-RS, para preservação de sua memória e história como patrimônio material e imaterial da comunidade afro-brasileira. Destaca-se alguns destes clubes do Rio Grande do Sul, como o Floresta Aurora e o Satélite Prontidão, estudados por Jesus (2005).

A Sociedade Floresta Aurora⁴, de Porto Alegre, foi fundada em 1872 por negros forros, teve como um dos seus sócios, João Candido, líder da Revolta da Chibata. Seu nome foi dado por seu prédio ser na esquina das Ruas Aurora (atual Barros Cassal) e Floresta (atual Cristóvão Colombo).

Este clube é um exemplo de resistência e considerado um clube da elite negra. Seus integrantes são na maioria operários, mas haviam também funcionários públicos, jornalheiros, entre outros moradores da Cidade Baixa, Bonfim, Rio Branco e

⁴Floresta Aurora mais antigo que a abolição. Disponível em: <http://florestaaurora.blogspot.com/2009/11/137-anos-de-historia.html> Acessado em: 25 de agosto de 2018;

Menino Deus. O objetivo principal é a assistência às famílias negras, mas com o tempo suas atividades foram sendo diversificadas ao promover bailes, atos públicos, protestos e homenagens.

Em Porto Alegre, também foi criado a Associação Satélite Prontidão. Surgiu da fusão da Sociedade Carnavalesca Prontidão, criada por quatro rapazes negros em 1925 e da Associação Satélite, fundada em 1902. Assim, o Satélite Prontidão, buscou uma sede, tornou-se um clube concorrido e popular nas décadas de 1940 e 1950, mas a partir dos anos 1970, passou a sofrer problemas financeiros e mudou-se da Cidade Baixa para a Zona Sul de Porto Alegre.

Foram criados ainda, um time de futebol, a Liga Nacional de Football Porto-alegrense, popularmente conhecida como Liga dos Canelas Pretas, organizada no início da década de 1910, em Porto Alegre, destinado a oferecer lugares de convívio social e aprimoramento físico aos postergados dos clubes das elites. Referências sobre este grupo encontram-se em Jesus (1999).

Gomes (2008) conta a história da Sociedade Recreativa e Cultural Gaúcho, mais conhecido como Clube Gaúcho de Caxias do Sul. Foi fundada em 1934, como clube negro obtendo a Escola de Samba “Os protegidos da princesa”. Uma característica deste clube que se assemelha ao clube em estudo é a invisibilidade do negro, em local conhecido como “de brancos”. O clube gaúcho, surgiu em uma colônia italiana, a Colônia Caxias, que com seu desenvolvimento em 1890, é elevada à categoria de Distrito e passa a receber também negros em busca de trabalho no comércio e na indústria.

Oliveira (2016) aborda a história e o contexto social, político e econômico da época de fundação do Clube União Familiar, fundado entre março e maio de 1896, que se localizou na Rua Barão do Triunfo, na cidade de Santa Maria e que encerrou suas atividades por volta dos anos 1990. Destaca também a situação dos negros no Brasil após a abolição, assim como a trajetória de fundação do clube e a rede, que formam com um bloco carnavalesco e um jornal.

Os frequentadores do clube eram uma classe trabalhadora negra que morava na Vila Brasil. Este espaço constituiu-se como essencial para fundação do clube União Familiar, passando a ser reconhecida como um espaço de convivência de trabalhadores da cidade, marcada por tensões, mas também popular como espaço de lazer, festividade e moradia.

Escobar (2010) e Weber (2014), são autoras de duas pesquisas que abordam a história e trajetória da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, um Clube, fundado por ferroviários negros no ano de 1903 e que hoje é o Museu Treze de Maio de Santa Maria - RS. A criação do Clube Treze de Maio foi em decorrência da implantação da ferrovia em Santa Maria. No século XIX, a estação ferroviária era considerada a principal responsável pelo desenvolvimento da cidade de Santa Maria e o surgimento de um clube social negro.

A Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, está ligada ao preconceito racial, pois não tinham acesso aos clubes sociais da época, todos eles destinados às pessoas brancas. Isto levou os negros a almejavam ter para si e suas famílias um lugar de lazer e sociabilidade, se organizar e criar seus próprios espaços de convivência social, buscando respeito à manutenção da memória do grupo.

Segundo Escobar (2010, p.99). “A Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio foi fundada por “quarenta e sete cidadãos”, idealizado por negros e para negros, mais especificamente no ano de 1903, já que a eles não era permitido o acesso às sociedades de brancos”.

Weber (2014, p. 42) destaca que o Clube Treze de Maio era o local da “elite negra”, pois seus sócios, por serem funcionários da ferrovia, tinham uma situação econômica estável. O negro pobre, muitas vezes, não podia participar das atividades desenvolvidas, pois alguns eram bailes de gala e os populares não tinham condições financeiras de comprar.

As pessoas que frequentavam o Clube Treze de Maio eram de diversas faixas etárias. Diferentes atividades eram desenvolvidas como os concursos de beleza, bailes com música ao vivo, aniversários, casamentos e jogos de futebol. Todavia, possuía um código moral rígido, contrariando qualquer estereótipo negativo direcionado a comunidade negra, visavam à formação de um caráter correto, sem desvios que envergonhasse a sociedade, e se isto acontecesse, a pessoa era expulsa da sociedade.

O Clube Treze de Maio entrou em declínio e encerrou suas atividades ao longo dos anos 1990, passando, mais tarde, por uma revitalização e transformação em museu de caráter comunitário, o Museu Treze de Maio, em 2001, como forma de salvaguardar o patrimônio do antigo “Clube”. Com os conceitos de Weber, Escobar e outras análises, percebeu-se que personificam-se fortemente a identidade negra, a

união, resistência, conservação de sua cultura e tradições, tanto no clube como na cidade de Santa Maria.

Gill e Loner (2009) e Silva (2011), citam os clubes negros fundados na primeira metade do século XX, em Pelotas:

Depois da Chuva, fundado em 19 de fevereiro de 1916, primeiro bloco carnavalesco negro da cidade. Realizava passeatas no dia do aniversário do clube, chás dançantes, saraus, além de seus tradicionais bailes. Inclusive era espaço de reflexão política, um local onde se realizavam cerimônias, reuniões e assembleias de diferentes sindicatos. Manteve suas atividades até meados da década de 1980;

Chove Não Molha, fundado em 26 de fevereiro de 1919, na alfaiataria de Octacílio Borges Pereira. Era para ser apenas um bloco carnavalesco, mas tornou-se um clube com a realização de diferentes e disputados bailes, possuindo até mesmo uma orquestra;

Fica Ahí P'ra Ir Dizendo, fundado em 27 de janeiro de 1921, surgiu provavelmente da dissidência de integrantes do Chove não molha e possuía como característica a seleção de seus membros, tendo que ser exclusivamente da comunidade negra local e ter boa conduta, tanto dentro, quanto fora do clube;

Quem Ri de Nós Tem Paixão, fundado no ano de 1921 e o Está Tudo Certo, fundado no ano de 1931, têm características semelhantes no que tange à sua pouca duração e a acentuada interlocução com os demais clubes. O primeiro foi classificado em concurso como o cordão carnavalesco mais simpático. Já o segundo, era o principal clube de jovens negros e estava ligado a um jornal.

Outros Clubes Negros da região Sul em destaque é o Clube Guarani de Arroio Grande fundado em 1920; o Clube 24 de agosto de Jaguarão; o Clube Cultural Braço e Braço e a Sociedade Estrela do Oriente, ambos em Rio Grande;

O Clube Cultural Braço é Braço, estudado por Cruz (2014), foi fundado com o objetivo de realizar festas carnavalescas, bailes, músicas e integração, frequentado por foguistas, carvoeiros e trabalhadores braçais da Marinha Mercante.

Santos (2016), pesquisa sobre o Clube José do Patrocínio de Júlio de Castilhos, fundado em 1913, foi o segundo Clube do município popularmente chamado de clube dos morenos. Dentre suas finalidades estava a de preservar a memória do jornalista e abolicionista, José do Patrocínio que morreu em 30 de janeiro de 1905. Depois de oito anos de sua morte, fundou-se o clube para despontar sua cultura e homenagear este abolicionista negro.

Em suma, os clubes negros obtêm o propósito de socialização, recreação e de estreitamento dos laços culturais e sociais. Infelizmente, vários destes espaços, já sucumbiram ao descaso, falta de recursos, e de continuidade. Contudo, ainda restam suas belíssimas trajetórias e histórias que, pelo registro historiográfico, poderão perpetuar-se no tempo.

2 A MEMÓRIA COMO PRINCIPAL FONTE DE PESQUISA E RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E DO PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO SÃO-LUIZENSE: O CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO IMPERATRIZ

A historiografia permite investigar, descrever e registrar as histórias de lugares, conjunturas, pessoas, guerras, patrimônios materiais e imateriais. Neste processo, para elucidar vários temas de pesquisa, além do uso de documentos, jornais e livros, recorre-se à memória individual ou coletiva, registrada pela metodologia da História Oral.

A constituição de um patrimônio ocorre por meio da valorização e preservação de locais de importância para determinada sociedade, cultura ou espaço histórico. Englobando estes conceitos, a presente pesquisa visa investigar a história de fundação de um clube negro, na cidade de São Luiz Gonzaga-RS.

Para esta reconstrução histórica utilizou-se de pesquisa bibliográfica em livros, jornais e documentos oficiais do clube, mas principalmente baseou-se na pesquisa de campo, com entrevistas que seguem os parâmetros da História Oral. Assim sendo, contribuirá para o resgate de sujeitos históricos e estratégias de manutenção da identidade cultural do município de São Luiz Gonzaga, até então, esquecidos pela sociedade oficial e não contemplados pela historiografia regional.

2.1 MEMÓRIA: PEÇA-CHAVE DESTA PESQUISA

O passado chega aos dias atuais por meio das representações, baseando-se em memórias, registros e sinais, trazendo para o presente o ausente vivido para assim interpretá-lo. A memória é, segundo Both (*In*: TEDESCO, 2002, pág. 86) “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta uma representação seletiva do passado, um passado que não é daquele somente, mas de um indivíduo inserido num contexto”. Ao comentar sobre memória, Pollak (1992. p. 4-5) refere-se que:

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado [...] sofre flutuações [...] se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

A memória coletiva manifesta-se pela constituição de arquivos novos, onde os mais característicos e utilizados são as fontes orais. Assim, a historiografia se

constitui, possibilitando reconstruir histórias de vida, do cotidiano, de batalhas, surgimento de locais e instituições, perpetuando a identidade.

A ideia de memória individual transparece intimidade, algo de apenas uma pessoa, portanto ela está em constante mutação, pois sofre influência do meio, das ideologias e do que é rememorado, passando a ser a memória de uma coletividade. Pollak (1992, p. 201) questiona os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (...) é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Estas memórias, quando internalizadas pelo indivíduo passam a fazer parte de sua vida e história, sendo em vários casos, difíceis de diferenciar, é a memória herdada. Já em outros episódios, a memória seleciona as informações a ser armazenadas, ou seja, ela é seletiva.

Segundo Nora (1993, p. 9), a memória "se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto". Neste sentido, o mesmo autor, registra os chamados lugares de memória, ao destacar:

São lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória.

Conforme Catroga (2015, p. 23) "as ideias, valores e imagens, que nesta [memória] se plasmam fragmentam-na em diversos "lugares de memória". Maneira de dizer que estes só serão suscitadores de recordações quando lhes é atribuído um valor simbólico". Seu objeto de estudo está alicerçado no valor de seus documentos, no patrimônio material e imaterial presente, em instituições, lugares e memórias.

As informações armazenadas pelas pessoas refletem-se principalmente em algo marcante, nas suas vidas, momentos, lugares e fatos. Para Candau (2012), sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas

capacidades conceituais e cognitivas. Por este motivo precisa ser constantemente reavivada, evitando assim o esquecimento. Segundo Ricoeur (2007, p. 435):

Tratando-se do esquecimento definitivo, atribuível a um apagamento dos rastros, ele é vivido como um ameaça: é contra este tipo de esquecimento que fazemos trabalhar a memória, a fim de retardar seu curso, e até mesmo imobilizá-lo. [...] o esquecimento é deplorado da mesma forma que o envelhecimento e a morte: é uma das faces do inelutável, do irremediável

As memórias remetem um passado de um indivíduo inserido num contexto, ligando-o ao sentimento de identidade e/ou pertencimento. Por meio da rememoração o passado é representado, falado e descrito, contudo não chegará a plenitude dos acontecimentos, cabendo ao historiador, interpretar, comparar e refletir, para assim registrar.

2.2 HISTÓRIA ORAL: FALAS QUE DESVENDAM HISTÓRIAS E ACONTECIMENTOS

A memória compõe o campo principal da História Oral investigando assuntos que só estão presentes no imaginário das pessoas e, ao serem revelados, constituem-se em fonte de informações que contribuem intensamente para a reconstrução de determinado fato ou história de um lugar. A escuta destas memórias, realizada em forma de entrevistas, mais conhecida como História Oral, consiste em registrar informações e conhecimentos. De acordo com Alberti (1989, p.52) é:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc.

Consiste na realização de entrevistas, com pessoas que vivenciaram acontecimentos, surgimentos de locais, estabelecimentos, instituições e ainda relatar formas de vida e condições sociais. De acordo com Halbwachs (1990, p. 65) "não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória." Ao lado de documentos escritos, dados oficiais, imagens e outros tipos de registro, as entrevistas orais são fontes para compreensão do passado.

A narrativa dos acontecimentos, assim como a rememoração auxiliam na escrita da história, pois a partir destes relatos é que se descreve os fatos e os registra. No entanto, os relatos de histórias de vida, de expressões individuais somente apresentam sentido quando compartilhadas e interligadas às ideias do coletivo.

Portelli expressa que (1981, p. 29-32) “as fontes históricas orais são fontes narrativas”. O entrevistado, ao narrar suas formas de sobrevivência, as mudanças que passou ao longo dos anos em seus espaços de vivências, trazem à tona o imaginário e as representações sociais em seus relatos.

Neste enfoque, a História Oral, investiga assuntos que só estão presentes no imaginário das pessoas e estão impregnadas também de sentimentos como orgulho, receio em falar, emoções e preconceito. Portelli (1981, p. 28-29) analisa as impressões que podem transparecer nas transcrições das entrevistas:

A mesma afirmativa pode ter consideráveis significações contraditórias, de acordo com a entonação do relator (...) a posição e o exato comprimento da pausa tem uma importante função no entendimento do significado do discurso, pausas gramaticais regulares tendem a organizar o que é dito em torno de um modelo referencial basicamente explicativo, ao passo que pausas de posição e comprimento irregulares acentuam o conteúdo emocional, e pausas rítmicas muito pesadas lembram o estilo de narrativas épicas. (...) funções de narrativas essenciais: eles revelam as emoções do narrador, sua participação na história e a forma pela qual a história o afetou.

Assim, pode-se perceber nas pausas, falas, retraimentos, emoções e até mesmo no estilo de narrativas, pesadas, épicas, ou arbitrárias, o que realmente o entrevistado queria expressar. Muitas vezes, podem ser fragmentos de memórias carregados de intenções, desejos e ideologias.

Cabe ao historiador interpretar os fatos, perceber os intuitos dos entrevistados, dar adequado tratamento a fonte e utilizar corretamente estas informações. A forma de interpretação, a leitura e prática é o que representa o registro, a realidade e a narrativa dos acontecimentos.

Nestas narrativas apresentam-se longas pausas, algumas para refletir, outras para encontrar a melhor forma de se expressar. Em alguns momentos revelam também sentimentos e histórias de vida.

Para alcançar o objetivo historiográfico, necessita-se de diferentes interpretações dos fatos que se constituem, ou tentam constituir-se como a realidade.

Existem as ideologias, crenças e posições tanto políticas, quanto sociais, religiosas ou culturais que tornam relativa a escrita da história.

Assim sendo, as narrativas são extremamente relevantes, ao complementarem os documentos e fontes oficiais, pois a história escreve eventos de personagens que se presentificam por determinado período, o que aparece depois, são relatos ficcionais ou reais, interpretações e impressões de um passado que se representa em pequenos fragmentos.

O objeto de investigação, o Clube negro de São Luiz Gonzaga, utiliza-se em grande parte, das narrativas de seus integrantes. São memórias individuais, mas que representam a trajetória do coletivo, de uma comunidade reunida com objetivos em comum. Os relatos apresentam variadas características, como exposto anteriormente, desde experiências, pontos de vista, ideologias, indicação de protagonistas até histórias de vida.

Nesse sentido, os testemunhos dos integrantes mais antigos do clube, possivelmente revelará um contexto histórico repleto de aspectos da comunidade negra e suas tentativas de manutenção da identidade cultural afro-brasileira e as estratégias de dar visibilidade junto à sociedade oficial.

2.3 PATRIMÔNIO: BUSCA PELO RECONHECIMENTO DO CLUBE NEGRO NO MUNICÍPIO

Na concepção de Maia (2008), durante e após a ditadura, teve início no Brasil a busca por memórias para formação da identidade nacional e regional, baseando-se na preservação dos lugares de memória – patrimônio, grupos, linguagem, “heróis”, festas, entre outros, – dando visibilidade a esta identidade por meio da criação de políticas públicas.

O patrimônio configura-se então, como o conhecimento e valorização de algo, seja apresentado em edificações, estátuas, monumentos, ruínas e praças, chamado de patrimônio material; na forma de fazer um prato típico, uma festa, uma dança, como o patrimônio imaterial, ou ainda em patrimônio natural como cachoeiras, lagos, bosques e florestas.

Será considerado, para a presente pesquisa o patrimônio material (prédio do Clube Recreativo Imperatriz) e o patrimônio imaterial, pois neste espaço realizavam-se festas e carnavais. Também subsidia o patrimônio cultural, pois auxilia na

compreensão da identidade histórica, valoriza a história local, conscientiza e proporciona a aquisição de conhecimentos da sua própria história. Conta a história de determinado povo, baseando-se na produção cultural, prédios, festas e tradições.

Neste sentido, a investigação da trajetória dos negros na cidade de São Luiz Gonzaga, engloba, além do registro histórico, o conhecimento e preservação do patrimônio material, representado pelo Clube Recreativo Imperatriz. Conforme expresso por Pérez (2008, p. 16) “patrimônio este que muitas vezes não é percebido, não é valorizado, nem preservado, porque não é (re) conhecido”.

3 REMANESCENTES DA CULTURA NEGRA EM SÃO LUIZ GONZAGA

A região das Missões-RS, por muito tempo, acreditou-se não se configurar como escravagista. Bento (1976, p. 125) ao citar Saint-Hilaire e a partir das próprias observações, expressa que:

Nas Missões observou que os negros eram em pequeno número. Predominava o elemento índio. “Os estancieiros desta região, não tendo escravos negros, aproveitavam a imigração dos índios para conseguir alguns que pudessem servir de peões”. Mais uma observação que nos permite concluir que o negro era o peão por excelência no restante do Rio Grande do Sul, exceto na região das Missões.

No entanto, o negro não era ausente nesta região. Em estudos recentes, esta ideia tradicional foi desmistificada e sabe-se hoje, que a região missioneira obteve cativos. São Luiz Gonzaga faz parte da região Noroeste-Missões do Rio Grande do Sul, onde há registros de famílias que possuíam trabalhadores escravizados, para auxílio no trabalho de campo, agricultura, edificações, moendas, olarias, atividades domésticas, entre outros. Daronco (2016, p. 2) explica os motivos deste pensamento:

Essa macrorregião (antiga região missioneira) do atual Estado, ainda no século 17, foi a primeira a receber o elemento europeu personificado na figura dos jesuítas espanhóis; no final dos anos oitocentos, já distante do período jesuítico, levas de imigrantes oriundos das colônias velhas ou diretamente de Estados europeus deram início a um novo ciclo de ocupação de terras públicas. A presença marcante destes sujeitos ligados à terra, ao comércio e até a pequenos empreendimentos industriais determinou que a literatura histórica e o imaginário social reproduzissem a idealização de um passado branco à região missioneira. Entretanto, a reinterpretação documental, cartorial e as próprias narrativas orais vêm revelando realidade diversa, na qual a fisionomia majoritariamente branca da população rio-grandense e regional torna-se também mestiça.

A imigração italiana e alemã, entre outras “etnias brancas” foi intensa no Rio Grande do Sul. E como para a região missioneira já vieram, em sua maioria, as famílias descendentes destes imigrantes, criou-se esse apotegma de que não havia negros. Em virtude disso, pesquisas apontam sua erroneidade, comprovando a participação efetiva do afro-brasileiro e a utilização de cativos nas estâncias, lavoura, comércio, âmbito doméstico, entre outros.

Fontella (2013) que trabalha com a participação efetiva do negro na região missioneira de São Borja, no século XIX, também faz afirmações de que havia uma população estável de cativos, seja por meio de tráfico africano, representada pela

população mais velha e masculina, mas principalmente pela reprodução natural que mantinha o grupo jovem e diversificado. Aborda que:

O significativo número de escravos naquela região mostra que desde o início do povoamento luso-brasileiro, o trabalho cativo foi fundamental para dar conta da produção dos estabelecimentos produtivos dos novos povoadores. Muito possivelmente, a oferta de trabalhadores livres estáveis era muito inconstante e cara naquela conjuntura de frequente belicosidade. Desse modo, entre outras razões, a mão de obra cativa, provavelmente se configurou na forma mais segura de atender a demanda por trabalhadores estáveis frente a um quadro de guerra constante e incertezas institucionais. (FONTELLA, 2013, p. 111)

De conformidade com o exposto, este autor afirma o uso de mão de obra negra em cativo no trabalho. Como São Borja, foi o único dos Sete Povos das Missões a ser habitado ininterruptamente, desde a decadência pós-guerra Guaranítica (1754-1756) e devido sua condição fronteiriça, possivelmente tenha recebido mais cativos ou alforriados para manutenção do processo produtivo local.

Como consequência desta presentificação, há um extenso legado negro na região noroeste do Rio Grande do Sul. Assim, no município de São Luiz Gonzaga, apresenta-se nos aspectos cultural, religioso, social ou econômico. Então, busca-se investigar o que resta de informações sobre o Clube e as memórias que ainda não se apagaram das famílias negras da região. Torna-se necessário encontrar estes remanescentes, estudá-los e registrá-los. Para isso, é relevante refletir sobre o que são os remanescentes e a cultura negra.

Para Rodrigues (1986, p. 11), a cultura é como um mapa que orienta o comportamento dos indivíduos em sua vida social; Cuche (1999, p. 10), diz que são as nossas escolhas, a forma como cada grupo cultural inventa soluções originais para os problemas que lhes são colocados pela vida em sociedade e ao longo do processo histórico.

Baseando-se nestas ideias, a cultura é o respeito à trajetória dos sujeitos, o conjunto de suas manifestações, semelhanças e diferenças, regras, valores, formas de comunicação, adaptações ao meio em que vivem ou que passam a viver, transformações e experiências construídas no decorrer de seu processo histórico e em sociedade. Assim a cultura negra representa a vivência, o passado, as transformações e adaptações, firmadas ao longo do tempo.

A cultura negra está presente na atualidade, pois o Brasil, como um país miscigenado, absorveu-a de tal forma que a sociedade utiliza expressões, religiões,

espaços, formas de vida, esportes, entre outros em seu dia-a-dia de forma voluntária ou involuntária. Então, podemos dizer, que a cultura negra incorporou-se como cultura de todos os brasileiros.

3.1 HISTÓRICO DE SÃO LUIZ GONZAGA-RS: DAS MISSÕES JESUÍTICAS AO SÉCULO XXI

Em 1687 inicia a história de São Luiz Gonzaga, terceira missão fundada em terras rio-grandenses. O padre jesuíta Miguel Fernandez, chega acompanhado de 2.922 índios aculturados vindos da redução de Concepción, hoje cidade de Conceição na Argentina.

Logo teve início a demarcação das terras para plantio, reunião do gado nas estâncias. Posteriormente, procedeu-se a construção de alguns espaços como a praça, casas dos índios, o cabildo⁵, o cotiguacú⁶ e as oficinas. A missão de São Luiz nas primeiras décadas do século XVIII, atingiu grande desenvolvimento econômico, com extensos campos cultivados, além da erva-mate, algodoads, trigais e comercialização por trocas.

Portanto, com o Tratado de Madri, em 1750, a Guerra Guaranítica e a expulsão dos jesuítas, a missão foi destruindo-se gradativamente, sendo alvo de pilhagens e abandono. Em 1801, quando as Missões são incorporadas ao território brasileiro, a Missão de São Luiz já estava completamente destruída.

A partir deste histórico da região missioneira, discute-se o fato de que a região era apenas habitada pelos índios, sendo que este conhecimento ficou entrelaçado na memória do povo. Referência importante que Daronco (2006, não paginado), expressa:

Além da região ser caracterizada no imaginário popular como um local de grande diversidade étnica, a historiografia local ao escrever a história dessa região praticamente não fez referência aos trabalhadores escravizados e ao sistema escravista. Portanto lançar um olhar sobre o passado dessa região significa mergulhar num emaranhado de contradições que embaça ainda hoje sua história.

Embora, haja muito a ser pesquisado pode-se afirmar que a participação negra na região Noroeste/Missões é fato consolidado. Aprofundando a discussão da

⁵ Corporação que se encarregava da administração da Missão.

⁶ Local onde abrigavam-se as crianças órfãs, mulheres viúvas ou sozinhas.

escravização, anteriormente Saint-Hilaire escreveu a inexistência negra na região, mas conforme os registros de outro visitante Avé-Lallemant, no Rio Grande do Sul podemos verificar seus apontamentos:

Imagem 1 - Africanos negros e descendentes nos Sete Povos das Missões – 1814

AFRICANOS NEGROS E DESCENDENTES NOS SETE POVOS DAS MISSÕES - 1814

M I S S Ã O	DATA DE FUNDAÇÃO	POPULAÇÃO DOS SETE POVOS DAS MISSÕES					
		BRANCOS	INDIOS	N E G R O S		NASCI- MENTOS	TOTAL
				LIVRES	ESCRAVOS		
SÃO BORJA	1690	1424	289	20	92	123	1948
SÃO NICOLAU	1627	1545	161	15	51	83	1855
SÃO LUÍS	1632	1412	212	24	37	66	1751
SÃO LOURENÇO	1691	434	2	-	2	27	465
SÃO MIGUEL	1632	706	111	18	44	56	935
SÃO JOÃO	1698	554	32	-	26	33	645
SÃO ANGELO	1707	320	16	-	-	15	351
T O T A I S		6395	823	77	252	403	7950
PERCENTAGENS (%)		85,00	10,63	1,02	3,35	4,37	100

— Afora os nascimentos, os negros e descendentes - representam 4,37% do total.

FONTE: AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil*. Rio, INL, 1953. p 262 v. 1
(transcrição dos *Anais* do Visconde de São Leopoldo)

Fonte: BENTO, 1976, p.109

A partir do quadro, pode-se concluir que embora o número de pessoas negras seja reduzido, se comparado aos brancos e índios, comprova a sua presença, representando nos Sete Povos das Missões, 4,37% da população, não acrescentando os nascimentos. Na redução de São Luiz, haviam 24 negros livres e 37 escravos, sem contar as regiões que, mais tarde passam a pertencer ao município.

Outra reflexão pertinente, neste período, ainda não havia intensificado a imigração branca com seus trabalhadores escravizados. Então estes números são iniciais.

De 1857 a 1863, São Luiz integra-se à região de Cruz Alta como distrito, participando de seu número de população. Conforme Daronco (2006, p. 52):

No final dos anos 1850, a população de trabalhadores escravizados do município de Cruz Alta chegava aos quatro mil cativos, ou seja, aproximadamente treze por cento da população total do município, que se aproximava dos trinta mil habitantes. Porém, considerando que os cativos eram inseridos na vida produtiva, desde os primeiros anos da infância, e que

parcela significativa das mulheres e crianças livres não participavam das atividades produtivas do município, esse percentual aumentava significativamente, em relação à participação dos trabalhadores ligados diretamente às atividades produtivas.

Além destes dados, o autor cita também os indícios de duas senzalas na região – uma na Fazenda Sobrado, em Bossoroca, distrito de São Luiz Gonzaga e outra na fazenda Estrela, em Lagoa Vermelha, município que pertencia à macrorregião Noroeste do século XIX.

Em São Luiz, a partir de 1860 começam a chegar famílias oriundas de diversos pontos do Rio Grande do Sul descendentes de imigrantes, com o objetivo de estabelecer propriedades rurais. Dentre estas famílias estava a Pinheiro Machado, que dedicou-se às primeiras construções públicas, abertura de ruas e início do desenvolvimento, o que levou a vila à emancipação política em 1880.

Juntamente, chegam a São Luiz Gonzaga, mais negros escravizados, sendo que sua mão-de-obra é utilizada para desbravar estas terras, construir casas e galpões, plantar e cuidar dos animais, assim como também, auxiliar nos afazeres domésticos. De acordo com Zarth (1994, p. 115)

Os escravos de uma estância típica regional podem ser classificados, em relação ao trabalho, em "roceiros", "campeiros" e "domésticos". Os primeiros eram os lavradores da subsistência do pessoal da estância, além de prestarem outros serviços. Os campeiros tratavam do trabalho pastoril propriamente dito e eram considerados mais habilidosos e melhores qualitativamente. A última categoria, os domésticos, da qual a maior parte eram mulheres, cuidava dos serviços rotineiros das casas e adjacências.

Como a região era ainda inóspita, necessitava-se de árdua labuta para derrubada de matas, para preparação da terra, plantio e para o cuidado com os animais. Mesmo que a família imigrante e trabalhadores livres, utilizassem sua força de trabalho, ainda foi utilizada a cativa. Nas colônias de imigração era proibido ao imigrante europeu tornar-se escravista, entretanto, a iniciativa particular de imigrantes que se inseriram no Brasil por outras vias possibilitava, aos que obtinham condições econômicas de possuir cativos. Contudo, percebe-se que a partir dos anos 1870, já era intenso o movimento abolicionista, seguindo os acontecimentos da província e do império.

Em 1884, o recém-criado município, já extinguiu a escravidão, embora houvessem negros alforriados desde 1872. Conforme a Enciclopédia dos municípios brasileiros (1959, p. 292):

A campanha abolicionista teve em Francelino Pereira Bastos a principal figura, pois que, a 14 de setembro de 1884, êle já podia declarar que a vila estava livre de escravos. Dez dias depois, a alforria se estendia a São Nicolau e, em dezembro, a todo o município.

Ainda da enciclopédia (1959, p.293), a população municipal em 1890, era de 13.719 habitantes, em 1900, 15.190 habitantes, e em 1919 já contava com 26.200, sendo destas a maior parte localizada no campo. Estes dados demonstram o rápido crescimento após a municipalização.

Um dos motivos do crescimento da cidade é a chegada, em 1905 do Regimento “Dragões do Rio Grande”⁷, aumentando a circulação de pessoas, possibilitando a chegada de novas famílias e movimentando-a com pessoas de grandes cidades. Isto contribuiu também para seu desenvolvimento social e cultural.⁸

No início do século XX, José Gomes Pinheiro Machado, natural de Cruz Alta-RS, tornou-se Senador da República e procurava beneficiar a região. Em São Luiz Gonzaga, cria o Aprendizado Agrícola, uma escola com ensinamentos básicos e práticas de agricultura. Funda-se em 1915, o Colégio Elementar Senador Pinheiro Machado. As melhorias seguiram-se com o telégrafo, quatro jornais impressos, a estrada de ferro, a ponte do Rio Piratini que foram os meios de acesso, modernização, desenvolvimento e maior circulação cultural.

No aspecto social, havia poucas Sociedades Recreativas: o Clube Harmonia, fundado em 06 de junho de 1905, a União Operária, fundada em 08 de maio de 1910 e o Clube Primavera, criado em 1º de abril de 1919, com diretoria exclusivamente feminina. Estas três instituições congregavam praticamente toda a sociedade local.

No entanto, a morte do Senador, em 1915, interrompeu o crescimento, ficando a via férrea sem finalizar e a cidade em estagnação. Somente depois de algumas décadas, o município retomou seu crescimento.

No início da década de 1920, São Luiz envolvia-se nas revoluções armadas, ainda não tinha energia elétrica, nem hospital. Sua população era de cerca de 3 mil habitantes na sua sede, com economia agrícola, três escolas, telégrafo, correios e um estabelecimento de crédito, o Banco da Província. A edificação da Gruta Nossa

⁷ Explicado no item 3.3

⁸ Para registrar as partes a seguir da História de São Luiz Gonzaga, utilizou dos escritos e informações de Santos (1987) e Nascimento (2017)

Senhora de Lourdes foi iniciada em 1924 e inaugurada em 12 de dezembro de 1926, sendo ponto de devoção até os dias atuais.

Na década de 1930, São Luiz já contava com novas edificações públicas como o Fôro, o Regimento de Cavalaria, o Quartel da Brigada Militar, pista de pouso de aeroplano, além da Igreja, dois clubes sociais e o cinema, e novos prédios residenciais. Conforme Nascimento (2017), haviam uma série de novos estabelecimentos:

Também já estavam instaladas, na época uma “Estação Experimental de trigo”, um posto fiscal do Governo Federal, curso de alfabetização de adultos, duas bibliotecas, correio, posto de observação meteorológica e uma Guarda Municipal. A saúde era atendida por seis médicos, cinco dentistas e três farmácias. O comércio era representado por casas de atacado e varejo, além de uma loja de calçados, uma livraria, uma ourivesaria, tabernas (bares), uma tipografia e duas agências bancárias. Uma hidrelétrica de pequeno porte (a maior da região missioneira) abastecia a cidade com energia elétrica e já começavam a aparecer pequenas indústrias, como uma fábrica de móveis, uma fábrica de sabão, uma fábrica de cerveja e vinho, além de marcenarias, sapatarias, alfaiatarias, olarias e curtumes. São Luiz contava ainda, com dois hotéis e algumas pensões. Como meio de transporte, já trafegavam no município, automóveis e caminhões, em expressivo número. Como transporte de carga o caminhão estava completamente integrado substituindo, muitas vezes, a carreta e a carroça que ainda eram maioria.

Na década de 1940, seguem-se as melhorias com a chegada da Estrada de Ferro, a instalação do Ginásio Santo Antônio de Pádua, dirigido pelos padres da Ordem dos Frades Menores e ainda a implantação do Hospital de Caridade. Em 1943, cria-se o Clube Imperatriz, local de socialização para os negros, que não conseguiam inserir-se nos clubes existentes até então e, ao final da década (1949) inaugura-se a Rádio São Luiz.

No final da década de 1950, chegaram a Ordem das Irmãs Salesianas que estabeleceram métodos inovadores que reformam a educação feminina na cidade. Ocorrem as primeiras reuniões, edificações e implantação do Centro de Tradições Gaúchas “Galpão de Estância”. No âmbito econômico, funda-se em 25 de setembro de 1957, a Cooperativa Tritícola Regional São-luizense Ltda. e a instalação do prédio do Banco do Brasil em 03 de julho de 1959. No lazer, é criado o Clube Rancho ou Sociedade Atlético São Luiz.

O aumento da população é significativo, pois segundo estimativa do D.E.E. para 1956, a população de São Luiz Gonzaga, chega a 51.220 habitantes localizando-

se 9.510 na sede e 41.710 habitantes na zona rural. (Enciclopédia dos Municípios, 1959, p.293).

Ao longo do tempo, a partir da década de 1960, intensifica-se a vinda de famílias que começam a atuar no comércio, na agricultura e em outras atividades produtivas. Inaugura-se em 1963 a Caixa Econômica Federal, constroem-se Associações de Moradores em diversos bairros e vilas; funda-se a Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), em 20 de março de 1964; o Clube da Vila Militar – Cluvimil, em 20 de maio de 1967, onde frequentavam apenas militares de cargos acima de tenentes.

Na década de 70, a construção da BR 285 traz desenvolvimento e expansão econômica. Preocupações com a cultura e preservação da memória são expressas por meio das tratativas e apoio da comunidade para construir o Museu Senador Pinheiro Machado. Edifica-se o Clube dos Subtenentes e Sargentos da Guarnição de São Luiz Gonzaga, inaugurado em 30 de novembro de 1970.

A década de 1980, é marcada pelo intenso êxodo rural, no qual a maioria das vilas e bairros da periferia se formaram, aumentando a população da cidade e a busca constante por melhores condições de vida. Surgiu também, o que se tornaria um significativo evento de integração e entre Brasil e Argentina, a Mostra da Arte Missioneira, idealizada pelo também criado Instituto Histórico e Geográfico.

Nas décadas seguintes, São Luiz Gonzaga busca seu desenvolvimento, pois as empresas de grande porte são escassas, a economia ainda baseia-se na agricultura, pecuária e comércio, limitando as oportunidades de emprego e renda.

3.2 FAMÍLIAS NEGRAS DE SÃO LUIZ GONZAGA E REGIÃO: COMPROVANDO RAÍZES DE ORIGEM AFRO-BRASILEIRA

São Luiz Gonzaga, em diferentes períodos pertenceu a Cruz Alta, Uruguaiana, São Borja e Santo Ângelo, tanto na sua organização territorial, quanto religiosa. O distrito foi criado com a denominação de São Luiz Gonzaga, pela Lei provincial n.º 431 de 08 de janeiro de 1859 e elevado à categoria de vila com a mesma denominação, pela Lei provincial n.º 1238, de 03 de junho de 1880, desmembrado de Santo Ângelo e São Borja e instalada em 07 de janeiro de 1881.

É elevada à condição de cidade e sede do município com a denominação de São Luiz Gonzaga, pelo decreto estadual n.º 477, de 12 de março de 1902. A partir

daí abrangeu toda a região que atualmente constituem-se municípios de São Nicolau, Bossoroca, Rolador, Dezesseis de Novembro, Roque Gonzáles, Pirapó, Cerro Largo, Caibaté. Porto Xavier, Guarani das Missões, entre outros.

Estes distritos sofreram oscilações, mas a partir de 1954 começaram as emancipações e os territórios de domínio político são-luizense foi alterado. No mapa abaixo, é possível verificar a jurisdição de São Luiz Gonzaga, após a emancipação e seu desmembramento ocorrido gradativamente, até os anos 2000. (Considerar as divisões do mapa, as linhas vermelhas foram inseridas apenas para facilitar a visualização).

Imagem 2 - Mapa da região das Missões



Fonte: Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/missoes/missoes.htm> Acessado em: 12 de novembro de 2018.

Para melhor compreensão do subcapítulo seguinte, que corrobora sobre uma família negra de Santo Antônio das Missões, distrito de São Borja, observar no mapa acima, a proximidade deste município com São Luiz Gonzaga e seus distritos.

3.2.1 Quilombo das Luzia: história de uma família negra que foi tema de música da família Ortaça

O atual município de Santo Antônio das Missões (SAM), anteriormente Vila Treze de Janeiro, era o 4º Distrito de São Borja, teve sua emancipação político e administrativa em 12 de outubro de 1965. Mesmo não tendo sido distrito de São Luiz Gonzaga, sua proximidade geográfica, faz com que a população se desloque mais a este do que a São Borja, seja para trabalho, compras ou lazer.

Portanto, suas histórias se entrelaçam, devido a explicação supracitada e, acima de tudo, por a história desta família negra estar relacionada também a moradores são-luizenses, registra-se esta importante trajetória.

A família conhecida na região como “Das Luzias” “descendentes da Luzia” ou “Quilombo das Luzia”, era moradora de Santo Antônio das Missões, ainda como distrito, a Vila 13. Esta história é baseada no depoimento de duas filhas de Luzia: Carvalho e Oliveira e um neto Jocemar, assim como no de Fontella (2019).

Há grandes controvérsias quanto ao nome da matriarca da família. Ela ficou conhecida popularmente como Luzia. “A minha avó era ... chamavam ela de Luzia, mas o nome dela no caso era Luiza era Nenê parece, não sei se esse sobrenome é de uma família, ou como que era (...), mas todo mundo conhecia ela como Luzia, ela era a chefe da família. (JOCEMAR, 2019).

O nome verdadeiro, de acordo com a família, era Luiza Rodrigues Nenê, sobrenome que provavelmente seja originário da família da qual descende, pois, seus irmãos assinavam-se assim e foram criados por famílias distintas. Nos documentos das filhas, seu nome aparece como Luiza Vieira de Oliveira.

Uma das filhas, Oliveira (2019) relata que ela gostava de usar o sobrenome do marido. “Luiza ela se chamava, ela não queria ser chamada de Luzia, o nome dela era Luiza, o sobrenome dela era Rodrigues Nenê, mas ela não se assinava, é Franco de Oliveira do meu pai. Nossos papéis é tudo Franco de Oliveira”.

Portanto, usa-se aqui, conforme documentos das filhas, o nome de Luiza.

Luiza, nasceu no ano de 1905, foi criada por uma família de fazendeiros da região do Itaroquém, onde trabalhava no serviço da casa e cuidando os filhos dos patrões. Neste local, casou-se com Severiano Franco de Oliveira e teve cinco filhos: Eloá (mais tarde adoeceu, provavelmente teve leucemia e faleceu aos dezesseis anos), Maria Irma, Maria Antônia, Setembrina e Felisberto.

Imagem 3 - Pintura de Luiza Vieira de Oliveira e Severiano Franco de Lima



Fonte: Acervo pessoal de Otacília

Não se sabe especificamente quando vieram para a Vila Treze de Janeiro, mas aproximadamente, usando as informações coletadas e datas de nascimento dos filhos, conclui-se que foi no ano de 1935.

Passaram a residir em um terreno de propriedade da família que a criou, onde hoje se localiza no Bairro São Jorge. Era um local remoto, mas aos poucos foram construindo e formando seu “clã”, buscando a partir de então, várias formas de sobrevivência.

A História do Quilombo das Luzias é uma história bastante bonita e importante para a região das Missões, porque essa história se desenrola e inicia, não se tem a data definida, no quarto distrito de São Borja aonde depois veio a transformar-se na Vila 13 de Janeiro, no futuro breve ali, próximo daquela época, no município hoje de Santo Antônio das Missões. Não se sabe quem trouxe as Luzia para aquela região só se sabe que foi um certo cidadão que chegou e despejou três negras e um negro e ali eles fizeram um tipo de arranchamento, cercado todo ele com uma cerca alta como se fosse tapumes e dentro daquilo ali eles fizeram a cidadela deles, foram se proliferando e foram indo, foram aumentando e plantando o subsídio, alimentos para a família deles. Assim, aquela família foi aumentando e fazendo depois pequenos trabalhos dentro da comunidade e com o tempo foram ficando muito famosas as negras pela coragem que elas tinham. (FONTELLA, 2019)

Imagem 4 - Local onde a família de Luiza residiu ao chegar na Vila Treze de Janeiro



Fonte: acervo da autora – 2019

O espaço onde passaram a residir, não possuía nada. Construíram pequenas e simples casas com madeira tirada do mato, taquaras e uma argamassa feita com barro e esterco de gado. Plantaram seus alimentos, fizeram hortas, criaram galinhas e outros animais para sobreviver. Trouxeram da fazenda algumas vacas de leite.

Trouxeram 30 reses pra botar ai nesse lugar, trouxeram cavalos. Morreram tudo os bichos, os que não morreram os tropeiros cruzaram aqui nessa rua, tempo que tropeavam, quantia de vacas. E as vacas dela, da mãe tava na rua, levaram tudo, vendiam junto. Depois as últimas que tinha, ela gastou, vendeu pra uma irmã minha, a Eloá ela tava doente, não conseguiram salvar ela, pra pagar hospital lá em Cerro Largo. Ela ficou mais de mês internada no hospital em Cerro Largo, ela inchou, ela tinha 16 anos quando faleceu. (CARVALHO, 2019)

Como outra forma de sobrevivência, a família passa a se integrar na comunidade, buscando trabalho. Severiano trabalhava em lavouras, fazendo capinas, plantando e cuidando de chácaras. Luiza, começou a lavar roupas para fora. Próximo da casa tinha uma sanga, onde ela lavava as roupas das famílias abastadas da Vila Treze.

A minha mãe era lavadeira, lavava roupa, dava pena a lavação de roupa. Pra tudo que é família que tinha aqui em Santo Antônio ela e a Tia Clara que era cunhada dela, elas lavavam roupa num riacho, sabe num

lajeado não tinham tanque nada era lavado assim, é era muito trabalhoso. Elas terminaram de criar os filhos, os que ficaram assim, trabalhando, lavando roupa e entregando pras famílias. (CARVALHO, 2019)

Imagem 5 - Local da sanga onde Luzia lavava as roupas para sustentar sua família - hoje é um açude – 2019



Fonte: acervo da autora - 2019

Em 1937, nasce outra filha do casal, Tereza, em 1944, Otacília, e, mais tarde, Marli. Esta última gravidez foi de gêmeos, mas o menino nasceu morto, sobrevivendo apenas a menina.

No final da década de 1940, Severiano morreu de complicações após uma congestão alimentar. A filha mais nova, Marli, tinha apenas 2 anos de idade. Esta morte trouxe grande desordem para a família, pois Luiza ficou viúva com oito filhos para sustentar.

Era uma pessoa muito boa meu pai. Depois que o pai morreu minha vida se terminou, porque ele não deixava me botar nas casas, e depois que ela ficou viúva eu fiquei de uma casa pra outra, eu não me dava numa casa ela me tirava de lá e botava em outra. Eu sofri muito na mão dos outros. (...) nessas casas eu era como diz uma escrava, porque eu tinha que fazer tudo que era serviço. (...) eu era bem pequena quando comecei a andar pelas casa. Dos seis em diante. Depois onde eu parei mais foi no seu Alfredo Marques, mas depois com 15 anos eu não aguentei mais e disse não eu não vou ficar mais aqui aí a mãe me trouxe pra cá, mas a mãe me botou trabalhar aqui em Santo Antônio, ai eu fiquei aqui até agora, era Vila Treze naquela época. (CARVALHO, 2019)

Não apenas uma filha saiu de casa para trabalhar, mas as outras também. As mais velhas já trabalhavam em casas de família da vila para ajudar no sustento familiar.

No ano de 1965, a Vila Treze de Janeiro, se emancipa e torna-se o município de Santo Antônio das Missões. A partir do crescimento do município, começavam a ocorrer pequenos delitos na comunidade e passaram a acusar a família. No entanto, não existiam provas de que fossem elas que praticassem os furtos, provavelmente isto se devia aos estereótipos sociais atribuídos às comunidades negras em todo o Brasil.

Era verdade, nós era muito perseguida, muito perseguida, o que acontecia em Santo Antônio iam na nossa casa. (...) era preconceito, só podia, pegavam as nossas coisas, levavam pra dizer que era alheia dos outros né. Até quando me casei tinha bastante coisa que ganhei de casamento muitas vez levaram, levavam e não devolviam mais pra nós. E a gente vai ficando né ... báh, não é fácil. (OLIVEIRA, 2019)

A autoridade policial na época, tenta várias incursões para prendê-las e não conseguia. Como eram muitas ocorrências registradas e com a chegada de um novo inspetor de polícia na cidade, mais uma vez tentam invadir a propriedade. Sem sucesso, solicita auxílio de outros policiais e até mesmo de civis.

Até que chegou na cidade de Santo Antônio das Missões o inspetor de polícia que depois se aposentou como comissário e ele resolveu as partes eram bastante e ele resolveu ir lá chegou lá foi corrido pelas negras, foi corrido pelas negras e ele voltou e reuniu os poucos brigadianos que tinha ele como representante da Polícia Civil e a existia um ônibus que pertenciam empresário de época e tinha o apelido de guri preto que esse ônibus fazia o transporte de linha de Santo Antônio das Missões a Garruchos a vila de Garruchos e ele botou aquele o ônibus à disposição e reuniu um pessoal civil para auxiliarem ele no intento E aí encheram aquele ônibus melhor que tinha dos ônibus dos homens mais corajosos da época e foram. E aí foi um verdadeiro desastre que aconteceu não morreram pessoas porque as Luzias não tinham armas nunca tiveram armas eram pobres demais, mas eles transformaram aquilo ali numa verdadeira batalha foi impressionante brigando atirando água quente brigando com chaleira com tição de fogo com machado e assim por diante e terminou que essas histórias começaram a ficar grandiosas demais. (FONTELLA, 2019)

A família de Luiza, composta em sua maioria por mulheres, foram surpreendidas por esta ação policial, mas tomaram partido da briga, que acabou sem resultados, pois elas lutaram para defender sua propriedade, por seu grupo e sua

família. Mesmo não tendo armas, utilizaram o que tinham disponível e expulsaram os invasores. Carvalho (2019) conta sua versão da história:

É real, foram lá, eles foram lá em casa, a polícia foi lá, inventaram nem sei o que tinham roubado, tinha uns vizinho que eram muito ruim, eram contra nós, inventaram. Aí foi lá a polícia. Ai nós se revoltamos, aqui vocês não vão fazer bagunça, chegaram derrubando porta, fazendo bagunça. (...) era policiais dessa, da Brigada, (...) disseram: não vai lá, são braba as negra; não eu trago tudo a negrada maneada, diz que ele disse [risos], ia trazer maneada, onde é que já se viu, a gente não era bicho pra ser maneado.

Não se sabe ao certo, qual parte estava correta, pois se alguns roubos eram realizados provavelmente seja por necessidade, pois estas famílias tornaram-se numerosas e eram muito pobres. “Se fizessem, se praticassem aquilo ali [delitos], tudo bem que eram muito pobres as negras, agora nada ficou provado, não para comércio era mais para o consumo”. (FONTELLA, 2019). Outro ponto, é que não haviam provas, apenas a população da pequena cidade as acusava, possivelmente devido ao preconceito racial.

Muitos integrantes da família estudaram, seguiram profissões, alguns se aposentaram trabalhando na prefeitura de Santo Antônio, outros que trabalhavam no comércio, têm seu negócio próprio, ou mudaram-se da cidade. Existem descendentes de Luiza também em São Luiz Gonzaga, Bossoroca, São Borja, Porto Alegre entre outras cidades do Rio Grande do Sul e também em Planalto e Curitiba, no Paraná.

Luiza teve três derrames cerebrais, ficou 12 anos na cadeira de rodas, período em que foi cuidada pelas filhas. Faleceu em fevereiro de 1996, com 91 anos de idade.

Imagem 6 - Festa de aniversário de Luiza (sentada) e cinco filhas (da esquerda para a direita) Marli, Maria Antônia, Maria Irma, Otacília e Setembrina



Fonte: Acervo pessoal de Otacília

Sobre as formas de diversão, realizavam bailes no sítio da família, reuniam os parentes que moravam ali e, ao centro, no chão, dançavam, cantavam. Uma pessoa da família tocava uma gaita, mas se divertiam e cultuavam suas tradições. Apenas entrava nas festas alguns conhecidos, amigos de alguém da família, se convidados, ou trazidos, mesmo que fossem brancos.

Fontella (2019) expressa que as Luzias faziam bailes periódicos, com música, danças, eram alegres e extrovertidas, o que é uma característica da cultura africana e afro-brasileira.

Inclusive na minha juventude eu participei muito de bailes, que elas faziam bailes, elas cantavam, elas dançavam entendeu, eram alegres, isso aí é uma realidade e raramente alguém de fora daquela, de fora do clã delas ali tinha a entrada lá. Eu e uma meia dúzia de amigos, naquela época, rapaziada nova, nunca teve aquele negócio de divisão de raça, era todo mundo amigo, então era muito bem recebido, por isso que se crio esse vínculo bem diferenciado dos outros.

Fontella, relata que conhecia “as Luzias” desde jovem, assim como seu pai, e por causa desta participação nas festividades do “Quilombo”, na adolescência, iniciou uma relação de amizade com a família, conhecendo seu cotidiano, seu estilo de vida e os enfrentamentos com a polícia.

As descendentes de Luiza, contam que Fontella trabalhava na prefeitura de Santo Antônio das Missões onde Setembrina e Otacília também trabalharam e, a partir de conversas com Setembrina e com outras pessoas da cidade, escreveu a música – Quilombo das Luzias.

Muito tempo depois, nos anos 2000, Fontella, já atuava como radialista e o cantor Pedro Ortaça solicitou que escrevesse uma música sobre a história das Luzias, que ele sempre contava, e inclusive Ortaça tem vizinhos no Bairro Mário local de residência de familiares das Luzias. A música foi escrita e “quem escutou ainda sem melodia, se encantava com a história e a letra” (FONTELLA, 2019).

Assim, a música foi gravada e teve um grande sucesso. No entanto, a música fomentou um processo judicial, iniciado por uma advogada de Santo Antônio das Missões, primeiramente, contra a gravadora ACIT Comercial e Fonográfica Ltda., em seguida contra o cantor Pedro Ortaça e o compositor Júlio Fontella.

Há duas versões dos fatos, a da família e do compositor: “Fizeram a música, na época tinha uma tia minha que se revoltou, ela não queria que fizessem né, os cara fizeram e nem conversaram com ela, ela não ficou muito contente. Ela queria ser comunicada ou perguntada sobre aquilo ali”. (JOCEMAR, 2019).

Eu não gostava da música. Não gostava. Era braba... Aí depois deixei, nem me importei mais, é, do Quilombo das Luzia né. Eles fizeram a música sem consultar com nós, só fizeram né, não podiam de ter feito isso, tinham que perguntar pra nós, né porque a gente ... não só fizeram, quando a gente viu estourou a música, e ficou, todo mundo báh, gozavam, aonde a gente tava tocando o tal do Quilombo das Luzia, por isso que eu ficava braba, não gostava. As vezes tava num lugar, ah vamos escutar a música do Quilombo das Luzia, ali já tava ... e é isso ai. (...) Já usava a música pra outras coisas, a gente ficava com vergonha, eu ficava com vergonha, (...) e tudo que era criança, tudo que era piá, fazendo graça da música né. O Júlio fez, ele não podia ter feito isso ai. Tinha que falar com nós, nós era amigo, trabalhemo tempo na prefeitura, nós servindo ele ai né. Porque ele fez isso, mas fez né, agora... (OLIVEIRA, 2019)

A família não sabia, quando nós descobrimos, escutemo um dia no rádio aquela música, do Quilombo das Luzia. Aí nós ficamos pensando o tal de quilombo esse (...) quem fez foi o Júlio Fontella, fez escondido, então eles trabalhavam junto com a Setembrina, ela trabalhava na Prefeitura e ela gostava de contar história, uma vez que foi uns negócio com a polícia, inventaram umas coisa, a polícia foi lá, nós fiquemo revoltado e não deixemos eles fazerem o que queriam né. Daí inventaram que foi a briga que até as criancinhas, brigavam de mamadeira, [risos] e ai as negra de facão, é muito engraçada essa música. (...) Quando descobrimos, nos botamos na justiça, bem no final andemo até em Caxias do Sul, por causa disso ai. (...) a Josiane Balbé que pegou a causa, era contra a gravadora de lá de Caxias. (...) ela que botou a gravadora, mas nós queria os que fizeram. (CARVALHO, 2019)

Vencemos em todas as estâncias porque na verdade Quilombo das luzias é uma ode às Luzias e a raça negra e isso hoje é reconhecido a nível de Brasil pelos principais movimentos da Raça Negra do Brasil. (...) o Pedro Ortaça e quem tem os relatórios todos eles mandam para o Pedro dizendo que o Pedro pagou o grande tributo a raça negra com o Quilombo das Luzias e é interessante isso aí e eu devido esse processo eu fiquei magoado com as negras e aí resolvi não falar inclusive foram feitas pesquisas, registros da televisão sobre o quilombo das luzias aonde eu sempre fui o principal convidado nunca estive presente em nenhum é a primeira vez, ao longo dessa história do Quilombo das luzias, que eu falo para alguém o que aconteceu, como aconteceu, eu acho que você foi brindada, foi de sorte. (FONTELLA, 2019)

Depois de várias instâncias acabaram sendo inocentados, pois em uma das audiências uma conversa entre Fontella e uma das descendentes mais antigas das Luzias ela afirmou ser verdadeira a história contada na música.

Ela me conhece, me conhecia desde pequenininho, e ela me olhou na frente do juiz e me disse, porque é que tu foi fazer isso aí contra nós

Julinho? Eu digo, não Tereza eu não fiz contra vocês o que eu fiz foi relatar uma verdade quando uma autoridade entrava na propriedade de vocês e faziam e aconteciam. [Filha] isso é verdade mesmo, porque chegavam metendo o pé na porta e quebrando e fazendo e coisa e tal. Aquilo ali, o juiz e o promotor só começaram a dar risada, ela contou toda a história verdadeira. (FONTELLA, 2019)

A partir deste episódio, os réus passaram a ser inocentados, pois não havia história falsa e a música não obtinha preconceito racial. Todavia, nem todos os integrantes da extensa família, concordavam com o processo, principalmente os mais novos. Este processo foi avaliado na época em 1 milhão de reais.

Nem a gravadora, nem o Pedro Ortaça, muito menos eu, teríamos eu acho que condições de fazer isso aí arrecadando o resto da vida e a advogada deles não se deu conta que se perdesse isso aí as custas processuais seriam altas e foram altas. Aí inclusive eu e o Pedro Ortaça nós pedimos a justiça que desce em gratuidade para as negras, porque elas não tinham condições de pagar o que a própria justiça impetrou custos e fomos atendidos. (...) foi um troço tão bonito aquilo ali. (FONTELLA, 2019)

Ao final, como as Luzias perderam o processo, os processados ainda intercederam a seu favor, pois devido a condição social delas, jamais conseguiriam arcar com os custos do processo.

Em divulgação no site de Pedro Ortaça⁹, no dia dezoito de março de dois mil e onze, conclui-se o processo a favor do cantor:

A 6ª Câmara Cível do TJRS confirmou que a música de Pedro Ortaça e Júlio César Fontella dos Santos, Quilombo das Luzia, não possui qualquer cunho racista. A partir deste entendimento, o colegiado de três Desembargadores considerou improcedente o recurso interposto pelas filhas de Luzia Rodrigues Nenê, falecida em fevereiro de 1996, contra sentença que havia chegado à mesma conclusão.

Na ação que tramitou perante a 6ª Vara Cível de Caxias do Sul contra Pedro, Júlio César e a ACIT Comercial e Fonográfica Ltda, as cinco filhas afirmaram que se sentiram lesadas pela exposição pública, sem consentimento, do nome da mãe e da tia na música Quilombo das Luzia. Também atribuíram a prática de racismo e ofensa à imagem da família. Requereram o pagamento de indenização pelos danos morais e materiais. (...). Para o Desembargador Ludwig, não há qualquer conteúdo racista na letra. Considerou que a letra da música nada mais é do que um resgate histórico de

⁹Quilombo das Luzia. Disponível em: <http://www.pedroortaca.com.br/single-post/2011/03/18/Quilombo-das-Luzias?nid=3730> Acessado em: 25 de outubro de 2017.

um quilombo que existiu em Santo Antônio das Missões e não atinge a imagem e a honra daquele povo. (...)

Então ficou concluído que na música “Quilombo das Luzia”, não havia nenhum preconceito explícito, ao contrário que exalta a cultura negra, conta a trajetória e a história da família. Segue a letra:

De além-mar vieram os negros africanos para o Brasil. Não por vontade própria. Vieram como escravos. Pelearam em guerras e revoluções, para defender uma pátria que nem sua era. Inclusive o Rio Grande do Sul. Espalharam a sua cultura por todo este continente. Na vila 13, nas missões, também existia um quilombo...

Das Luzia...

Que era bem assim...

Raça negra dominando na vila 13 vivia

Carvão na pele curtida

Brasa no olho que ardia

E a liberdade na alma no quilombo das Luzia

Africanos quase puros

Um clã de raça brava

Que quando estanha os olhos

Ou quando afrouxa a baba

Ficam pior que temporal

Quando com fúria desaba.

Certa feita a autoridade

Quis prender as negras Luzia

Foram os ratos e os baios

E mais o povo que podia

E o quilombo pegou fogo

E o chão de medo tremia

Peleavam se conversando

Cotejando no facão

Não gostavam dos de farda

Dos paisana também não
 E a cada estouro das negras
 Um branco beijava o chão

Enquanto da briga crescia
 Que cerrava a polvadeira
 As Luzia davam laço
 Com panela e com chaleira
 E até os negrinhos de colo
 Davam pau com as mamadeiras

Anda lacaio, negro não ameaça, negro dá!!!
 A negra fúria guerreira
 Não se dobra ao opressor
 Enfrentam de alma aberta
 O chicote e o feitor
 Quem nasceu para ser livre
 De pouco interessa a cor

A letra demonstra a família como guerreira, que defende os seus interesses, que resiste à opressão e cultua suas tradições. “Aquele quilombo agigantou-se tanto, pra se transformar numa história lindíssima”, “na verdade a minha intenção foi fazer uma ode para história delas que é uma história real em que se transformou em pública” (FONTELLA, 2019)

O uso do termo “quilombo” para descrever o local era porque Luiza construiu sua casa e com o passar dos anos, suas filhas foram se casando e construindo casas próximas, formando-se uma aglomeração. Eram em torno de seis famílias no sítio. “Nós morava tudo junto com a mãe, no sítio um terreno grande tinha a casa dela, a gente morava com a mãe ai uma fazia uma peça aqui, outra uma casa lá pra morar com os filhos, era o tal de quilombo mesmo. [risos]”. (OLIVEIRA, 2019)

Uma reportagem¹⁰ de 2013, mostra alguns parentes e netas de Luzia, confraternizando com os músicos a obra “Quilombo das Luzias”, após o término do processo. Isto mostra que nem todos os integrantes obtinham a mesma interpretação do fato e que o processo estava encerrado. No entanto, as três irmãs que participaram do processo e Fontella, não compareceram ao evento.

Imagem 7 - Confraternização no Quilombo das Luzia com Pedro Ortaça, no Piquete Negro Betão



Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/files/2165/2012/09/negras.jpg>

Atualmente, Fontella e Ortaça trabalham em uma nova música, tributo a cultura negra. Um projeto que visa um intercâmbio cultural entre grandes nomes da cultura brasileira no qual levou Pedro Ortaça para o sertão da Bahia para conhecer lá Bule-Bule e trouxe para a região missioneira este mestre da cultura baiana.

Inicialmente, pensaram em utilizar o Quilombo das Luzia como música. No entanto, devido a necessidade de ser inédita, Fontella compôs “Raça Negra” e após

¹⁰ Suposto quilombo de mulheres inspira música de Pedro Ortaça. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/reporter-farroupilha/platb/2012/09/14/as-musicas-gauchescas-que-inspiradas-por-historias-reais/>> Acessado em: 25 de outubro de 2017;

receber melodia pela família Ortaça, Fontella conclui que “para mim o Raça Negra ficou mais bonito melodicamente do que o Quilombo das Luzias, ficou uma verdadeira obra-prima e a interpretação do Pedro Ortaça é uma lisura”.

Assim, embora ganhando o processo, a música Quilombo das Luzias, não foi tão divulgada, não foi trabalhada sua publicidade, embora toque nas rádios e ter rendido grandes elogios aos compositores.

As descendentes de Luiza, atualmente moram nos bairros Jardim dos Pampas e São Jorge. De todo o clã, são três mulheres que estão vivas, as mais novas que nasceram em Santo Antônio das Missões, Tereza, Otacília e Marli.

Imagem 8 - Tereza de Oliveira Carvalho e Otacília Oliveira de Oliveira



Fonte: acervo da autora - 2019

Por volta dos anos 1970, nas terras onde a família morava e tinha construído seu sítio, suas casas e plantações, foi solicitado pelos proprietários e, Luiza teve que mudar-se. Ela aceitou pacificamente a saída, não reivindicou direito de posse. Assim, cada família adquiriu um terreno, próximo ao local, reconstruíram suas casas, constituíram suas famílias e ali residem até hoje.

3.2.2 Maria Aleixa: seus descendentes povoam São Luiz Gonzaga

Sabe-se muito pouco de Maria Aleixa. As informações de sua trajetória em São Luiz Gonzaga são baseadas na sua Carta de Alforria (ANEXO A), em análises de datas e principalmente na memória de Anna Olívia do Nascimento, bisneta do Coronel João Luiz Nascimento, proprietário da cativa e de extensa fração de terras no 3º Distrito de São Luiz Gonzaga, Bossoroca.

João Luiz viajava muito para região de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Em uma destas viagens trouxe um “presente” para sua esposa: uma escrava de 17 anos, Maria Aleixa. Como ele estava em constantes viagens de negócios e política, a escrava era dama de companhia de Carolina Pereira do Nascimento, pois o casal ainda não tinha filhos.

Imagem 9 - Tenente Coronel João Luiz Nascimento e a esposa Carolina



Fonte: Acervo pessoal de Nascimento

Maria Aleixa era filha de cativos, nascida no Brasil, foi comprada e registrada em 20 de maio de 1872 e alforriada por seu senhor, o Coronel João Luiz do Nascimento, em 4 de outubro do mesmo ano. Esta alforria, dentre as demais na fazenda, devem-se aos ideais e discursos republicanos e abolicionistas pelo qual o Coronel viu-se permeado em suas viagens. Segue sua transcrição:

O abaixo assignado dá de dia em diante liberdade a escrava Maria Aleixa que possui e acha matriculada com o número 85 na matrícula geral do município em 20 de maio de 1872, e cuja escrava liberta sem ônus ou obrigação alguma e para que goze da mesma liberdade passo a presente para que todos que vejam assim a considerem.

São Luiz Gonzaga, 4 de outubro de 1872
João Luiz do Nascimento.

Neste documento, consta como matrícula, o número 85 do município, o que fornece a ideia de que haviam, ao menos, outras 84 pessoas em cativeiro. No entanto, este livro ainda não foi encontrado na documentação histórica de São Luiz Gonzaga e não se sabe o período de tempo que foi utilizado para registro.

Após a liberdade, Maria Aleixa continuou com a família Nascimento, morava na sede da fazenda, cuidava dos filhos do casal e era tratada como uma trabalhadora de confiança, com respeito e vivia dignamente.

Maria Aleixa casou-se (não se sabe ao certo com quem, mas provavelmente com outro trabalhador da fazenda, ou de alguma fazenda próxima, de sobrenome Félix). João Luiz Nascimento também era juiz de paz, ele mesmo realizou o casamento e doou um terreno com casa na cidade de São Luiz Gonzaga ao casal.

A localização aproximada atualmente é na rua General Portinho, entre a antiga Escola Mazzarelo e a Imobiliária Righetto, como se fosse aos fundos do Clube Harmonia. Neste local teve seus filhos e a descendência deles espalhou-se por São Luiz Gonzaga. Segundo Nascimento (2013, p. 18):

Em 1876, João Luiz, com 28 anos, liberta seus escravos e concede alforria a Maria Aleixa, que deixou em São Luiz Gonzaga uma extensa descendência que ainda hoje integra a sociedade local. Livre da escravidão, Maria Aleixa passou a residir com a família de João Luiz por muitos anos. Mais tarde, já casada, morou em São Luiz em uma casa adquirida por ele. Com esse gesto, talvez João Luiz tivesse a intenção de influenciar outros “proprietários de escravos” para que tivessem a mesma iniciativa. (2013, p. 18)

Maria Aleixa recebia constantemente visitas da família Nascimento, pois os filhos de João Luiz e Carolina haviam convivido com a ama durante longo tempo e, conforme Nascimento (2019), mantinham grande afeto. Em vindas de Bossoroca a São Luiz Gonzaga, ficavam na casa de Aleixa e caso houvesse qualquer problema com um dos filhos de seu ex-senhor, imediatamente mandava avisá-los, para as providências cabíveis. Ela teve vários filhos, entre eles Eva, que também manteve laços com a família.

Eva Félix casou-se com Felizardo Cardoso, de naturalidade argentina, de San Xavier, ela era lavadeira e doceira e ele agricultor. Pelo sobrenome de Eva, Felix Cardoso, entendeu-se que Félix vem de seu pai e o Cardoso de seu marido, formando-se a partir daí a descendência dos Cardoso em São Luiz Gonzaga. Eva faleceu em setembro de 1947, aos 81 anos de idade, em São Luiz Gonzaga.

Imagem 10 - Notas de falecimento de Eva Cardoso

A Notícia
 propriedade da Empresa Gráfica Por

FALECIMENTO
Eva Cardoso
 Faleceu, quinta-feira última, nesta cidade, a sra. Eva Cardoso, viúva do sr. Felizardo Cardoso.
 A extinta que contava a avançada idade de 81 anos, era mãe dos sargentos Hemetério e João Cardoso, da guarnição federal local.
 As cerimônias, de sepultamento realizaram-se no dia seguinte, com crescido acompanhamento.
 —Pesames à família entulada.

A fabrica Caibatê
 çar um novo pro
 A Fabrica de Balas e Caramelos Caibatê, instalada nesta cidade, e de propriedade do sr. Severiano Vieira, cujos produtos já conquistaram a preferência dos consumidores, pela excelente qualidade e capricho da fabricação dos mesmos, acaba de lançar ao mercado o "Mandulata Caibatê".

EVA CARDOSO
 vêm, por meio, manifestar o seu reconhecimento e a sua gratidão, ao ilustre facultativo Dr. Edgar, pelo interesse demonstrado em atender aquele ente querido.
 Tornam êste agradecimento extensivo a todas as pessoas amigas que os auxiliaram e confortaram em transe tão doloroso, associando-se às cerimônias fúnebres ou manifestando o seu pesar pelo infausto acontecimento.
 A todos a sua eterna gratidão.
 São Luiz Gonzaga, 20 de Setembro de 1947.

José Vic
 Alminda Mar

Fonte: Jornal A Notícia, São Luiz Gonzaga – 1947

Eva e Felizardo Cardoso tiveram seis filhos:

a) Hemetério Francisco Cardoso, (pai da entrevistada Cardoso), nasceu em 3 de março de 1900. Entrou para a carreira militar, participando de algumas revoluções, mas especialmente na Revolução de 30, a qual no retorno fotografam o batalhão.

Imagem 11 - 1º Pelotão do 8º Esquadrão - na primeira fileira, o terceiro sentado é 3º Sgt. Hemetério Cardoso – 1930



Fonte: Arquivo pessoal de Cardoso

Casou-se muito jovem com Doralina Cardoso, na qual teve um filho Felizardo, que ordenou-se padre na Argentina pelo Papa Francisco, atuando na mesma congregação. Segundo Cardoso (2019), “foi o primeiro Frei negro que rezou em São Luiz Gonzaga”. Quando voltou de viagem do Vaticano, largou a batina e casou-se com uma moça de Brasília.

Hemitério era curandor, trabalhava com raízes, tinha casa espírita e fazia benzimentos. Foi na Casa Espírita, durante um passe que encontrou Maria Inácia Melo, branca, com 22 anos, natural do Rincão de São Pedro, com quem casou-se. Possuíam 27 anos de diferença de idade e viveram juntos por 48 anos, tiveram 8 filhos, respectivamente: Lúcia, José Antônio, João Francisco, Júlio César, João Raimundo, Eva Terezinha, Luiz Paulo e Sandra Helena.

Este último casamento não foi aceito pela sociedade, pois na época, não podia divorciar-se, contudo, as famílias conviviam pacificamente. Maria Inácia, era reconhecida como a amante, mas nunca deixou-se abalar e manteve uma postura exemplar, educando seus filhos, mandando-os para a escola e participando de eventos sociais.

O militar, também ajudou a fundar a Sociedade Baltazar de Bem, onde foi presidente. Manteve concomitante a seu trabalho de curandor, a fé católica, levando seus filhos à missa e educando-os também na religião cristã. Entrou para a reserva como tenente e faleceu aos 80 anos;

b) João Cardoso também era militar, morou em São Luiz Gonzaga, foi transferido para Irati e depois para Curitiba, constituiu sua família e manteve a carreira militar, indo para a reserva como Major.

Imagem 12 - Hemitério Cardoso, sua mãe Eva Félix Cardoso e o irmão João Cardoso



Fonte: Arquivo pessoal de Adão

Imagem 13 - João Cardoso como capitão do Exército Brasileiro – década de 1980



Fonte: Arquivo pessoal de Cardoso

c) Zulmira foi a única das quatro mulheres da família que casou-se, é mãe de Adão Cardoso Gamarra, conhecido como Seu Coutinho, nascido em 19 de março de 1934, residente no Lar do Idoso São Vicente de Paula de São Luiz Gonzaga. A tentativa de coletar seu depoimento foi infrutífera, pois afirmava não querer se lembrar de sua história, que não havia a necessidade de falar do passado. Por intermédio de terceiros, conseguiu-se as duas fotos de seu acervo pessoal.

d) Eva, Cristina e Delmira, eram solteiras, moravam na propriedade recebida por Maria Aleixa na Rua General Portinho, eram doceiras famosas na cidade.

Imagem - Delmira Cardoso, irmã dos oficiais, tia e madrinha de Adão Cardoso



Fonte: Arquivo pessoal de Adão

Até então, não se sabia da relação da família acima com Maria Aleixa. No entanto, os lugares em que Maria Aleixa recebeu sua casa e o local onde moravam as irmãs do pai de Cardoso se interligavam, então, buscou-se outras fontes e pessoas para esclarecimento e comprovação histórica da relação.

Percebeu-se então que as suas descendências se entrelaçam. Os filhos do Ten. Cel. João Luiz Nascimento e Carolina Pereira do Nascimento: Bartolina, João,

Hipólito, Virgílio, Belmira, Ana Hipólita, Ursulina, Samuel e Manuel, conviveram com Maria Aleixa.

Este cuidado e convívio, estendeu-se à filha de Maria Aleixa, Eva (tia Eva como era chamada pelos netos de João Luiz). Ela também acabava recebendo sempre as visitas da família. Virgílio Gonçalves do Nascimento quando vinham a cidade, ficavam na casa da “Tia Eva” e João Luiz, seu filho, tornam-se amigo e prestam serviço militar juntamente com João Cardoso, filho de Eva.

Anna Olívia do Nascimento, bisneta de João Luiz Nascimento, presidiu um ato solene em Bossoroca, de entrega de Certificados a alunos do Ginásio Estadual Miguel Fernandes, em 1966, quando sentou-se à mesa com um filho de João Cardoso, também militar, bisneto de Maria Aleixa. Trata-se do Tenente Francisco Cardoso, que nesta solenidade representava o Comandante do 4º RCB. Interessante registrar, na mesma cerimônia, a bisneta do senhor e o bisneto da cativa alforriada, em posições sociais semelhantes.

Imagem 14 - Anna Olívia do Nascimento em pé, ao lado João Dutra, Prefeito de Bossoroca e o Tenente Cardoso



Fonte: Acervo pessoal de Nascimento

Em relação ao Clube Imperatriz, Cardoso relata que seu pai e o tio, oficiais do exército participavam das festividades do clube, pois ambos eram sócios.

Em relação ao clube dos morenos, quando eu tinha mais ou menos 16 ou 17 anos, a gente não frequentava, mas meu pai frequentava e era chiquíssimo, era época de cartola né, homens bem perfilados, mulheres bem vestidas com seus vestidos bem adequados. Meu pai fazia parte desse clube eram sócios. (CARDOSO, 2019)

Esta informação confirma-se ao encontrar assinaturas de Hemitério Cardoso em reuniões de diretoria do Clube Imperatriz, principalmente na década de 1970.

Mediante o exposto, a história de Maria Aleixa e da família Cardoso, em São Luiz Gonzaga, representa uma grande soma na busca pelos remanescentes da trajetória e cultura afro-brasileira no município. Acredita-se que ainda se conservam informações, documentos e memórias sobre esta descendência e anseia-se que possuam a oportunidade de serem registradas.

3.2.3 Famílias negras que integram-se ao município e contribuem para sua história e desenvolvimento

À primeira vista, parecia tarefa complexa encontrar famílias negras no município. Entretanto, a partir das entrevistas, as informações foram destacando-se e sendo possível, registrar a história e a trajetória de mais algumas delas:

a) Sgt. Roque é natural de Santo Ângelo, nasceu no dia 28 de junho de 1940, é filho de Aristeu Fernandes e Maria Marciana Fortes Paz, trabalhou na Fábrica da Coca Cola ainda jovem, até alistar-se. Casou-se com Palmira da Rosa Fortes, em 15 de agosto de 1958, com quem teve quatro filhas e um filho.

Ingressou no Exército em 20 de janeiro de 1959, na sua cidade natal, onde interessou-se pela música e passou a fazer cursos de clarim e corneta, em São Leopoldo e em Alegrete. Com este aperfeiçoamento, tornou-se cabo, ingressou no curso de 3º sargento e efetivou-se em 1967. No ano de 1968, foi transferido para Florianópolis, onde tinha banda de percussão, apresentavam-se em feiras, festas e faziam viagens pela banda.

Todavia, tencionava retornar em dois anos. Devido ao bom relacionamento com superiores e ao comando de Santo Ângelo, foi promovido a Coronel e nomeado guarda-costas de Médici conseguiu liberação de retorno às suas origens, no ano de 1970.

Permaneceu até 1973, quando o regimento foi transferido para Rio Negro e um general, ao escutar a banda regida por Roque, solicitou que ele viesse para São Luiz Gonzaga. Ele não queria porque era da cavalaria, mas como havia projeto para mecanizar em 74, acabou aceitando. Sua esposa estava esperando a filha mais moça quando veio para São Luiz Gonzaga. Logo, o general que o escolheu transferiu-se para São Borja, mas deixou diversas tarefas: que houvesse montagem e ensaio de banda nas escolas. Assim, o Sgt. Roque, juntamente com os responsáveis pela rede escolar do município, organizou um cronograma de ensaios em escolas da Vila 30, Vila Marcos, Vila Mário, Bairro Raimundo Gomes Netto, Bairro Agrícola e no centro, na Escola João Aloísio Braun. Todas constituíram e passaram a ter suas bandas.

Além disso, criou uma banda no CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade), auxiliou na organização da banda da Escola Rui Barbosa e mantinha a banda do 4º RCB, que no início contava apenas com trompete e clarim, mas outros instrumentos foram sendo adquiridos, transformando e ampliando para uma banda. Este grupo era solicitado para participar da inauguração de pontes, postos de saúde, Semana Farroupilha, dentre outras comemorações na cidade.

Imagem 15 - Apresentação da banda do 4º RCB, gerenciado pelo Sgt. Roque



Fonte: Acervo pessoal do Sgt. Roque

Logo ao chegar na cidade, obteve dificuldades para matricular suas filhas na escola devido à falta de vagas. Precisou do auxílio e intervenção de pessoas conhecidas em Santo Ângelo.

Dona Geli, diretora da Escola Senador Pinheiro Machado ligou para o 4º RCB e ofereceu vaga para duas das suas filhas. Da mesma forma, as freiras que gerenciavam a escola salesiana da cidade, o INSA, solicitaram que Roque criasse uma banda para as alunas, pois tinham instrumentos a disposição em troca de mais duas vagas.

Relata também que não teve grandes problemas de preconceito quando andava fardado, mas teve casos em que se andasse civil as pessoas do comércio ficavam com receio em lhe vender. Um dos episódios ocorreu quando recém-chegado na cidade, precisava comprar material escolar para suas filhas e um colega o ajudou apresentando-o em uma papelaria como militar, dando referências.

No entanto, no dia em que foi comprar estava sozinho e o dono, exigia registro em outras lojas para comprar. Roque saiu da loja, mas uma atendente o reconheceu que era o militar que tinha sido apresentado. Chamaram-no, mas não quis retornar. No caminho, encontrou um comerciante que recém estava montando uma papelaria, convidou-o para entrar, comprou e nem precisou pagar na hora.

Naquela época, eram comuns as cartas de recomendações, Roque trouxe de um colega de Santo Ângelo, uma carta de recomendações destinada ao dono da Farmácia, Lanzini, seu irmão, onde Roque se tornou cliente.

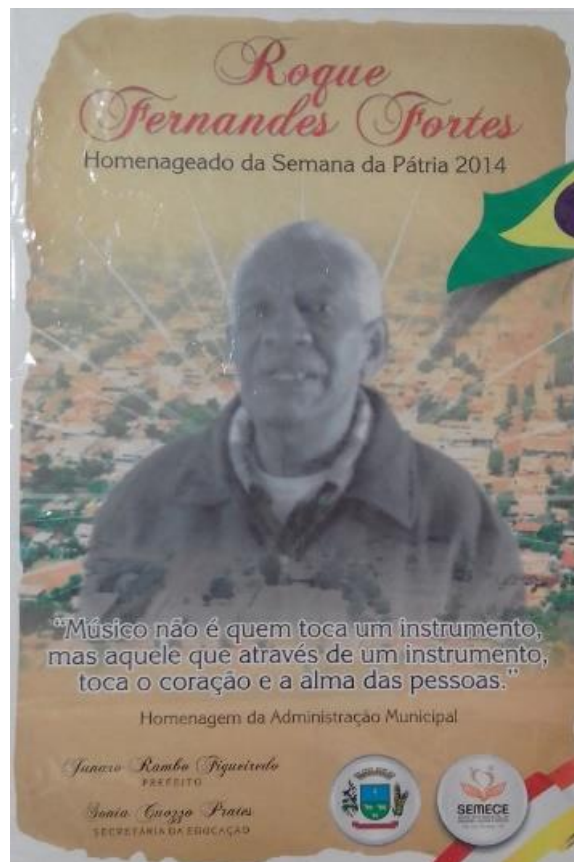
Roque ganhou título de cidadão são-luizense, foi homenageado na Semana da Pátria, recebeu comenda nos 25 anos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI-SLG, dentre vários outros títulos e honrarias em agradecimento pela sua contribuição para a cultura do município.

Imagem 16 - Sgt. Roque Fortes e sua família na Câmara de Vereadores de SLG, na entrega do título de cidadão são-luizense – 2003



Fonte: Acervo pessoal do Sgt. Roque

Imagem 17 - Placa de homenageado da Semana da Pátria – 2014



Fonte: acervo pessoal do Sgt. Roque

Imagem 18 - Homenagem ao trabalho desenvolvido na Banda Marcial da URI – 2016



Fonte: Acervo pessoal do Sgt. Roque

Aposentou-se em 28 junho de 1988, pensava em retornar para Santo Ângelo, mas as freiras solicitaram que continuasse trabalhando na banda do INSA para ela não dissolver-se. Então resolveu ficar. Quando as freiras foram embora e a URI assumiu, continuou seu trabalho na banda, assim como ajudou a criar outras bandas, como a do Município do Rolador. Encerrou seu trabalho na regência da Banda Marcial da URI, em 2016.

Atualmente pretende permanecer, pois sua família falava que seus ascendentes tinham linhagem em São Luiz Gonzaga e ele também criou suas raízes, suas filhas casaram-se, está bem instalado e adotou esta cidade como sua terra natal;

b) Gonçalves tem sua família vinda da fronteira com a Argentina, por volta do início do século XX. Chegaram ao município, seu avô, Graciliano Gonçalves do Nascimento, descendente africano, mas com pele clara e sua avó, Vicentina de Oliveira, de pele bem escura. Fixaram residência próximo ao Polo da UNINTER, na Rua Hipólito Ribeiro, tiveram cinco filhos, um homem e quatro mulheres. Ele trabalhou como operário, como guarda nos prédios do A Perim/SA, na Casa Verde e a avó não trabalhava fora, era dona de casa.

Destas filhas mulheres uma foi embora para a Argentina, outra mora em Porto Alegre e duas permaneceram em São Luiz. A mãe de Gonçalves, Noêmia Gonçalves

do Nascimento, cresceu e trabalhou em São Luiz, foi morar um tempo com uma família são-luizense que mudou-se para São Paulo e Rio de Janeiro.

Posteriormente, casou-se com o paraibano, Severino Firmino do Nascimento e voltou para o Rio Grande do Sul, onde constituiu sua família e teve quatro filhos. Ela tornou-se funcionária pública, ele operário da construção civil.

Gonçalves aborda que ainda existe dificuldade das pessoas assumirem sua identidade negra, que perpassa pela escola e efetiva-se na formação e laboro profissional. Aborda que, em uma entrevista de emprego “se tiver um branco e um negro, mesmo o negro, sendo mais qualificado vão achar uma forma de colocar o branco”.

Esta é a leitura que faz sobre as dificuldades, mas afirma não ter desistido ou sofrido, diante das barreiras e que sempre buscou o que queria. “Eu nunca tive receio de falar da minha etnia, eu sou negra da raça negra, qual é a diferença? A diferença é a cor, pele”. E segue: “Eu como negra tenho conseguido conquistar meu espaço claro que às vezes tem que dizer que é meu, é meu direito e eu estou indo, mas tranquilo”.

A maioria dos integrantes da sua família é evangélica, não participavam de eventos sociais, nem iam ao Clube Imperatriz, embora conhecessem outras famílias negras que frequentavam. Um dos irmãos de Gonçalves, participava, por volta dos anos 1980 das festividades do Clube Harmonia, pois tinha muitos conhecidos entre os integrantes, isso facilitou sua inserção.

Gonçalves ainda relata, que houve uma tentativa de criação de um grupo negro na cidade, por volta de final dos anos 1990, onde Zé (José Antônio Melo Cardoso, bisneto de Maria Aleixa), mais um morador do Bairro Duque de Caxias, (Senhor Vilson), estiveram na sua casa convidando-a para integrar a equipe. O objetivo era mostrar que a cultura negra existia no município para apresentar as mudanças e permanências e, principalmente seu legado. Entretanto, isso não se concretizou, Zé teve problemas de saúde e faleceu e os demais integrantes não se reuniram novamente.

c) Fagundes, é natural do Rincão do Ivaí, entre os municípios de Bossoroca e São Luiz Gonzaga, veio morar no município aos 30 anos com sua família, deixando no local os pais que são oriundos da Timbaúva, distrito de Bossoroca, mais afastado do Rincão do Ivaí e próximo a Santo Antônio das Missões. Sua mãe, é Gervásia de

Moraes e o pai não consta nos documentos, mas sabe-se que ambos são de naturalidade são-luizense.

d) outra pessoa negra, conhecida na cidade era José Silveira Severo. Ele era criado da família Langsch, trabalhava como contínuo do Banco do Comércio, participou da fundação do Clube Imperatriz no Conselho Fiscal e sempre participava das festividades. Esta família foi embora para Porto Alegre devido a carreira política.

Cardoso expressa que:

Muita gente aí destas pessoas bem arraigadas na cidade todos eles tinham um preto para trabalhar na casa. Por exemplo oh, na época a Bília e o Jacinto, todo esse povo era migrado que trabalhava para seus senhores (...) eles eram de família negra, escravos daqui, deveriam ser daqui né, porque quando eu estudava, eu era pequena, eles já eram de idade. (Cardoso, 2019)

e) a lembrança acima, abriu novos caminhos para encontrar mais pessoas de origem negra da cidade. A Bília e o Jacinto¹¹, são considerados “famosos”, por serem pessoas humildes, moradoras de rua e que ficaram no imaginário das pessoas mais antigas. Conforme trecho de Fábio Salses¹²

Jacinto era um doce de pessoa, afável, engraçado e amado pela população vivia de doações. Lembro que o café da manhã era fornecido pelos meus avós, que permitiam sua entrada até um galpão nos fundos da casa para comer. Eventualmente em dias de chuva ele podia se abrigar lá. Prestativo, quando avistava alguém chegando em casa, corria e abria o portão e esperava algum trocadinho. Dizia todo mês que estava de aniversário para ganhar presente.

Já a Bília, apelido de Maria Delfina, ou também Maria Louca uma morena com o cabelo sarará, tinha um perfil agressivo e era temida por todo mundo. A arma que tinha era um guarda-chuva que usava para "pontiar" quem cruzasse seu caminho. Só tinha medo de homem sem camisa. Nas paradas de 7 de setembro era um espetáculo à parte. Com um andar marcial desfilava por último e fazia mais sucesso que o batalhão do exército. (2009)

No entanto, apenas poemas, memórias, pinturas que estão no Museu Senador Pinheiro Machado e esta homenagem no banco da Praça da Matriz existem sobre

¹¹ Possuía traços de descendência afro-brasileira, miscigenada com a indígena.

¹²Jacinto, Bília e Ceguinha. Disponível em: <http://oficinamissoes.blogspot.com/2009/05/jacinto-bilia-e-ceguinha.html?fbclid=IwAR2aP5Gi3ArKrODpdiU5RchtJTppTCyZl5rBmmMwF99h3P0wAfXK9RJ61dk#uds-search-results> Acessado em: 21 de janeiro de 2019.

eles. Registros históricos, pesquisas sobre suas origens, dados e documentos não foram encontrados.

Imagem 19 - Banco da Praça Matriz de São Luiz Gonzaga representando a Bília e o Jacinto



Fonte: Disponível em: <http://oficinamissoes.blogspot.com/2009/05/jacinto-bilia-e-ceguinha.html?fbclid=IwAR2aP5Gi3ArKrODpdiU5RchtJTppTCyZl5rBmmMwF99h3P0wAfXK9RJ61dk#uds-search-results> Acessado em: 28 de janeiro de 2019

f) O sargento Moacir Ximenes, policial Militar, de origem negra, veio com sua família, no ano de 1989, para São Luiz Gonzaga, transferido de Santa Rosa. Desde sua chegada, passou a integrar o Clube Imperatriz, era sócio e após aposentar-se, no ano 2000, montou um grupo de segurança para atuar no Clube. Também trabalhava na segurança de uma escola da cidade.

Faleceu no de 2007 e, em 14 de setembro de 2011, a Associação dos Sargentos e Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar e Bombeiros Militares¹³ de São Luiz Gonzaga, inaugurou seu Galpão Crioulo com o nome do 2º Sgt Moacir Ximenes. Esta solenidade contou com a comparecimento do Prefeito de São Luiz Gonzaga, Vicente Diel, Cmt. do 14º BPM Maj. Prudelino Batista dos Santos Sobrinho, filhas do homenageado, além de outras autoridades do município, sócios, colaboradores, familiares e comunidade em geral.

¹³ Inauguração do Galpão Crioulo da ASSTBM de São Luiz Gonzaga. Disponível em: <https://www.asstbm.com.br/asstbm/inauguracao-do-galpao-crioulo-da-asstbm-de-sao-luiz-gonzaga/> Acessado em: 28 de janeiro de 2019.

Enfim, percebeu-se que as famílias de origem negra, são existentes em quantidade significativa no município de São Luiz Gonzaga, sejam nativas ou que se agregaram a comunidade. O que acontece é uma invisibilidade acentuada, tanto por falta de historiografia sobre o tema, quanto por deixar velada este ponto da história. Nesse ínterim, a presente pesquisa é apenas o primeiro passo para este registro.

3.2.4 Comprovando e discutindo as raízes negras em São Luiz Gonzaga

Em São Luiz Gonzaga, de acordo com o Censo 2010¹⁴, de 34.556 habitantes, as pessoas de cor ou raça preta¹⁵ residentes, são aproximadamente mil e quinhentos. A maioria recebe de ¼ a 2 salários mínimos, 84 pessoas trabalham com carteira assinada, as demais, trabalham por conta própria, sem carteira assinada ou não possuem remuneração. Além destes dados é perceptível na fisionomia, traços negros, em especial nos populares, dos bairros periféricos.

No entanto, mesmo apontando esses dados, comprovando-se a existência da etnia negra na cidade, há uma grande invisibilidade deste grupo étnico-racial. Além disso, por meio destes dados, percebe-se um processo de exclusão social dos afrodescendentes na cidade de São Luiz Gonzaga.

Para melhor compreender estas questões e ter subsídios de discussão, realizou-se um questionário (APÊNDICE C). As perguntas foram pensadas para atender os principais pontos em que se tinham dúvidas do conhecimento dos são-luizenses, acerca da influência negra na cidade, a percepção do que é ser moreno e ser negro e a quantidade de famílias negras conhecidas.

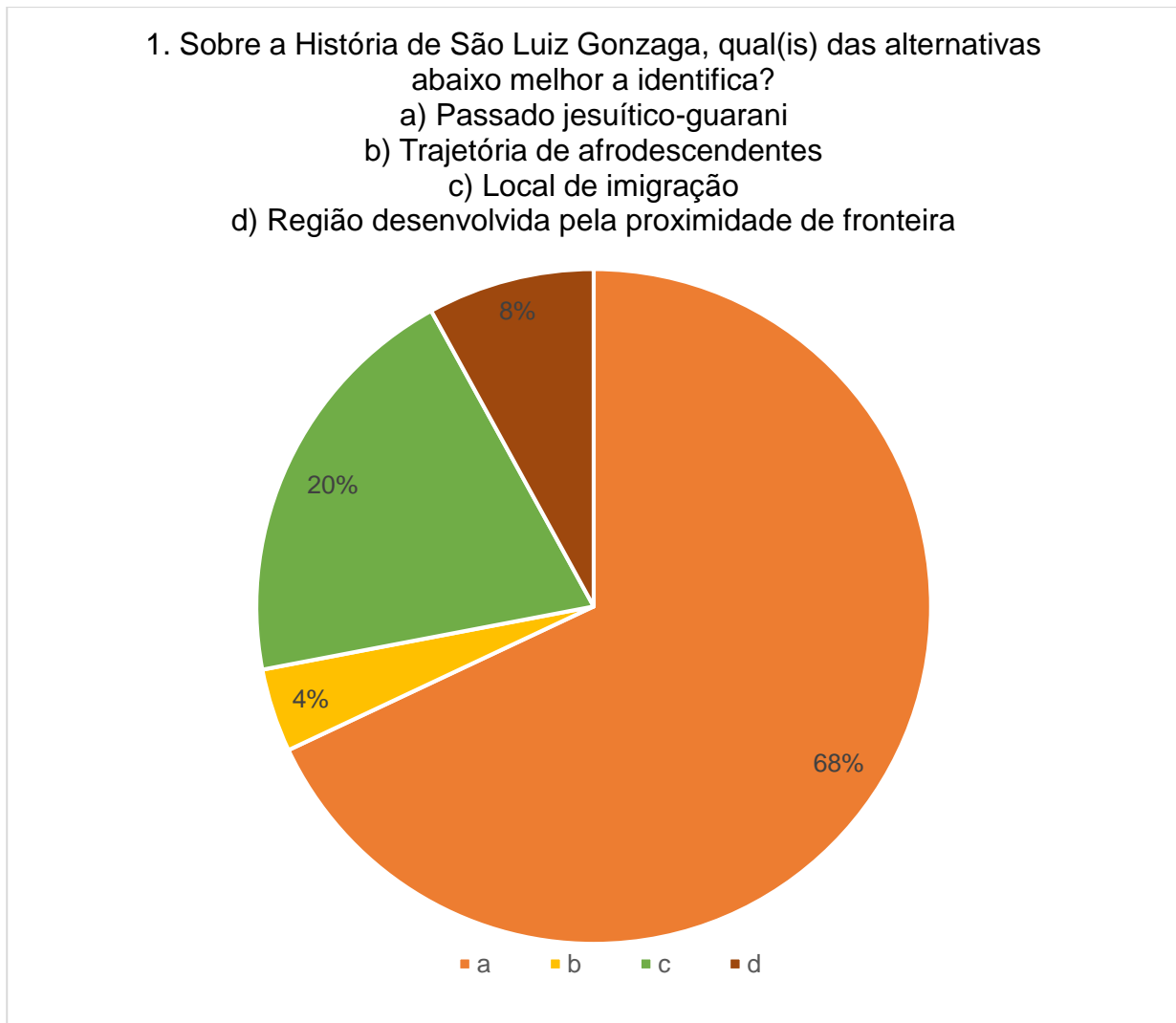
Utilizou-se a amostragem intencional, localizando e entrevistando pessoas de diferentes classes sociais, níveis de estudo e etnia. Vinte pessoas, dentre elas professores, agentes comerciais e educacionais, vigilantes, donas de casa e estudantes, responderam 4 questões fechadas e uma aberta.

Os dados foram analisados tanto quantitativamente, gerando dados percentuais de cada questão, assim como qualitativamente, podendo analisar e discuti-los por diferentes ângulos e pontos de vista. A tabulação foi realizada, resultando nas seguintes informações:

¹⁴ Censo demográfico 2010: disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html> Acessado em: 12 de abril de 2018;

¹⁵ Termo oficial da República, utilizado pelo IBGE, para definição da cor negra. Acessado em: 12 de abril de 2018;

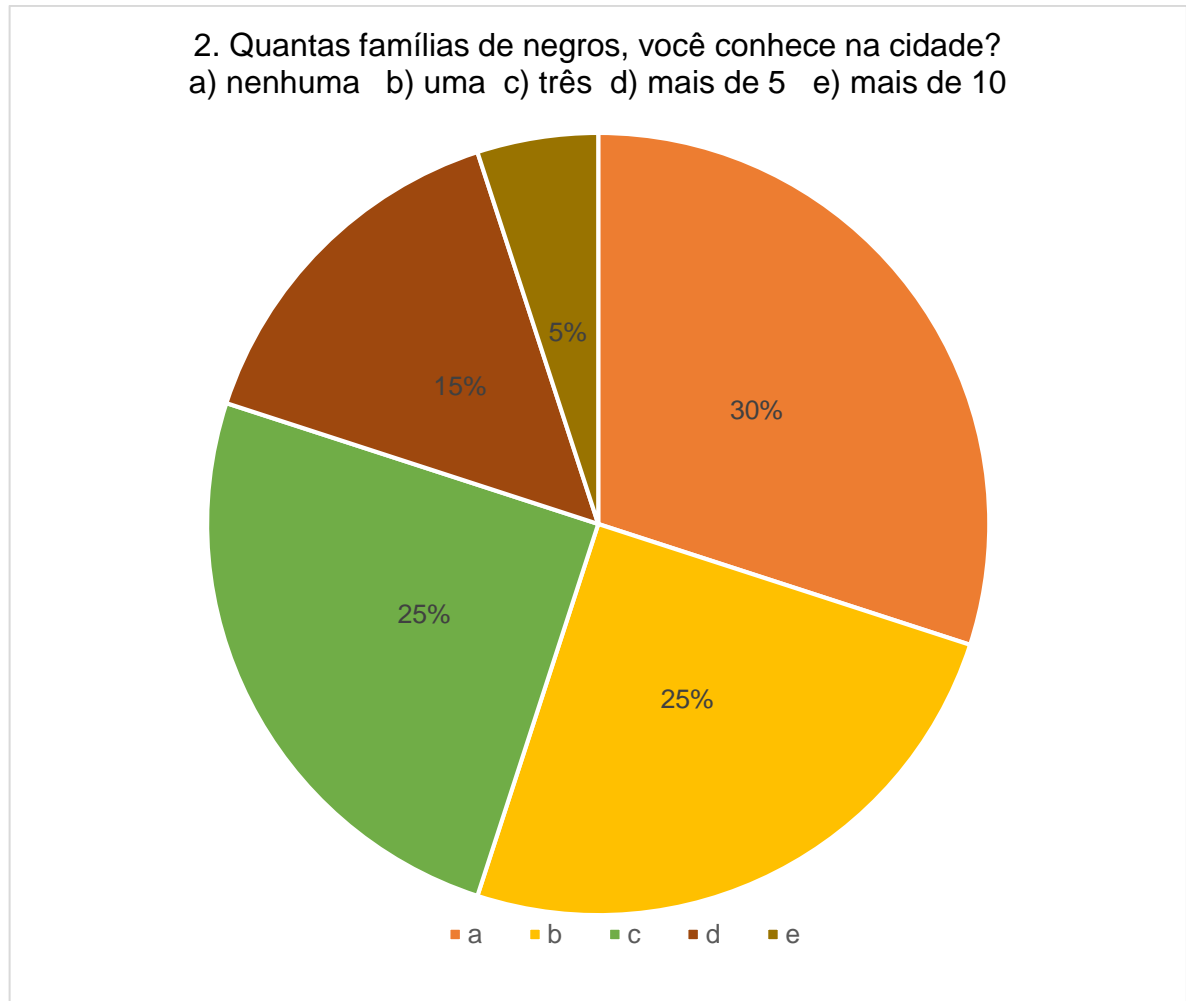
Gráfico 1 - História de São Luiz Gonzaga



A partir destes dados, verifica-se o conhecimento dos são-luizenses a respeito da história, pois a maioria respondeu que se baseia no passado jesuítico-guarani. No entanto, como mais de uma alternativa poderia ser marcada, surgiram outras referências como a imigração e a fronteira. A trajetória de afrodescendentes aparece em último lugar, o que revela o pouco conhecimento da presença de afro-brasileiros.

Tal pensamento, pode ser discutido devido ao fato de que até mesmo professores, comunidade em geral, não ter subsídios de estudos, materiais que apontem estes dados, as famílias e os remanescentes negros do município. Nesse sentido, a pesquisa objetiva contribuir para a escrita da história e das memórias dos afro-brasileiros em São Luiz Gonzaga.

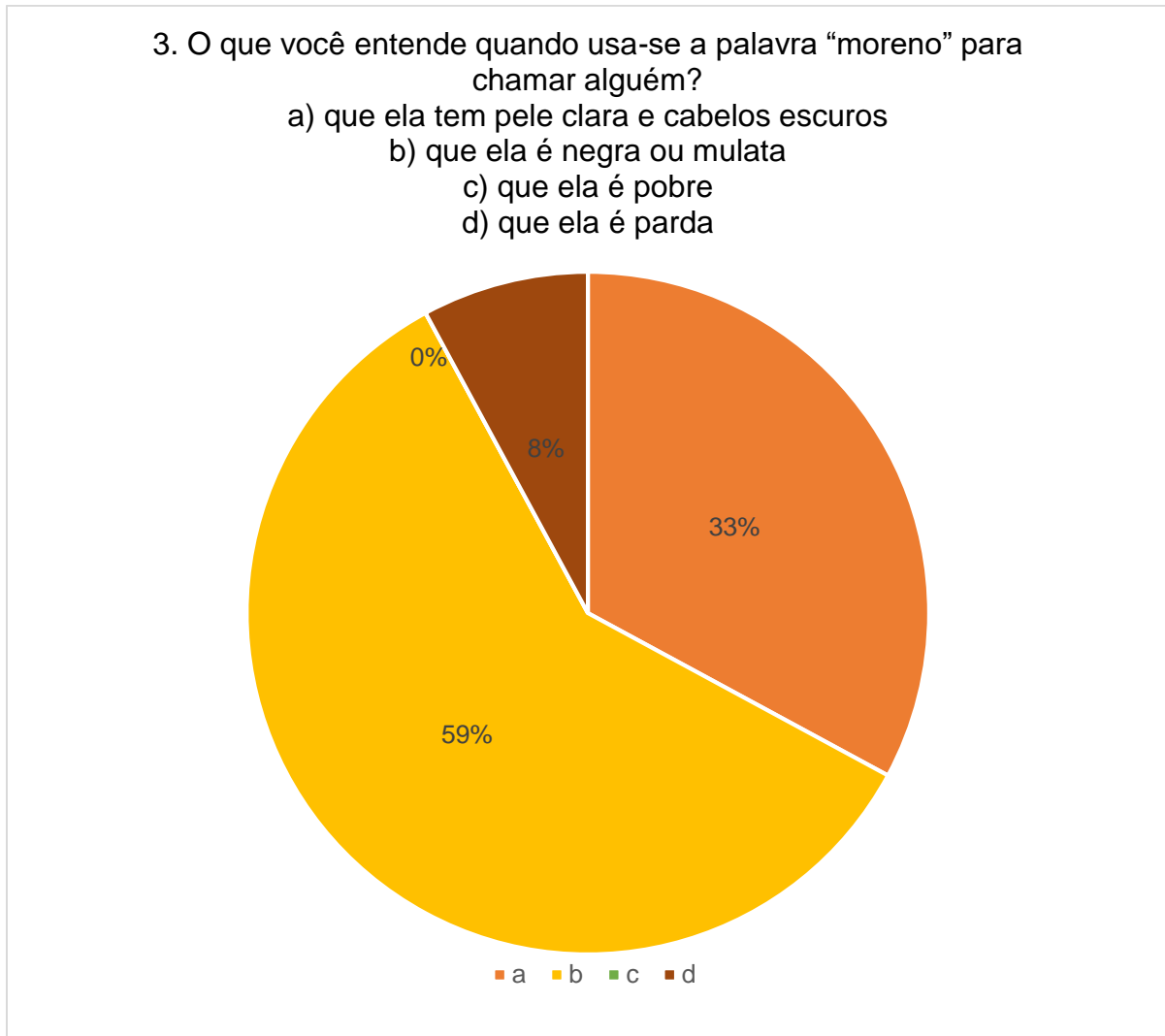
Gráfico 2 - Famílias negras



Estas informações também revelam que são poucas as famílias negras conhecidas pelos entrevistados, pois grande parte não conhece, outras conhecem de uma a três e as demais, em maior número que cinco ou dez, foram muito pouco colocadas. Desta resposta, alguns entrevistados foram os mesmos que registram na questão número cinco, da presença de haitianos e senegaleses na cidade, incluindo aí, o número de famílias no resultado.

Mais uma vez, as respostas se direcionam para a pouca quantidade de famílias negras, mas principalmente para a sua invisibilidade.

Gráfico 3 - Uso do termo "moreno"



Este questionamento foi útil na discussão de quem eram os frequentadores do Clube Imperatriz, pois as referências ao clube são de que era “o clube dos morenos”. Baseando-se nos resultados, a resposta com 59% é que o termo identifica os negros e mulatos, sendo assim, é mais um elemento que identifica o Clube Imperatriz como clube negro.

Além desta pesquisa, várias análises foram realizadas sobre este tema. Um exemplo é o estudo de Weimer (2013) que aborda os conceitos e motivos do uso de “moreno” e “negro”. Primeiramente, concluiu que estes qualitativos, incluindo o preto “expressam tão-somente “cor”, deixando de lado as implicações sociopolíticas dos termos raciais” (WEIMER,2013, p. 414).

O uso do termo negro, logo após a abolição da escravatura e durante a Primeira República, era relacionado ao escravo, aos castigos recebidos, a condição de trabalho

forçado, vida degradante e sem direitos individuais. Por isso, queria-se esquecer, apagar esse passado, mudando a forma de referência.

Moreno, é uma identificação coletiva, uma forma de “amenizar”, afastar a identidade pejorativa imposta socialmente no termo negro. “No início era dito clube dos negros, mas ficou mais ofensivo então deu uma amenizada ficou como clube dos morenos, e era esse tempo que Alexandre era presidente” (Luiz Gonzaga, 2019). Nas décadas seguintes 1930, 1940 e 1950, era comum o uso da nomenclatura, moreno, para referir-se ao negro.

Desta forma, veremos em várias entrevistas o uso de moreno e preto, em sua maioria pessoas acima de 70 anos.

Durante o depoimento, Fagundes (2018), de oitenta e um anos, usava apenas o termo moreno, quando eu lhe fazia perguntas, utilizava a palavra negro, percebi que ela ficava nervosa, mexia-se na cadeira e algumas vezes me corrigia “eram morenos”. Sgt. Roque (2018), utilizava já o termo preto na maioria de suas falas.

Gonçalves (2018) e Cardoso (2019), já se referiram como negras, mas ao avaliar suas idades e vivências, percebe-se, no momento de juventude e afirmação viviam na década de 1970 e 1980, onde o movimento negro, resistência e identidade começou a surgir e se consolidar, ocorrendo a positivação do termo negro.

No entanto, desde os anos 1940 (década de fundação do clube) e 1950, o movimento negro se intensificou e fortaleceu, inicialmente em São Paulo e após se espalhando por outros estados brasileiros. É o que Silva (2003) estuda, as uniões dos homens de cor.

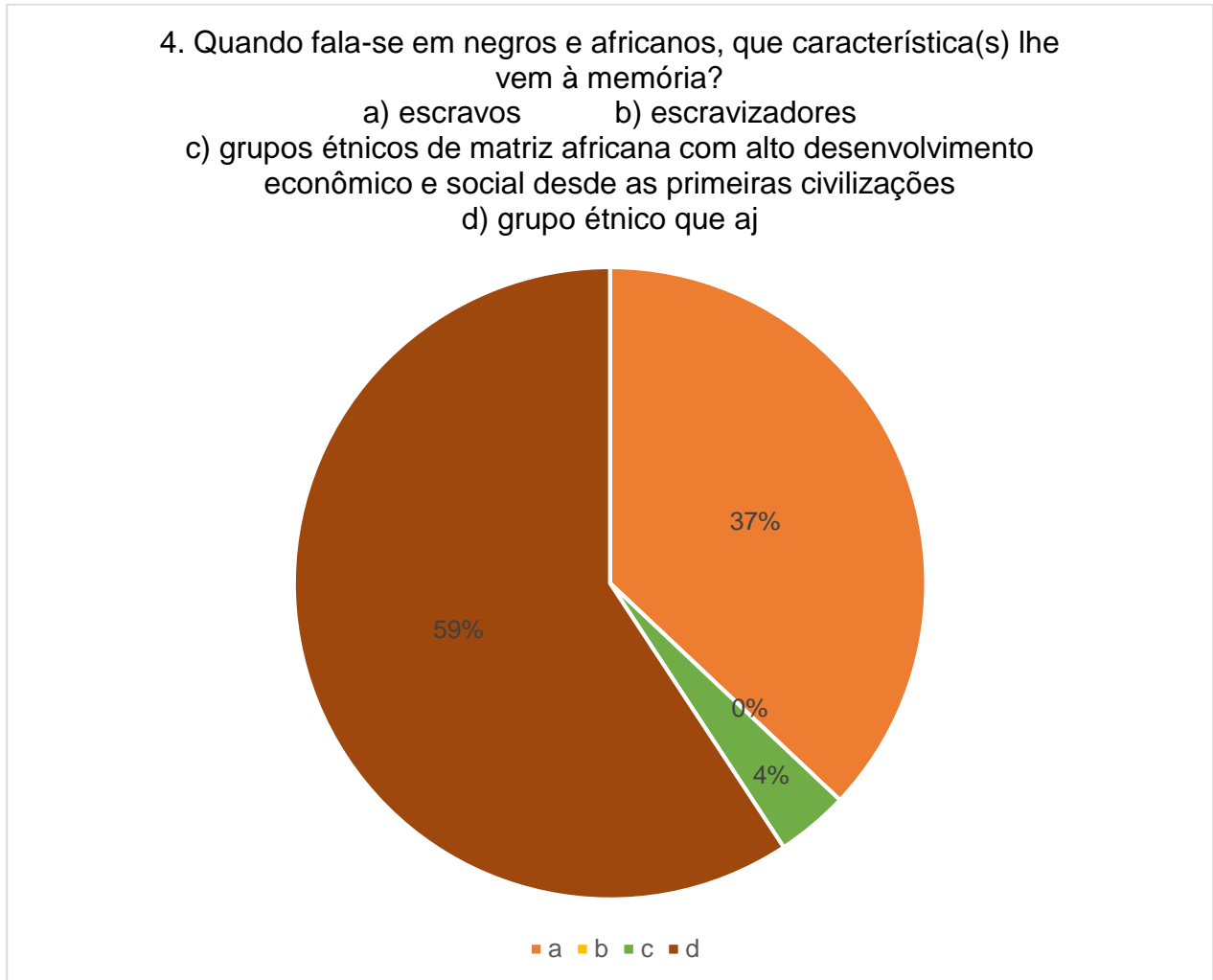
Parafraseando-a, o movimento negro ganha força, a Associação José do Patrocínio de São Paulo, envia pedido a Getúlio Vargas, para terminar com os anúncios discriminatórios contra trabalhadores negros; realizam convenções, palestras, fundam jornais e revistas além de praticar denúncias contra casos de discriminação racial, social e exclusão.

Assim, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul fundam ou fortalecem associações para tomar “medidas que objetivam a ascensão social e a destruição do mito da inferioridade racial (SILVA, 2003, p. 219).

As mudanças de nomenclatura, objetiva manter uma identidade positivada. Atualmente, o uso da palavra negro, é correto e ao mesmo tempo, uma forma de identidade, resistência e força dos grupos e movimento negros. A terminologia/palavra

negro ou preto tornou-se de uso legal, inclusive incorpora documentos públicos oficiais.

Gráfico 4 - Características dos africanos



Nesta questão, percebe-se o quanto o negro está atrelado à concepção de escravo, pois com o crescimento do tráfico de africanos, os escravos se tornaram sinônimos de negros. Assim, no século XIX e XX “embora nem todos os negros fossem escravos, a maioria o era. A cor da pele era um elemento fundamental para identificar a condição de escravo e também para estigmatizar a marcar a inferioridade social” (ALADRÉN, 2012, p. 20).

Verificou-se também que uma parcela de pessoas, conhecem a contribuição do negro na formação e desenvolvimento do Brasil. Portanto, ainda é insuficiente o conhecimento e divulgação dessa cultura e história no município.

Afirmação esta, feita pelos entrevistados na questão número 5: Escreva o que você sabe sobre a presença da cultura negra em nossa cidade. Existem espaços de convivência, práticas religiosas e esportivas ou outras influências?

Diante das respostas, conclui-se que as pessoas sabem superficialmente sobre a participação, história e legado do negro na cidade. Surgiram alguns comentários referentes à religião, pela existência de centros de umbanda, à capoeira devido ao trabalho em escolas credenciadas pelo Programa Mais Educação, se realiza nas escolas atividades sobre o ensino de cultura negra e indígena conforme a Lei, assim como o estudo na universidade, que tornou-se disciplina obrigatória nos Cursos de licenciatura e de formação humanística.

Outra referência importante foi a vinda, nos últimos anos, de senegaleses para a cidade, que trabalham no comércio informal. O primeiro, Fata Ndiaye¹⁶ de 30 anos, chegou a São Luiz Gonzaga no ano de 2015, era estudante de História no Senegal, trabalhava em um mercado, mas a situação financeira e a fome, levaram-no a deixar sua família em Dakota, capital do Senegal e imigrar ao Brasil para tentar uma vida melhor como vendedor ambulante.

Dois dos entrevistados fizeram referência ao Clube Imperatriz, escrevendo sobre a existência de habitantes negros na cidade, por haver um clube destinado a eles e que era chamado de Clube dos morenos.

Os demais declararam não conhecer espaços públicos de convivência, ou que incentivem a cultura negra, não têm conhecimento do assunto, assim como não responderam.

Assim, embora tenha aumentado as pesquisas, estudos e aprendizado sobre os negros, há ainda muito o que investigar e escrever, pois nos registros mais antigos as referências são escassas. Nos escritos sobre a história do município pode-se destacar a invisibilidade oferecida pela historiografia tradicional e imprensa local. No Jornal local, o A Notícia, não foi noticiada a fundação do Clube Imperatriz, há apenas alguns convites à reuniões e recebimento de verbas públicas, evidenciando o trabalho dos deputados.

¹⁶ Um senegalês em terras missioneiras. JORNAL A NOTÍCIA. São Luiz Gonzaga Disponível em: <http://www.anoticia.com/noticias/geral/id/10258/um-senegales-em-terras-missioneiras.html> Acessado em: 17 de junho de 2018;

Sobre sua história e participação de carnavais não há divulgações. Até mesmo na mídia atual, sobre o Clube Imperatriz, as reportagens apenas noticiam mortes e violência, o que remete ao povo negro e pobre estereótipos e discriminação.

Para falar de preconceito racial, recorre-se à definição elaborada por Nogueira (1985, p. 78-9):

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem

Em relação a identidade negra, nos clubes como União Familiar e Treze de Maio, ela aparece transparecendo união, resistência, movimento negro forte e conservação da sua cultura. Já no Clube Imperatriz, alguns entrevistados não se sentiram à vontade para falar sobre a participação dos negros e, principalmente, encontravam uma forma de esconder sua descendência negra, deixando-a velada ou referindo-se e negando.

Contudo, outras famílias negras entrevistadas, demonstram grande orgulho de sua cor. Como expressa Gonçalves (2018):

Eu não consigo, e eu acredito que graças a Deus, eu não consegui inserir em mim o que a história mostrou e mostra até hoje, descreveu e foi verdadeiro, verídico, toda uma existência do negro né, eu não consegui inserir esse coitadinha da Sueli, porque isso.. não... eu vou avançando, com muita humildade mas eu vou reconheço em mim mesma, faço essa avaliação, que esses problemas de preconceito, não conseguiram me barrar, não conseguiram me bloquear, entendeu.

Desta forma, os resultados do questionário foram importantes para a reflexão sobre estes dados e possibilitou a análise e conclusão de que o conhecimento sobre a trajetória de afro-brasileiros em São Luiz Gonzaga e região precisa ser ressignificada e registrada.

3.3 MILITARES NEGROS DO 4º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO DE SÃO LUIZ GONZAGA-RS: OS FUNDADORES DO CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO IMPERATRIZ

Para compreender as transformações e organizações dos “Dragões do Rio Grande”, no Rio Grande do Sul e em particular no município de São Luiz Gonzaga, segue um breve histórico baseado em Fonttes (2001, p. 35-114), que redigiu o único livro são-luizense sobre o tema, assim como também utilizou-se as informações do site do Regimento¹⁷.

O Regimento foi constituído no dia 03 de maio de 1737, no Canal do Rio Grande, por determinação do Brigadeiro Silva Paes, com o intuito de guarnecer as fronteiras portuguesas contra a expansão dos domínios espanhóis na região. Devido a uma prática portuguesa o regimento recebeu a denominação de "Dragões do Rio Grande de São Pedro", pela sua localização.

Em 1752, deslocou-se para a margem esquerda do Rio Pardo, quando auxiliou no cumprimento do Tratado de Madrid, demarcando os limites estabelecidos na permuta entre a Colônia do Sacramento e as Missões Orientais. Neste novo espaço, recebeu o nome de "Dragões do Rio Pardo", integrando campanhas para proteção das fronteiras.

Em 1824, trocou sua nomenclatura para 5º Regimento de Cavalaria, no entanto, ao anuir à Guerra Farroupilha, o Regimento foi dissolvido. Sua reorganização foi realizada apenas pelo Decreto Imperial nº. 1074, de 30 de novembro de 1852, em São Gabriel, por João Manoel Menna Barreto, o qual novamente foi incumbido de proteger as fronteiras. Passou a chamar-se 5º Corpo de Caçadores a Cavalos e integrado ao 2º Corpo de Exército, participam da Guerra do Paraguai. Após isso, passa a denominar-se 5º Regimento de Cavalaria Ligeira, com sede em Bagé.

Ao tomar parte na Revolução Federalista de 1893, tinha missões na qual se fazia necessário mobilidade ao acampamento. A última parada foi em Santana do Livramento, local em que permaneceu até 08 de maio de 1905.

Depois, foi transferido para São Luiz Gonzaga, onde chegou em 8 de julho de 1905, sob o comando do Ten. Cel. João Inácio Alves Teixeira e, em 1920, teve sua

¹⁷ Resumo Histórico do 4º RCB. Disponível em: http://www.4rcb.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=217&Itemid=934&lang=en
Acessado em: 03 de janeiro de 2019.

designação mudada para 3º Regimento de Cavalaria Independente. De início instalou-se no antigo Colégio dos Jesuítas, mas sua sede foi edificada e recebeu o atual prédio em 8 de julho de 1924.

Ao iniciar aí as atividades, o Regimento sediou-se, provisoriamente, no antigo Colégio dos jesuítas. Esse prédio ficara abandonado após a expulsão dos jesuítas em 1768. Posteriormente, servira à comunidade como capela e casa paroquial, como destacamento policial, Delegacia de Polícia e prisão e como Câmara Municipal. Por fim, abrigou o 5º Regimento de Cavalaria Ligeira, depois denominado de 3º Regimento de Cavalaria Independente, que permaneceu naquele lendário colégio de 1905 a 1924, quando recebeu a atual e definitiva instalação. (FONTTES, 2001, p. 121)

Imagem 20 - Partida de futebol na Praça de Polícia - hoje Vila Militar. Ao fundo aparece o quartel sendo construído – 1922



Fonte: Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11018658055/in/photostream/>
acessado em: 24 de setembro de 2018

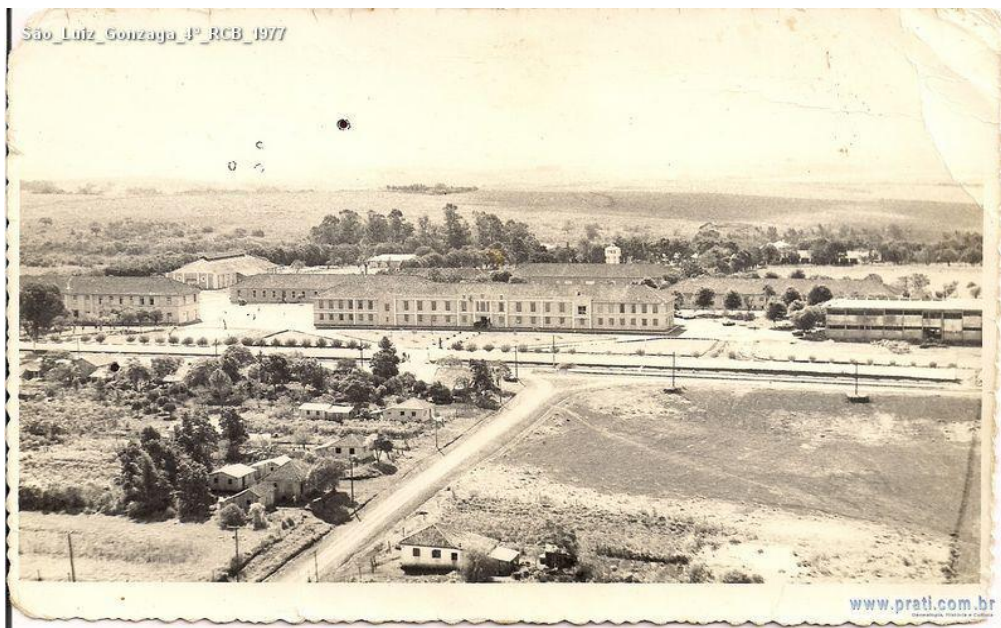
Neste período os Dragões do Rio Grande exerceram diversos serviços: vigilância de fronteira, combate ao contrabando, fornecimento de seu efetivo, inclusive o Comandante, o então Major Leovegildo Paiva, para a Campanha do Contestado e participou, ainda, dos movimentos revolucionários de 1924 e 1932.

No ano de 1954, de acordo com o Decreto Presidencial nº. 36.514 de 01 de dezembro de 1954, recebeu a denominação histórica "Regimento Dragões do Rio

Grande" (3º Regimento de Cavalaria). Em 3 de maio de 1956, a população de São Luiz Gonzaga ofereceu-lhe o estandarte.

Já em 1974, devido a modernização dos meios de combate, o regimento foi transformado em 4º Regimento de Cavalaria Blindado, mantendo a denominação "Regimento Dragões do Rio Grande".

Imagem 21 - 4º RCB – 1977



Fonte: Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11018650635>
Acessado em: 24 de setembro de 2018

Bento (1976, p. 61-62) descreve o trabalho do negro no exército rio-grandense, seja ele escravo ou livre. Em fins do século XVIII e início do XIX, ele participou de prolongadas lutas.

O cativo, não podia participar das tropas regulares, mas sim da tropa de serviços, no qual podiam ser utilizados como remadores, transportadores, auxiliares de cozinha de oficiais, de acampamento, companheiro de combate, transmissão de ordens ou mensageiro.

Seguindo a ordem do pós-abolição, o exército foi uma das poucas instituições que abrigaram os afro-brasileiros oriundos do cativeiro, no início do século XX. Em São Luiz Gonzaga, esta possibilidade se concretizou, pois, haviam alguns negros incorporados ao exército.

Pode-se perceber isso, analisando a fotografia do Pelotão de Hemitério Francisco Cardoso: além dele havia outro negro inserido no Pelotão, por volta de 1930. Embora, a quantidade seja reduzida, entre trinta e cinco militares, dois apenas eram de origem negra.

Estes militares negros, contribuíram para a fundação do Clube Imperatriz, pois os relatos revelam a grande quantidade de militares presentes: “tem bastante militares que frequentavam o Clube, os militares que vinham prá cá que também não podiam entrar no clube do centro vinham pra cá. (...) Era todos da origem negra a maioria deles era de origem negra, moreno. (NENÊ, 2018)

Desta forma, conclui-se que a principal parcela de fundadores e frequentadores do Clube eram militares das diversas patentes, soldados, cabos, sargentos e tenentes. Todos buscavam a socialização da etnia, diversão, manutenção da cultura negra, criando intelectualidade e exaltação da identidade negra.

3.4 A LINHA FÉRREA DE SÃO LUIZ GONZAGA: NOVOS INTEGRANTES PARA O CLUBE IMPERATRIZ

As vias férreas, seguindo as perspectivas das formas de trabalho do pós-abolição, foram as primeiras atividades a empregar mão de obra negra, garantindo dignidade, crescimento profissional e inserção social, ou seja, garantia um lugar na sociedade branca tradicional. Logo no início do século XX, a população local reivindicava uma estrada de ferro que ligasse a cidade a outros pontos do Estado. O Senador Pinheiro Machado auxiliou neste processo, porém, com seu assassinato em 1917, as obras foram interrompidas, ficando parada na cidade de Jaguari.

Durante uma visita a São Borja, Getúlio Vargas prometeu a população local, que daria início os trabalhos de reconstrução da linha férrea para que a estrada de ferro chegasse à São Luiz Gonzaga. O compromisso foi cumprido e a inauguração do ramal Santiago-São Luiz Gonzaga, ocorreu no dia 23 de janeiro de 1943, na ocasião vinte mil pessoas presenciaram o ato de inauguração. Às 13 horas chegou o primeiro trem e às 17 horas, realizou-se a solenidade de inauguração. À noite foi realizado um jantar com baile de gala para as autoridades presentes e convidados, na Casa Rural. No dia seguinte, fizeram um churrasco com a participação da população, a noite, baile popular no mesmo local.

A ferrovia trouxe desenvolvimento para São Luiz Gonzaga, como: aumento da produção agrícola e pecuária devido à possibilidade de escoamento, crescimento de setores ligados a serviços, telégrafo, transporte de pessoas e mercadorias, bem como geração de emprego e renda à população. Devido aos benefícios, a população se organizou e solicitou a construção da ferrovia São Luiz – Cerro Largo. Conforme Tobias (2009, p. 48):

O sucesso da ferrovia em São Luiz Gonzaga foi tão grande que, a partir de 1950, várias mobilizações aconteceram entre os políticos locais para a construção e um ramal de São Luiz Gonzaga até Cerro Largo. O 1º Batalhão Ferroviário permanecia em nossa cidade desde o início dos trabalhos do ramal que vinha de Santiago, pois, desde os anos 40, a construção do ramal até Cerro Largo já está aprovada, porém não havia saído do papel

Em 1946 recebem o aval para a construção, mas ela somente se inicia em 1951, contando com 300 homens, incluindo militares. Após 6 anos de trabalho, este ramal, foi inaugurado no dia 10 de janeiro de 1957 e contou com a compleição das mais altas autoridades oficiais, dentre as quais o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, seu vice, João Goulart e o Governador do Estado, Ildo Meneghetti.

A construção da estrada de ferro, trouxe desenvolvimento e melhorou a qualidade de vida da população local. No entanto, por volta dos anos 70, o transporte ferroviário, por meio de uma escolha política que privilegiou o ingresso de multinacionais do setor automobilístico e conseqüentemente o transporte rodoviário, entrou em decadência. O prédio encontrou-se por longos anos em situação de abandono, mas recentemente uma verba foi destinada para a sua reforma e uso para museu.

Analisando estes dados e a história da Linha Férrea em São Luiz Gonzaga, percebeu-se que o período em que é fundado o clube, remete-se ao momento em que o Batalhão Ferroviário havia concluído o primeiro ramal e aguardava o início da execução de novas obras da linha férrea São Luiz Gonzaga-Cerro Largo. Como falava-se em construção imediata, ele permanece por algum tempo na cidade, mudando-se à medida que o povo desanimava em receber o novo ramal.

Assim, da mesma forma como o Clube 13 de maio de Santa Maria-RS, fundado por ferroviários negros e a Sociedade Floresta Montenegrina de Montenegro-RS, criada por policiais militares e ferroviários, o Clube Imperatriz surgiu durante a construção da Linha Férrea. As datas de fundação coincidem com o término do

primeiro ramal, então possivelmente alguns de seus trabalhadores que eram de origem negra, participaram da construção do Clube Imperatriz.

Infelizmente, não foi encontrado nenhum dado documental que comprove esta participação. As conclusões desta ideia, são baseadas nas datas e nas afirmações dos entrevistados de que haviam alguns trabalhadores da ferrovia que frequentavam o clube. Por tal falta de comprovação, não nos aprofundaremos neste capítulo.

4 FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE LITERÁRIA E RECREATIVA IMPERATRIZ: SOCIALIZAÇÃO, DIVERSÃO, RESISTÊNCIA CULTURAL E INTELLECTUALIDADE NEGRA (1943-2018)

Em São Luiz Gonzaga, no século XX havia vários clubes. O Clube da elite branca era o Harmonia, os clubes de classe intermediária que abrangiam trabalhadores brancos, eram o União Operária, Clube dos Subtenentes e Sargentos, Sociedade Atlética e o Clube para a comunidade negra, no início de sua fundação e mais tarde, também para a classe popular, ou seja, destinado aos que não podiam ingressar nos demais era o Clube Imperatriz. Esta disposição de clubes, demonstra claramente a exclusão entre classes sociais, cor, de etnicidade, religiosidade, ou seja, em todas as dimensões.

Escobar (2016, p. 22) destaca que “esses redutos de sociabilidade negra surgiram como um contraponto à ordem social vigente, além de constituírem um local de visibilidade, empoderamento e lazer para a população que era impedida de frequentar os tradicionais clubes sociais brancos”. Assim, a principal forma de participação social das pessoas negras e pobres era por meio do Clube Imperatriz, denominada oficialmente de Sociedade Literária e Recreativa Imperatriz.

Mesmo havendo outros clubes na cidade, eles eram considerados de elite sendo que negros e pobres não podiam associar-se. Dias (2017) expressa que: “a gente não pode desfazer do Clube Harmonia, mas os morenos não entravam lá, nem as pessoas pobres, aí vinham para o nosso... como não entrava foi criado um clube pra eles né”.

No mesmo sentido, o sociólogo francês Bourdieu (2004, p.160) destaca “o mundo social apresenta-se, objetivamente, como um sistema simbólico que é organizado segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial”. Aqui, questiona a forma das organizações sociais vigentes, na qual as diferenças prevalecem sobre a sociedade.

E ainda acrescenta: “O espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida” (BOURDIEU, 2004, p.160). Neste enfoque, existem as diferenças sociais, normas a serem seguidas, organizações por classe e distinções.

Contudo, o que se necessita é o fim das exclusões por etnia, classe social e condições de vida; pensamento ainda não existente no início e decorrer do século XX,

pois foram imperiosas, a divisão entre os clubes, os de brancos e os de negros, para suprir esta diferenciação social.

4.1 CLUBE NEGRO: A FUNDAÇÃO, A HISTÓRIA E AS CONSTRUÇÕES DO IMPERATRIZ (1943-1975)

A data da fundação da Sociedade Literária e Recreativa Imperatriz é 24 de abril de 1943, conforme Santos (1987, p. 217) pela seguinte diretoria: Presidente: João Vasconeles, Vice-presidente: Paulino Hermenegildo dos Santos, 1º secretário: José Quintino Motta, 2º secretário: Manuel Alexandre de Oliveira, 1º tesoureiro: Brinaldo dos Santos, 2º tesoureiro: José Silveira Severo, Conselho fiscal: Viriato Oliveira, Trajano Alves da Silva e José Santos.

Nas entrevistas, não foram elucidados os motivos para o nome do Clube Imperatriz, sabe-se que é comum entre os clubes, nomes e datas referentes ao período da abolição da escravatura. Um exemplo é o Clube Treze de Maio de Santa Maria - RS, por isso, pensa-se na hipótese que o nome relaciona-se ao sonho dos cativos, Clube Imperatriz, como forma de homenagem à princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea estabelecendo liberdade jurídica aos homens que estavam em cativeiro.

O uso no nome do termo Literário, refere-se a um dos objetivos dos clubes negros, promover leituras, instruções e intelectualidade. Outros clubes recebem esta nomenclatura no Brasil: Clube Literário e Recreativo de Bragança Paulista, fundado em 1894¹⁸; Clube Literário e Recreativo 13 de Maio de Ponta Grossa no Paraná, fundado em 1890¹⁹ e Clube Literário e Recreativo de Rio Pardo, criado em 10 de outubro de 1886, com participação de um tenente-coronel, comandante da Escola Militar²⁰.

Embora o foco de estudo, sejam as implicações sociais e culturais do clube, torna-se importante refletir sobre o cenário político da época. O clube foi fundado na época da Ditadura do Estado Novo (1937-1945), com a participação de militares do exército.

¹⁸ Disponível em: <https://www.cidadeecultura.com/clube-literario-e-recreativo/> Acessado em: 5 de outubro de 2018;

¹⁹ Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/13322> Acessado em: 5 de outubro de 2018;

²⁰ Disponível em: <http://redescobrindoriopardo.blogspot.com/2018/07/clube-literario-recreativo.html> Acessado em: 5 de outubro de 2018;

Este período foi marcado pela repressão política, inviabilizando movimentos contestatórios a política vigente. A capoeira, por exemplo tornou-se ilegal²¹, os partidos políticos assim como a Frente Negra, entraram na ilegalidade, ou foram dissolvidos. Domingues (2007, p. 102) entende que a criação de um clube ou qualquer outro espaço negro, constituía uma forma de resistência, um ato político, por isso esses movimentos eram censurados.

Em suas ações, o Clube Imperatriz destaca-se no auxílio aos necessitados e possibilidade de intelectualização, tentativa de integração social, resistência cultural, intuítos políticos de manutenção e ascensão da cultura negra. Além disso, sofre com a política higienista, discutida no último subcapítulo. Acredita-se, que na cidade de São Luiz Gonzaga, a fundação do clube, não tenha desempenhado repercussões e grande movimentação, por isso seu funcionamento foi permitido pelas autoridades.

O primeiro espaço em que se localizou o clube foi próximo ao hospital em uma casa antiga que, mais tarde seria de propriedade do Doutor Praxedes, permanecendo por curto período de tempo. Em seguida, mudou-se para uma espécie de cortiço em forma de L, na esquina entre as ruas São João e Bento Soeiro de Souza, local em que localiza-se o INSS²², a Previdência Social.

Nesta estalagem, haviam vários moradores, locais de comércio como cabelereira, costureira, sapateiro entre outros, e o clube ficava na esquina. Ali conservou-se por cerca de 15 anos. Segundo Marques (2017):

²¹ Lei de Proibição da Capoeira
Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil
(Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890)
Capítulo XIII -- Dos vadios e capoeiras

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal.

Pena de prisão celular de dois a seis meses.

A penalidade é a do art. 96.

Parágrafo único. É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400. Com a pena de um a três anos.

Parágrafo único. Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.

²² INSS: Instituto Nacional de Seguro Social, antigo INPS-Instituto Nacional de Previdência Social, localizado em São Luiz Gonzaga na Rua Bento Soeiro de Souza, nº 2373, centro.

Ele surgiu, a história que era o clube dos moreno, na época que tinha o dos brancos, surgiu por causa que é que o pessoal só dançava os moreno lá, mas com o tempo foi ... foi diversificando foi branco e moreno dançando lá. Ele começou lá, primeiro local que teve, um dos local, foi lá perto do hospital, na Rua Bento Soeiro de Souza onde é a casa do doutor Praxedes. (...) Até uma vez eu tive lá com o meu pai, eu tive lá no clube dos moreno, até o presidente era bem conhecido do meu pai, o que cuidava lá. (...) depois muitos anos ele teve ali, onde hoje é o INPS teve uma casa velha, teve uns tempo ali o clube. (...) até que a prefeitura cedeu aquele terreno lá. Ali é o último local, era um casebre de madeira, depois foi feito de material com muito sacrifício.

A partir das informações de Marques, confirmou-se que o clube teve três endereços. No entanto, na entrevista de Luiz Gonzaga (2019), ele destacou mais um local: em torno de uma quadra do terreno que foi doado pela Prefeitura mais tarde. Era em uma parte alagada²³, conforme expressa:

O terreno do clube era um banhado praticamente, ele era cima de uns cepos assim, alto, tipo aquelas casas lá de onde alaga, lá, não sei como é o nome [palafita], e então eu me lembro que as vezes carnaval principalmente né, a piazada, gurizada tudo participava né, não tinha aquilo de ter dezoito anos, mas iam tudo com os pais né, e nós ia lá embaixo e nós sentia o balanço da coisa, que era molhado né e era todo de madeira, nesse antigo aqui.

Era uma casa com várias repartições, provavelmente seria uma casa de moradia que foi alugada para o clube, haviam outras casas iguais ao lado. Neste espaço, o clube deve ter funcionado aproximadamente dez anos. Não há nenhum registro, ou arguição de que os integrantes mudaram-se da parte central da cidade por vontade própria, mas a doação do terreno para sede própria, colaborou para a manutenção do clube.

Em 1961, por meio da Lei nº. 410 (ANEXO B), o clube negro recebe doação um terreno da Prefeitura Municipal, durante o mandato do Prefeito João Loureiro:

Autoriza a aquisição de um imóvel João B. Loureiro, Prefeito Municipal de São Luiz Gonzaga: - Faça saber que a Câmara Municipal e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É o Prefeito autorizado a adquirir, por escritura pública, a Eduíno Adelino Klein, pela quantia de Cr\$120.000,00, um terreno sito nesta cidade, quadra 366, rua Venâncio Aires, com 10 (dez) metros de frente por cerca de 59 (cinquenta e nove) metros de frene a fundo. Art. 2º - O terreno adquirido pelo art. 1º será doado à Sociedade Imperatriz sediada nesta cidade, para nele ser construído a sede da Sociedade dentro dois anos a

²³ Este local, ainda hoje é bastante alagado, situa-se na quadra entre as Avenidas Senador Pinheiro Machado e a Venâncio Aires, na Rua General Câmara. A casa onde o clube se localizava é aproximadamente em frente a uma lavagem de carros.

contar da data desta Lei, findo os quais reverterá ao patrimônio do município caso não lhe seja dada finalidade constante desta lei. Lei nº 3 – A despesa constante da aquisição prevista no art. 1º será ocorrida com recursos a serem indicados. Art. 4º - a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em São Luiz Gonzaga, 10 de novembro de 1961.

A Prefeitura Municipal comprou o terreno de Eduíno Adelino Klein e conforme a lei realizou a doação ao Clube. Durante a gestão do prefeito municipal João Loureiro, bastante popular entre as diversas classes sociais, foi realizada a doação do terreno ao Clube Imperatriz, o político também participou, em algumas oportunidades de atividades realizadas no clube.

A partir da doação do terreno, o presidente tinha dois anos para edificar o novo clube. Então Alexandre, presidente há muitos anos, deu início as campanhas para angariar fundos e construir a sede própria do clube. Todos os lucros dos bailes eram destinados a um caixa, mas o que intensificou a arrecadação, foi o chamado Livro de Ouro, explicado por Luiz Gonzaga (2019):

Uma coisa bem importante que surgiu, que é o livro de ouro. Com esse livro de ouro iam nas lojas, nas pessoas que tinham dinheiro até os convidados especiais no baile, passavam durante o baile para as pessoas que quisessem fazer as suas contribuições. Esse livro de Ouro foi praticamente a base para se criar coragem para construir o clube, começar a construir o clube. A prefeitura apoiou bastante esse livro de ouro, porque aí eles tinham uma segurança de que com aquele ninguém ia passar a mão no dinheiro. (...) tinha até o selo da Fazenda, oficial e acompanhava junto com a documentação com as atas. Nesta diretoria eles queriam fazer uma coisa muito melhor, com imponência, do que os anteriores, foi se construindo lá o melhor que tinha, o melhor que dava com o dinheiro que tinha.

Nos anos seguintes, conforme documentos, realizam-se os trâmites legais como pagamento de imposto de transmissão de “inter-vivos”. A escritura pública desta transação foi lavrada no Cartório de Registros de Imóveis em 21 de maio de 1963, (ANEXO C) representada pelo prefeito e o presidente do clube:

Certifico que a fls. 236 do livro nº 3-AI foi feita hoje sob o nº 39.873 transcrição do imóvel que o CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO IMPERATRIZ, Sociedade civil com personalidade jurídica, com sede nesta cidade, representada por seu presidente Manoel Alexandre de Oliveira, brasileiro, casado, militar, residente e domiciliado nesta cidade; adquiriu da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA, representada por seu Prefeito Municipal – Joao Belchior Loureiro , eu costuma assinar João B. Loureiro, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, devidamente autorizado conforme Lei Municipal nº 410, de 10 (dez) de novembro de 1961, [...] desde já cede e transfere ao mesmo outorgado

donatário toda a posse e domínio, direitos e ação que sobre o aludido imóvel ora doado exerciam, para que o mesmo donatário possa usar e gozar nos termos das cláusulas e condições:

1º - que sobre o imóvel objeto da presente doação seja construída a Sede Social do outorgado donatário Clube Literário Recreativo Imperatriz;

2º - que no caso de não cumprir a sociedade no prazo de dois anos, a contar desta lei, o estipulado na cláusula primeira, findo este prazo, reverterá ao patrimônio da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga; [...]

Desta forma, no terreno com o auxílio do poder público foi construído um salão de madeira, como expressa Santos “com o auxílio da Prefeitura Municipal, do Comércio, e dos próprios associados, a diretoria conseguiu construir sua sede própria” (1987, p. 217).

No baile de inauguração o Prefeito João Loureiro em ato simbólico cortou a fita inaugural do clube. Ao evento compareceram também outras autoridades e funcionários da Prefeitura Municipal. O prefeito tornou-se frequentador do clube, conforme é descrito em ata de 1969, na qual registra seu comparecimento, junto da esposa e outros casais da sociedade, onde tecem elogios ao espaço.

Após a inauguração em 1963, até 1970, por meio das Atas do Clube percebe-se um período de organização, escolha de diretor de mês, festeiro, bailes, eleições de rainhas, integração e visita de outros clubes da cidade, como Indo Machado, sua esposa e a rainha do Clube União Operária.

No entanto, após esta data, como o espaço, em madeira, já se encontrava pequeno, ações foram realizadas para ampliação. Em março de 1971, aguardam uma verba do estado para comprar material. Devido à demora, mas afirmação que a verba seria liberada, compraram o básico na Madeireira São Luiz de Fredolino Trolle e iniciam as obras.

Desta forma, é ampliado o espaço físico do clube, com aumento de 5,3 m x 8,7m, construção de duas peças para toalete, outra para uma secretaria e ao lado uma meia água para palco, assim como um poço de água.

A construção foi concluída, sem o recurso estadual que seria utilizado para cumprir com o pagamento da Madeireira. Como auxílio, o sócio Januário de Freitas Ribeiro (Capitão Januário) prontificou-se a ir ao Palácio Piratini, para tratar da liberação da verba atrasada.

Com o intuito de manter as ações de busca de auxílio para melhorias, conforme consta na Certidão de Registro 2933, o clube passou a integrar o registro de entidades

civis para habilitação ao recebimento de auxílio cultural por parte do Estado, sendo inscrita e registrada em 16 de abril de 1973 (ANEXO D).

De acordo com uma ata de 1972, os presidentes enviaram um ofício solicitando ao comandante da Brigada Militar uma patrulha nos arredores do clube, para manter a ordem. Também contratou-se um zelador, Idalício Rodrigues de Souza, para o qual foi construída uma casinha aos fundos do clube, para ele, sua esposa e os dois filhos morar e auxiliar nos cuidados e principalmente, na limpeza e segurança do clube. Ocorre, também neste ano, o arrendamento da Copa para terceiros, com bônus para o clube.

No ato de posse de nova diretoria era comum, convidar um sócio fundador ou benemérito, como Adão Marques que assistiu a posse da diretoria em 1973.

4.1.1 Âncora do Clube Negro: Manoel Alexandre de Oliveira

Manoel Alexandre de Oliveira, de origem negra, nasceu no dia 22 de julho de 1919, no Limoeiro, distrito de São Luiz Gonzaga. Veio para a cidade ao alistar-se no ano de 1937, no 3º Regimento de Cavalaria, instituição onde fez carreira. Ingressou no Pelotão de apetrechos pesados, jogava polo e participava de campeonatos de equitação. Trabalhou também em Santiago por alguns anos, mas retornou à São Luiz Gonzaga. Seu nome de guerra era Alexandre, forma como ficou conhecido na cidade. Exerceu também a função de almoxarife.

Em São Luiz Gonzaga, casou-se com Noêmia, também de descendência negra, (avós eram trabalhadores escravizados) com quem teve seus três filhos. Ela também participava do clube: “ela e o pai era os esteios do clube, ela puxava junto, fazia pastéis para vender” (Luiz Gonzaga, 2019). Atualmente, Noêmia reside em Santo Ângelo, contando com noventa e três anos de idade.

Alexandre foi um dos fundadores do Clube Imperatriz, sendo segundo secretário na primeira diretoria, em 1943, quando contava com apenas vinte e quatro anos de idade. Em 1961, já como presidente recebeu o terreno para a construção do clube, permaneceu longos anos na diretoria, empenhou-se para manter o clube e suas tradições.

Luiz Gonzaga, filho de Alexandre, na época com dez anos de idade, era quem avisava os sócios dos bailes, conforme relata:

Na gestão do pai eu era eu que fazia isso aí pegava a bicicleta e saía avisar de casa em casa dos sócios que tinha baile, lá na quarta-feira mais ou menos eu começava, que sábado tinha baile, que era baile de tal coisa, e já dizia o preço das mesas que ia sair, para que se preparassem, todos os associados ficavam sabendo do baile através do meu aviso. Eu sabia onde morava todo mundo e eu ia indo, eu era o porta-voz dos eventos, é, pois, é, até isso me deixa muito emocionado pelo tempo né. (LUIZ GONZAGA, 2019)

O trajeto percorrido de bicicleta para divulgar os bailes era feito principalmente nas direções onde hoje se localizam o Frigorífico e a Gruta Nossa Senhora de Lourdes, locais em que residiam o maior número de sócios. Eram realizados em média dois bailes por mês além das reuniões dançantes.

Alexandre, permaneceu no clube como presidente porque ninguém queria assumir, devido a responsabilidade e, como ele possuía um extenso círculo de amizade no quartel, era bem visto por todos, elevava o nível do clube. Havia eleições para diretoria, mas mudavam os outros componentes e ele continuava como presidente.

Toda a família tocava instrumentos musicais, em muitos bailes eram eles que animavam. Inventaram até mesmo um grupo: Los medonhos.

Imagem 22 - Da esquerda para a direita: Luiz Gonzaga tocando pandeiro, Terezinha do Carmo tocando gaita e Manoel Alexandre tocando violão no Clube Recreativo Imperatriz – 1962



Nesta fotografia, a família está animando o baile, já no clube novo, onde percebe-se as paredes de madeira, que, embora fosse uma construção recente, apresentava infiltrações e manchas. Pode-se observar também as vestimentas, terno, gravata, cabelos bem arrumados, o que demonstra o cuidado com a imagem.

Além dos três, a outra irmã de Oliveira e a mãe cantavam. Esse grupo foi convidado pela Rádio São Luiz, para se apresentar várias vezes nos programas de rádio de auditório.

Por causa das amizades de Alexandre, era frequente ele trazer outros músicos militares para tocar, independentes da etnia. Quem tocava instrumentos, mesmo sendo branco era autorizado a participar o clube. Luiz Gonzaga (2019), destaca que “a música derruba fronteiras”. Então em virtude da música, em alguns momentos a diretoria permitia a entrada pessoas brancas.

Alexandre, inaugurou a sede própria do Imperatriz, mas poucos anos depois, por problemas de saúde foi para a reserva com vinte e cinco anos de serviço como 1º Tenente, no ano de 1962 e mudou-se para Santo Ângelo. Luiz Gonzaga, nesta época, tinha treze anos de idade e foi estudar na Escola Sepé Tiarajú.

O Tenente Alexandre faleceu aos setenta e cinco anos de idade, em Santo Ângelo. Sua família, permaneceu por algum tempo na cidade. Mais tarde, Terezinha foi embora para Porto Alegre e Luiz Gonzaga, mudou-se para o Paraná, de onde retornou há mais de vinte anos.

Luiz Gonzaga, trabalha atualmente em Santo Ângelo, é músico, entalhador e restaurador, também participa do Centro Cultural Raízes Negras, na qual inaugurará em abril um museu/casa da Etnia Negra.

Imagem 23 - Luiz Gonzaga Pedroso de Oliveira, em seu ateliê – 2019



Fonte: Acervo da autora - 2019

Durante as entrevistas, o nome do Tenente Alexandre foi rememorado várias vezes:

Conheci, era um velhinho magrinho, quando eu peguei aqui ele já era bem velhinho já, [...] fazia pouco que tinha entrado, foi logo que eu tinha entrado e um ano e pouco ele foi embora. (NENÉ, 2018)

O sargento Alexandre fundou. [...] E era Clube como é que eu vou te dizer, era restrito pros morenos, só moreno, por isso que se chama clube dos moreno. No início só entrava negro, só depois que ... depois que ele foi embora, não sei quanto tempo ele ficou, mas deve ter ficado uns 5, 6 anos. Morreu até esse senhor, deixa eu ver ele morava lá na Monsenhor Wolski, lá para baixo da rodoviária antiga. (BUENO, 2018)

O presidente do clube aqui era bem preto, esqueci o nome. [...] É esse aí, Tenente Alexandre tenente do exército ele. É ele faleceu lá em Santo Ângelo. [...] Ele era daqui, mas depois ele foi embora prá lá né. [...] Mas era muito legal ele. Antigamente quando eu ia a Santo Ângelo eu encontrava ele, nós conversava e as filhas eu sei que moram lá em Santo Ângelo. (SGT. ROQUE, 2018).

Assim, podemos atribuir ao Tenente Alexandre a contribuição na fundação do clube, em 1943, mas principalmente, reconhecer seu mérito na construção do Clube Imperatriz, pois foram anos de dedicação a entidade o que legou um espaço para socialização da comunidade negra de São Luiz Gonzaga e região.

4.1.2 Integrantes do Clube Imperatriz: militares, ferroviários, policiais militares, trabalhadores e população em geral

Entre 1943 e 1975, os frequentadores eram de famílias negras, de socialização da etnia negra. Várias pessoas, lembradas pelos entrevistados destacam sua origem, posições no clube, participação, profissões e família.

Luiz Gonzaga fala de vários integrantes da diretoria fundadora que ele conheceu: Viriato Soares de Oliveira (exímio dançador de tango); José Quintino Motta; Trajano Alves da Silva; Paulino Hermenegildo dos Santos e José Silveira Severo.

Adão Pacífico de Oliveira, trabalhava com Alexandre nos bailes, e também tinha ligação com a música, tocava banjo. Luiz Gonzaga (2019) relata que quando havia participações da banda no clube e em festivais, eles se reuniam para ensaiar:

Adão era mais velho do que o pai (...) ele tocava banjo, nas nossas regional ele tocava banjo, então nós se reunia lá na casa do seu Adão, e o filho dele era Derli, nós se reunia para fazer os ensaios e lá na minha casa, então o seu Adão tocava banjo, o pai tocava violão, minha irmã tocava gaita, eu tocava bateria pandeiro e tudo essa coisas ai, a outra minha irmã que mora ali no Jardim dos Palmeiros, cantava a mãe cantava, tudo, então o grupo musical era da vizinhança, e a família, 80% era a família e ai tinha os outros que eram os apreciadores né.

Artidor era marceneiro, carpinteiro e fazia construções; Gentil do Nascimento, pedreiro e sua esposa conhecida como Marica; Evandro que era mecânico; também são citados Luiz Preto, De La Moreno,

Seu Adão Marques era um morenã alto, foi tempo sócio aqui era da diretoria, depois faleceu a esposa dele faleceu. [...] Esse Adão também era militar, era do quartel, era sargento, também foi transferido e morreu. (NENÊ, 2018)

Das mulheres, havia a Dona Preta que tinha duas filhas, Lourdes e Josefina:

Essas negras aqui eram as negras mais bonitas dali elas disputavam e ganhavam todos os concursos de rainha, de qualquer coisa que fosse de negra, a Lourdes era a mais velha e a Josefina mais nova, quando uma ganhava de rainha a outra ficava de primeira princesa. No clube e depois elas iam representar o clube e se fossem convidadas para mais alguma coisa ganhavam também. (...). Nos bailes se apresentavam com cada look maravilhoso. (LUIZ GONZAGA, 2019)

Tinha a Mercedes aqui, acho que a Mercedes já morreu, uma frequentadora daí, depois ela casou, ela vinha ali quando ela era moça, antes dela casar, era negra, professora. (BUENO, 2018)

Mercedes Rodrigues dos Santos, aparece nas atas como moça festeira, integrante do Conselho Fiscal e secretária, lavrou várias atas do clube por volta dos anos 1969 e 1970.

Conforme relato de Luiz Gonzaga, no quartel a grande maioria dos integrantes eram brancos, haviam poucos negros e nem todos participavam do clube. Assim, embora a ideia de fundação tenha partido dos militares, seus associados eram uma mescla, composta por militares, mecânicos, pedreiros, ferroviários, policiais militares e trabalhadores em geral.

Em grande parte, percebe-se que os integrantes eram pessoas simples, mas que mantinham uma imagem positivada, pois em todas as festividades usavam roupas adequadas, sociais, cabelos bem arrumados, terno e gravata.

4.1.3 Festividades negras: bailes, reuniões dançantes, carnavais e churrascos

Haviam dois tipos de festividades, o baile de sábado, que eram animadas por bandas geralmente de fora e ocorriam em torno de duas vezes por mês e as reuniões dançantes, que eram no domingo, onde se reuniam no clube e tocavam, cantavam, podendo ser banda de fora ou mesmo por sócios, que ia no máximo até 2 horas da madrugada.

Nos bailes, a música tocada era samba, samba-canção, bolero, chorinho, valsa e tango. Segundo Luiz Gonzaga, Pixinguinha estava no auge, o chorinho era mais tocado porque era rápido demais e cantado era o samba e samba-canção. Música gauchesca era totalmente vetada, pois não sabiam dançar “os negros mesmo, já tinham o samba no pé e não tinha jeito” (Luiz Gonzaga, 2019).

Quando o baile era de destaque, contratavam um conjunto de Santa Maria que era formado, principalmente por integrantes do Corpo de Bombeiros. Luiz Gonzaga conta que eles tinham uma banda famosa, saíam de Santa Maria de trem, passavam em Santo Ângelo que tinha mais dois integrantes e vinham para São Luís.

Vinham de trem e tinha um negão, um negão grandão mesmo, ele vinha de trem e ele trazia a moto dele, uma lambreta, ele trazia no trem e chegava no sábado de tarde e ficava passeando na cidade de lambreta, poucas pessoas tinham (...) seu apelido era Caçapa. (...) quando falava que

era a banda de Santa Maria, meu Deus, enchia. O Caçapa é o que coordenava o grupo, eles vinham sábado de tarde tocavam o baile à noite e no domingo à tardinha o trem passava e eles iam embora. (LUIZ GONZAGA, 2019).

Após cada baile, era feito o caixa junto com a diretoria e o dinheiro ia para a residência do presidente, pois guardavam em casa para pagar as contas, os fornecedores e o lucro ficava retido.

Os bailes em geral eram muito frequentados pela comunidade, como descreve Morais (2018):

Eu to com 81 anos desde que começou sempre nós vinha, me lembro bastante do Luís preto com a família, eles eram da diretoria aquele tempo, mas eu não lembro muito. A sim nós vinha nos bailes e eram bem bom, era cheinho [...]. O pessoal mais era só daqui mesmo, os moreno, pessoal moreno, tudo os morenos [...] as vezes misturava o pessoal, já tinha mudado um pouco né. Faz uns 50 anos que venho, e continuo igual né, toda vez que ela ta aqui eu to junto aqui. (Refere-se a filha, presidente atual).

Em alguns momentos, havia o entrosamento entre as comunidades negras na região, como descreve o Sgt. Roque, que em São Luiz Gonzaga frequentou apenas uma vez o Clube Imperatriz em um aniversário, mas na sua cidade, Santo Ângelo, antes da transferência, além do Clube do Exército, frequentava o Clube Princesa Isabel,

Tinha lá o Princesa Isabel lá em Santo Ângelo, os senhores lá e outros da diretoria, disseram vamos fazer agora no aniversário do nosso Clube que era o Princesa Isabel vamos convidar esqueci o nome do Tenente, tinha um tenente do exército que era presidente do Imperatriz, [*refere-se a Manoel Alexandre de Oliveira, rememorado mais tarde*] então eles se conheciam então convidaram, mandaram convidar esse pessoal do Imperatriz aí foi esse casal com as filhas foi mais gente, foram em Santo Ângelo lá, foi um entrosamento de sociedade né com o Imperatriz aqui e o Princesa Isabel lá de Santo Ângelo, ai eles foram lá no baile. [...] Acho que isso foi em 63 por ai, 62 por ai. (SGT. ROQUE, 2018)

Após um tempo o Sargento Roque foi nomeado presidente do Clube Princesa Isabel e conforme descreve, passou a abrir para pessoas brancas.

Na época que esse outro era presidente só entrava preto, branco não entrava lá, o nosso lá o Princesa Isabel era só a raça. Aí deu a caso de um fiscal de lá, a filha dele ir casar, ó vou fazer o casamento de fulana aí no clube, não pode fazer, aí eu já abri pra todo mundo, não veio só preto, veio mais branco e transformemos o clube né deu uma crescida boa porque ai já começamos a deixar essas pessoas entrarem cresce mais ai nesse meio de tempo, já sai promovido fui embora, não vi mais como é que ficou lá. (SGT. ROQUE, 2018).

O carnaval era o auge de todas as festas, pois todos participavam, as crianças, jovens e adultos. Ainda não haviam carnavais de rua, mas no clube todos iam fantasiados, acontecia a escolha das rainhas de carnaval e de acordo com Luiz Gonzaga (2019) “um mês antes as mulheres já estavam preparando as fantasias”.

As roupas, principalmente do carnaval era de predominância branca para os homens, com calça, camiseta regata e um adereço na cabeça. Já as mulheres se enfeitavam muito, usando roupas coloridas, plumas e paetês. Desta forma, gerava o contraste do colorido com o branco, tipicamente africano, afro-brasileiro.

Os carnavais eram momentos também de socialização das classes. Um ofício do Presidente do Clube Harmonia (janeiro de 1972) solicita a presença dos presidentes de todos os clubes da cidade, para montagem de blocos para o carnaval de rua. O clube Imperatriz, comparece, aceita a proposta e participa do evento.

Conforme descreve Bueno (2018):

Carnaval vinha gente do Clube Harmonia tudo pular ai, por exemplo tinha vizinhos que moravam aqui em baixo, tudo já faleceram, meu pai minha mãe tudo iam tudo iam no clube, tudo iam dançar na época de carnaval. Vinha vinha gente do Clube Harmonia ali pular, e era Clube dos moreno, não entrava branco, branco não entrava, só na época de carnaval entravam esses porque eram vizinho. Vinham lá faziam o, como é que se diz os blocos e vinham pular ali, a mãe dizia e naquele tempo era bem bom ali, era social.

Assim, no carnaval, era realizada a integração entre os clubes, trocavam-se visitas e divertiam-se sem distinção de cor ou classe social. Por volta de 1960, como em todo o Brasil, era liberado o uso do lança perfume, descrito por Luiz Gonzaga (2019):

A gurizada podia ocupar os salões no carnaval, num baile normal tinham que ficar na mesa. Teve também a questão do lança perfume, liberadíssimo, inclusive se vendia na copa, as caixinhas, terminava o tubo lá, tinha ali. (...) na concepção de disciplina militar e na moral de famílias, se fosse uma droga ilícita, meu pai nunca permitiria, mas era normal assim, e naquele tempo era usado um lenço branco, mulheres e crianças usavam.

Nos fundos do clube tinha uma árvore enorme, um umbu. Na sua sombra, era onde as pessoas faziam os churrascos e as festividades de domingo. Era comum, no domingo à tarde as famílias nunca ficarem em casa, sempre se reunirem no clube. Os sócios levavam carne, cerveja, suco e faziam seu almoço, mesmo que o clube estivesse fechado entravam pelo lado e se divertiam.

Na segunda-feira, era outro dia de trabalho, pois tinha que devolver as bebidas da condicional, ver os copos que haviam sido quebrados e fazer a limpeza que era de forma comunitária. Luiz Gonzaga descreve as etapas deste trabalho, “eram feitas na parceria, os da diretoria se reuniam e faziam a limpeza do clube no sábado, após o baile, ou no domingo de manhã os sócios que vinham para o churrasco, se organizavam para fazer a limpeza e à tarde ocorrer a reunião dançante”.

Em 1969, registra-se a aquisição de nova mesa de ping pong, diversão para as crianças e jovens. O clube possuía ainda, uma ala feminina, ou seja, as mulheres organizavam um grupo na qual eram responsáveis pela organização, decoração, festividades, venda de salgados durante os bailes e, principalmente cuidado das moças no que se refere a comportamento e manutenção da reputação das famílias.

4.2 CLUBE MULTIÉTNICO: A ABERTURA PARA TODAS AS ETNIAS E CLASSES SOCIAIS (1975- 2018)

De acordo com as atas, ao final do ano de 1974, o aumento de sócios é significativo, em relação aos anteriores, não se sabe ao certo, se elas eram de origem negra ou branca, mas utiliza-se então o ano de 1975, aproximadamente, como de início da abertura para todas as etnias, tornando-se o Imperatriz um clube multiétnico, ou popular.

Por volta de 1975, Nenê assumiu a diretoria do Clube, que passou por grandes mudanças:

Eu me associei, e aí tava caindo tinha um pé direito lá e uns ferro atravessado assim para ele não abrir ai nós fizemos uma campanha, um senhor de idade também foi responsável, porque outros queriam a dançar e nada mais. Ai eu, o seu Gibson e o Seu Diamantino fomos lá no horto, nós não tinha dinheiro pra fazer né, fomos lá e perguntamos se ele não nos fornecia material, ai ele perguntou quem é o responsável? Eu, digo, eu faço encomenda e o que atrasar eu pago, como de fato, foi difícil, mas nós concluímos tudo isso aqui, isso não tinha, só a partezinha de tábua de traz, já caiu os pedaços em carnaval caiu afundou com gente, com tudo, bem no canto lá, não deu para fazer o baile, era um dia de casa cheia, aí eu assumi todas as dívidas dele para parquê, parquê eu doe pra eles, 100 metros de parquê que eu fiz uma doação, ai fui 5 anos presidente, ai terminamos, concluí. (NENÊ, 2018)

Neste período também, Nenê passou a defender a abertura do clube para as demais etnias e descreveu um acontecimento que chama de lamentável:

Este clube por ser um clube já de racismo naquela época é muito forte, eu tive um baile aqui que deu uma briga medonha, ele era uma entrada aqui até aqui, e chegou um rapaz loiro num carro, eu acho que era taxista, [...] ele era cabelo loiro cabeludo e ele chegou aqui de táxi, estacionou lá daquele lado na frente e ele desceu, chegou, falou com o seu Timóteo, perguntou se ele podia frequentar, aí o seu Timóteo saiu lá e veio três, não lamentavelmente o senhor não pode entrar, mas porque eu não sou humano? E aí começou e se atracaram, olha vou te dizer, aquilo surgiu tanta faca revólver era gente voando, eu também me fui na esquina, brigaram cortaram ele ali do lado de lá da rua, cortaram ele na cabeça aí ele pegou entrou dentro do esplanada que ele tinha um táxi e se foi pro hospital, daqui a pouco tapou de polícia aqui, já não gostam muito de polícia foram embora. Mas foi horrível [...] não deixaram ele entrar. É lamentável, um fato desse. (NENÊ, 2018)

Assim, o local passa gradativamente a fazer a abertura para brancos, obtendo maior participação das classes sociais pobres, ou seja, o clube acabou modificando sua característica de clube negro e começa a receber todas as pessoas interessadas em associar-se. As que mais empenharam-se, são as de classe pobre que também eram barradas nos clubes centrais, mas em períodos de auge do Clube, vinham pessoas brancas de boa condição social.

Era clube dos moreno, era só moreno que frequentava, barbudo não frequentava, cabeludo não frequentava, calça jeans não frequentava, era uma energia total, era só moreno, abraçar aqui dentro também não se abraçava, é, não se abraçavam, beijo era tirado pra fora, e vou te dizer, e aí quando nós pegamos começou a vir gente, o finado Democratino Dorneles. e a dona Zaida Dorneles, o Ney Malgarin e a esposa, Eni Margarin, o presidente de um bairro, Nelson Tavares, tem a assinatura deles tudo aí, todo esse pessoal aí, e como que eu vou chegar numa gente dessa que não eram (para entrar) aí eu fiz uma reunião e começamos a tirar isso aí, [...] É eu comecei a fazer reunião e conversar com o pessoal vamos abrir, como é que não ia abrir [...] uns quantos da diretoria que são os antigo ainda, que tu falava não, não vai mudar nada, mas a transformação já fizemos esses cálculos fazem 43 anos mais ou menos, que começou a mudança, aí nós fomos tirando as normas antigas. [...] E aí fomos transformando ele e teve uma época que era coisa mais linda isso aqui nós fazíamos sábado e domingo isso aqui era cheio, (NENÊ, 2018).

Enfim, como as festividades, por serem reconhecidas e bem vistas na comunidade, o clube passou a receber pessoas da classe alta de São Luiz Gonzaga e brancas. Uma grande parte dos fundadores e sócios mais antigos, negros, já haviam falecido ou mudado de cidade. Então, de forma gradual, o clube começa a tornar-se popular, possibilitando a entrada de qualquer etnia e classe social.

Retomando as informações coletadas das Atas, em 1983, edificaram mais uma parte do clube medindo 13m x 2,25m, receberam doação da prefeitura de 3 mil tijolos,

e 3 basculantes para reforma, compram porta metálica e janelas, dentre outras melhorais. Além disso, solicitaram com frequência verbas de deputados.

Seguindo a tradição, das posses de diretorias ser realizada pelos sócios mais antigos, em 09 de abril de 1984, Abílio Fernandes presidiu a reunião, havendo a presença de outros sócios: Sgt. Padilha, Sgt. Mazera e Cristiano Matos. O presidente empossado foi Marcelino Santana Brum.

Neste mesmo ano, no dia 25 de maio de 1984, por disputas e contradições entre sócios e diretoria, as cinco horas da madrugada, tentaram incendiar o clube. Este incêndio criminoso é rememorado pelos entrevistados:

Lá nós tinha bastante coisa, mas é que botaram fogo uma vez lá e queimou é ata antiga, de fundação da época que foi fundado de mil novecentos e quarenta e poucos tudo queimou. (...) Foi um camarada que ficou brabo lá com outro rapaz que trabalhava lá e botou fogo ... botou fogo por malvadeza né ... queimou mais o histórico do clube todos os documentos queimou ... antigo né ... ata antiga claro pra saber quando é que foi fundado tudo aquele homem botou fora. (...) era tudo de madeira pegou fogo, ainda bem que acudiram com tempo, mas queimou só o que era interessante né. (...) foi lá por volta de 1984 ou 85 (MARQUES, 2017)

Botaram fogo nele, teve um rapaz aqui, nós descobrimos depois de passado o tempo, mandado de outro que queria assumir aqui, tinha comprado uma gasolina dele, é morto. Aqui na frente tinha uma parte que era de tábua, não tinha isso aqui ainda e ele veio e despejou pela janela a gasolina, tava cheio de caixa de som ali, mas eu tinha deixado um posando aqui porque era um roubo assim, vinham aqui roubar bebida e tudo. E ele virou a gasolina e o rapaz sentou o cheiro, tava acordado e sentiu o cheiro da gasolina, pensou da onde gasolina, quando ele viu ele saltou correndo, veio aqui puxou as caixas, mas ainda queimou e não pode ver quem era, a janela era lá e o fogo se alastrou, mas tinha um tapete e o tapete que encharcou ele consegui puxar pro meio do salão, e aí foi ele me ligou de vereda pra mim vim, naquela época era telefone só no gancho aí eu vim aqui tinha queimado parede essas caixas de som, um banco que era do clube e um horror de papel, Tinha uma pratinha assim, lá de madeira aquela não se aproveitou nada. Aí fomos na delegacia, aí tem prova de alguém que foi? Eu sabia mais ou menos quem foi, mas não podia acusar o rapaz também, aí passou umas duas semanas ele veio numa reunião aqui e eu peguei ele aí eu conversei com ele apertei, é mas não foi eu, foi tu sim e apertei até, apertei apertei ele que ficou condenado, mas não confessou. (NENÊ, 2018)

O registro deste episódio foi realizado por meio de Boletim de Ocorrência (BO), mas nada ficou provado. Tentou-se conseguir o BO na Delegacia de Polícia, mas como os arquivos desta época não estão digitalizados e eles não permitem a entrada de terceiros no acervo, não foi possível seu acesso.

Enviou-se requerimento ao Delegado Titular, os funcionários ficaram de encontrar e com a aprovação do delegado, disponibilizar. Infelizmente, vários contatos

foram realizados, mas ainda não havia sido localizado devido à falta de arquivamento e de fácil acesso.

A partir do incêndio, com a estrutura de madeira bastante danificada, a diretoria do clube e os sócios novamente se empenharam em reconstruir o clube, desta vez de alvenaria, com planta de 101,20m² e dois pavilhões de 303,70 m². De acordo com Brum (2017):

O seu Gibson reuniu a diretoria pra ver se podiam, concordavam em fazer de material né ... como o clube não tinha nada de fundos, eles foram na Caixa para ver se conseguiam um empréstimo e conseguiram, porque o clube era de madeira e já estava atado assim sabe com arame, tava querendo cair. Ai eles fizeram de material.

A reconstrução do clube seguiu com o dinheiro do empréstimo, assim como realizaram festas e promoções para arrecadar fundos. O preço da joia e mensalidades foram reajustados, realizaram mutirões, receberam doações e, aos poucos o clube vai sendo edificado.

Em 1985, conseguem concluir uma etapa, com a madeiramento, aberturas e cobertura em fibrotex. Em 1986, realizam empréstimo com Nenê para o contra piso e reboco interno. Em 1987, reconstruíram a cancha de bocha, com reforma do galpão e do teto, danificado com um temporal. O piso queimado do clube, já encontrava-se esburacado e Nenê realizou a doação do parque para a troca.

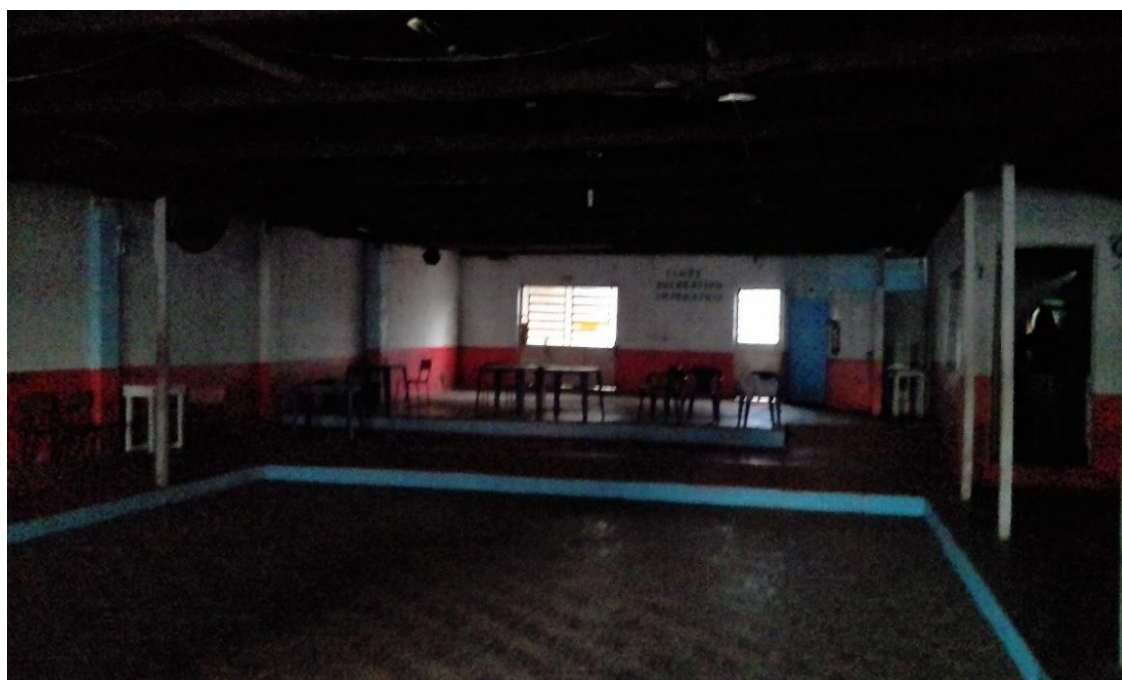
Em 1988, o Deputado são-luizense, Jauri Gomes de Oliveira, destinou verba ao clube que, junto ao arrecadado nos bailes, possibilitou ser realizada novas obras e melhorias: pintura das tesouras, pintura externa, construção de peça para a secretaria, compra de murais, cadeiras, mesas e grades. No ano de 1990, a edificação já estava concluída e recebeu a certidão de autorização de uso (ANEXO E).

Imagem 24 - Espaço interno do Clube, ao fundo vê-se o palco – 2018



Fonte: Acervo da autora – 2018

Imagem 25 - Espaço interno do Clube, onde vê-se a pista de dança, mesas e cadeiras, a copa e os banheiros – 2018



Fonte: Acervo da autora – 2018

Imagem 26 - Sede do Clube Literário e Recreativo Imperatriz – 2018



Fonte: Acervo da autora – 2018

A partir daí seus presidentes se preocuparam em manter o espaço legalizado e com os documentos atualizados, conforme o Alvará de funcionamento, expedido pela Delegacia de Polícia (ANEXO F) e o Recibo de entrega da isenção da declaração do imposto de renda (ANEXO G).

Nos anos 1995 e em diante, o clube passou por uma má fase. Os bailes com bandas, já não davam mais lucro, os sócios diminuíram e a violência aumentou. De acordo com a Ata de 1º de março de 1997, o presidente, José Francisco da Silva Contreiro, com os demais presentes, decidiram colocar som mecânico para tirar os lucros para, ao menos, pagar luz e água e não deixar o clube fechar as portas.

Esta novidade, trouxe novamente movimento ao clube, mas sem sócios, passou a ser um espaço aberto, com pagamento de ingresso e entrada livre. No ano de 2010, Dias era presidente, como os lucros com som mecânico estavam altos, realizou diversas reformas como: pintura interna e externa, troca de canos, torneiras, vidros, lâmpadas, cerâmica, telhas e constrói na parte frontal uma janela para que pudesse ser feita a venda dos ingressos ainda do lado de fora. Contratou-se também uma empresa de segurança para manutenção da ordem, pois era comum ocorrer brigas e, em alguns casos tiros, uso de arma branca e mortes.

Em 2013, devido a avaliação das instalações conforme leis de manutenção do espaço, o prédio foi fechado para regularização. Foram construídas portas de acesso,

colocadas luzes de emergência, rampas, identificações, bem como foi elaborada a planta baixa do prédio (ANEXO H). Em 27 de junho de 2013, foi liberado o prédio pelo Corpo de Bombeiros.

Nos anos seguintes, fazem-se algumas melhorias, como troca de telhas, reforma em banheiros, recarga de extintores e manutenção de documentação. As festas realizadas, ficaram a cargo do DJ Patrick e recebiam pessoas, principalmente jovens dos bairros e vilas da cidade. Dias continuou na presidência até 2017 e em 2018 assumiu Mara Rosane Morais Fagundes.

Atualmente, a diretoria objetiva reerguer o Clube, fazer melhorias como troca de coberta e reforma de banheiros, mas de forma geral, o espaço apresenta-se em bom estado de conservação, realizam-se bailes todos os sábados e seu público é diversificado.

4.2.1 Socialização multiétnica: bailes, carnavais e atrativos diversos

O Clube multiétnico, continuou a participar dos carnavais de rua, ter a escolha de suas rainhas, da garota do bairro, produzir bailes de finais de semana e festividades diversas, como churrasco para os sócios, cancha de bocha e ainda conseguiram instituir a biblioteca, que desde a fundação do clube era intenção, mas não havia sido concretizada por falta de espaço e recursos.

E o clube tinha biblioteca, tinha tudo essas coisa, tinha livros tinha uma peça sabe era excelente o lugar assim que tinha essas coisas, tinha uma salinha que tu guardava chapéu, casaco (...) tinha uma cancha de bocha (...) o pessoal se divertia bastante, [...] no momento que eu tive no clube eu fiz escolha das garotas do bairro, nem lembro mais o que eu fiz no clube, ah, o aniversário do clube eu fazia na data que foi fundado eu fazia sorteio essas coisas. (DIAS, 2017)

A biblioteca era um dos espaços de grande importância do Clube, pois em seu Estatuto menciona que um dos objetivos do clube é a promoção de leituras.

Tinha ela lá, aonde tinha esse armário era muito bonito era madeira mesmo, com vidro tudo, mas foi o que mais [destruiu com o incêndio). Esses livros de história assim, eu nunca me passou pela cabeça ler a não ser um livro que o seu Pedrinho Vieira Marques, nos adquirimos, um do seu Pedrinho e tinha outro um que fez, acho que é um promotor que fez uma história de São Luís e fez dos clube tudo. Quem quisesse ler vinha aqui e pegava só que devolvia, esse seu Pedrinho, na época nos adquirimos ele saiu uma fortuna era um livro com toda história de São Luís de ponta a ponta onde tinha meu pai, um dos 10 primeiros comerciantes foi colocada no livro. E aqui do Imperatriz foi colocada toda a diretoria. (NENÊ, 2018)

Além disso, o clube era (é) espaço para confraternizações entre as famílias, seja por meio de festas de aniversários, festas infantis ou reunião de amigos.

Imagem 27 - Festa de aniversário de Fagundes, no Clube - década de 1980



Fonte: acervo pessoal de Fagundes

Imagem 28 - Festa de aniversário no Clube - década de 1980



Fonte: acervo pessoal de Fagundes

Imagem 29 - Aniversário infantil no clube - década de 1980



Fonte: acervo pessoal de Fagundes

Imagem 30 - Aniversário de Fagundes no Clube (de amarelo), ao lado esquerdo de camisa listrada seu esposo - Anos 2000



Fonte: acervo pessoal de Fagundes

Imagem 31 - Confraternização no Clube - Família de Dias, irmãos, cunhadas dentro do clube, quando ainda era de madeira, sala que aparece atrás era onde se guardava os casacos e chapéus.- década de 1990



Fonte: Arquivo pessoal de Dias

Imagem 32 - Festividade na parte externa do clube. O sofá era considerado tradicional para as famílias tirarem as fotos - década de 1990



Fonte: Arquivo pessoal de Dias

Imagem 33 - Churrasco realizado pelos sócios em espaço que havia no fundo do clube, com cancha de bocha e churrasqueira - década de 1990



Fonte: Arquivo pessoal de Dias

Imagem 34 - Escolha da Garota do Baile - década de 1990



Fonte: Arquivo pessoal de Dias

Sobre os carnavais, as festividades eram muito conhecidas e descritas pelos entrevistados.

Eu tinha uns treze pra quatorze anos quando eu vim pra São Luiz, eu era empregada e dali do clube lá bem ali no alto lá, onde tem uma árvore grande ali, perto do capitão, aquele que morreu, Januário, é então de lá não tinha casa pra cá assim que tapasse né se via bem o clube, ai era os bloco ensaiavam na rua né e se via que era tudo gente morena, até a finada Maria Capica eu acho que era das donas uma das que faziam os eventos da ... da banda esse ... dos blocos ... ela era bem negra ... bem negra. Acho que era daqui, porque eu conheci ela aqui ... aqui em São Luiz, e ela morreu ... ela foi embora pra Porto Alegre, as filha dela, tinha umas filhas muito, morena bonita, é, eles eram bem moreno e ela que fazia tudo era com ela. (BRUM, 2017)

Na época que eu fui a rainha lá, a cadeira, o sofá da rainha era um sofá daqueles antigos, vocês nem viram acho, e aí uma colcha por cima que sentava assim eu me lembro que você sentava assim se achava o máximo. No desfile de rua, meu Deus eu fui dentro de um jipe e meu irmão dirigindo, atrás, isso não tenho na foto sabe, porque não foi tirado, foi tirado de frente assim né, onde pegou só o jipe que eles tiraram, era todo esse pessoal moreno sabe, e daí eles fizeram de folhas as fantasias com as coisas do mato que era, eu lembro que eu ria bastante sabe digo meu deus eu já não tava tanto na era deles lá pra trás, eu era jovem naquela época. (DIAS, 2017)

Imagem 35 - Princesa do Clube Recreativo Imperatriz - década de 1980



Com o clube multiétnico, o pensamento e a exclusividade negra já haviam se dissipado, aceitava-se facilmente uma rainha não-negra. É uma nova concepção de clube que havia se constituído.

Imagem 36 - Princesa com o Presidente do Clube Atílio Fernandes - início da década de 1980



Fonte: Arquivo pessoal de Dias

Imagem 37 - Desfile de Carnaval - início da década 1980

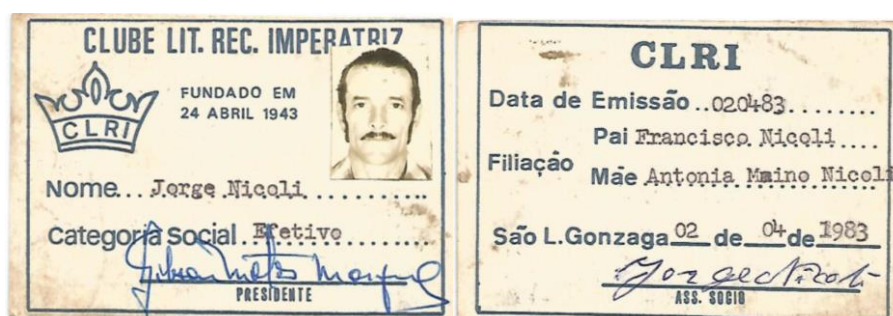


Fonte: Arquivo pessoal de Dias

Havia também organizações de festas e bailes em benefício a pessoas carentes, desde o início do clube, era uma forma de auxílio mútuo entre os negros, prática que se manteve mesmo após o clube tornar-se popular. Na Ata nº 33, de 20 de julho de 1983, (ANEXO I) a Diretoria do Clube destina a renda líquida de um baile ao Conselho Popular para auxílio na compra de remédio e leite aos fragilizados da cidade. Segundo Dias (2017) “faziam a doação de bastante coisa para as pessoas carentes, dos arredores do clube que naquela época era considerado bairro”.

O Clube oferecia carteira aos sócios, sendo possível frequentar os bailes e demais atrativos, apenas os que estivessem em dia com seus pagamentos. A carteira de sócio abaixo, pertencente a Jorge Nicoli, encontrou-se em meio aos documentos do clube, única que conseguiu-se resgatar. Nicoli pertenceu a diretoria do Clube no início dos anos 1980 como diretor de esporte e integrante do Conselho Fiscal.

Imagem 38 - Carteira de sócio - 1983



Fonte: Arquivos do Clube Imperatriz

Nos bailes, as músicas se diversificavam, recebendo bandas da cidade e região. São algumas delas: Conjunto da velha guarda de Francisco Becker, Os legais, Irmãos Silva, Irmãos Batista, Blue Star, Gaúcho Peixoto, Gaúcho Missioneiro, Os vibrantes, Conjunto os Pimentais e os Fronteristas, Cancioneiro dos Papas, os Mensageiros, entre outros.

Os bailes tradicionais realizados eram o Baile da Saudade, a Festa de aniversário do clube, Bailes de escolhas da rainha e princesas do clube ou do carnaval, dentre outras. No entanto, estes atrativos, com o tempo foram terminando e hoje realizam-se as festas com um DJ da cidade.

4.3. PRESIDENTES DO CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO IMPERATRIZ

Desde a sua fundação, em 1943, até a atualidade, foram vários presidentes que passaram pelo Clube, alguns permaneceram por anos em seus cargos. Objetiva-se listar aqui os nomes encontrados nas atas, para que a comunidade ao ter acesso a este escrito, possa auxiliar com maiores informações sobre estas pessoas.

Dentre eles, alguns foram encontrados, conversados com suas famílias, mas ainda podem haver outras memórias que possam ser registradas.

João Vasconeles, Manuel Alexandre de Oliveira, Timóteo da Silva Costa, Viriato Soares de Oliveira (sabe-se que ele participava também da Sociedade Espírita Baltazar de Bem, pois Cadore (2014)²⁴ ao escrever sobre esta instituição, expôs uma fotografia da diretoria, do início da década de 1960, onde ele está presente), Adão Marques, Adão Pinheiro Leal, Constantino Gomes de Oliveira, Otacilio da Silva, Jorge Vieira, Hugo Pires, Gibson de Matos Marques, Marcelino Santana Brum, Oscar Solano Brum Dias.

4.4 IMAGEM POSITIVADA: ESTATUTO DO CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO IMPERATRIZ

Conforme o Estatuto do Clube, registrado em 25 de abril de 1944, (ANEXO J) ele se destina à realização de danças, músicas, leituras, jogos lícitos e demais diversões.

No entanto, as festividades realizadas eram controladas, no que se refere à vestimenta e comportamento, pois havia normas de convivência, que eram cobradas de todas os integrantes. Segundo o Livro de Atas, ocorreram várias expulsões do quadro social por motivos variados, falta de pagamento das mensalidades, brigas durante o baile, bebedeiras e mau comportamento.

Conforme relato de Oliveira, no período de presidência do seu pai, se alguém chegasse armado, o porteiro chamava o Alexandre, o Adão, ou a pessoa que fosse de mais influência da diretoria que tivesse presente e disfarçadamente retiravam a arma de fogo ou branca, guardavam em um compartimento fechado e era devolvido apenas no final do baile.

²⁴ CADORE, Marli Antunes. **Espiritismo: um canal para a caridade em São Luiz Gonzaga**. Revista Presença. São Luiz Gonzaga: Gráfica A Notícia, 2014, p. 115-135.

O cuidado com o comportamento, com as danças muito próximas, era tarefa das mulheres chamar a atenção, principalmente Dona Noêmia que controlava na época que a família estava em SLG. A bebida se fosse exagerada, a pessoa era convidada a sair. Assim, não haviam brigas, as pessoas se respeitavam e tinham boa postura

Aparece frequentemente em atas a exclusão de sócios por falta de pagamento e expulsões ou afastamento por comportamento inadequado, como discussão entre senhoritas, desrespeito a senhoras, embriaguez, entre outros. Conforme o Estatuto do Clube Recreativo Imperatriz:

Artigo 11º. Serão eliminados: Parágrafo 1º: Os sócios que deixarem de pagar três meses de mensalidade; Parágrafo 2º: os que pedirem por escrito sua eliminação; Parágrafo 3º: Os que no recinto do Club desacatarem ou ofenderem qualquer sócio, família ou convidado; Parágrafo 4º: indenizar danos em utensílios do Club; Parágrafo 5º: Os que praticarem ações indecorosas que manchem a reputação; Parágrafo 6º: os que desviarem dinheiro da sociedade a si confiado ou se negarem. (25 de setembro de 1944).

Baseados neste artigo, a ata nº 04, de 09 de abril de 1959, expressa que: “foram desligados do quadro social da sociedade os sócios L.O. e O.S. por falta de pagamento, enquadrado no artigo 11, parágrafo primeiro do Estatuto da Sociedade”.

Na ata nº 10, de 09 de julho de 1969:

A reunião da diretoria resolveu dispensar das funções de tesoureiro o Senhor sócio A.R.F. e suspender por (60) sessenta dias o mesmo sócio por ter comparecido ao salão embriagado acompanhado de dois visitantes estranhos do Club e desacatar o diretor de mês e o primeiro secretário, no uso de suas funções de presidente visto a ausência do vice-presidente que está enfermo e o outro para a capital.

Ao que se refere às roupas e comportamento os entrevistados expressam que:

No começo teve, teve um estatuto, não podia entrar, claro, mal vestido não entrava, sujo não entrava de chinelo não entrava, principalmente quando tinha baile, chapéu na cabeça não podia entrar lá dentro (MARQUES, 2017).

Tudo controlado, era uma sociedade, mulher era bem vestida, minissaia não dançava, homem com o cabelo comprido não entrava, barbudo também não e rosto colado também não, se teimasse era chamado na diretoria. No começo aquilo ali era lindo... e tinha os jogo de bocha que eles faziam né tinha, dava baile no sábado e domingo tinha reunião dançante a tarde, as tarde tinha terminava as seis horas”. (BRUM, 2017)

Fizeram a proposta pra mim se eu queria ser presidente, fazer uma chapa daí eu fiz, apresentei, fui aceita, modifiquei bastante coisa assim que entrava todo mundo né do jeito que queria, ai fui modificando, digo não entrar de bermudinha, homem de bermuda, chinelo havaiana, essas coisas não né! e mudei um pouco e sou presidente até agora ali (DIAS, 2017)

Estas ações no Clube possuem o objetivo de manter uma identidade positivada, os padrões de comportamento de seus frequentadores e o respeito mútuo. Há ainda, vários outros acontecimentos no clube que foram punidos com suspensão de sócios e, não resolvendo, fez-se a expulsão, sem importar o tempo de participação ou cargo que desempenhava na diretoria.

Por outro lado, os entrevistados relatam, que em alguns períodos o clube passou por momentos perigosos, no que se refere à manutenção da ordem, sendo necessário atitudes firmes para recuperar o clube.

Começou a diminuir o pessoal os sócios e pega fase de muita bronca, chegavam aqui da Auxiliadora, chega gente, meu Deus, tu tinha que ta preparado, podia dá uma revolução era cada um facão deste tamanho e queriam entrar. Aí eu fui tomando a peito de novo. [...] começou a bagaceirada vim e aí tu tinha que enfrentar foi dando problema começar a falar hoje eu tu fala assim, o Imperatriz tá bom, é mas matam muita gente lá. É esse é o comentário, brigam demais. Mas o que que a gente vai fazer, na rua a polícia tu chamava vinha, e ai a gente tinha que tomar peito, eu, eu passei por momentos pesados aqui, mesmo, mesmo, mesmo. Ai começou as rugas as peleias, tinha gente ai que chegava queria entrar não tinha dinheiro pra pagar, como é que tu vai deixar, se todo mundo vai pagar, não eram sócio, como é que tu vai deixar. Tudo isso vai dando um comentário assim ó que, agora graças a Deus, essa aqui assumiu, (refere-se a presidente atual) ta melhorando, ta dando bailes ótimos, já está sendo comentado de novo, mas foi sofrido pra levantar ele é uma trajetória de história diversa. (NENÉ, 2018)

É anarquia mesmo virou agora daqui uns 20 anos para cá, até então era de fundamento. Eu tenho, eu tenho dois facão ali guardado que eu achei ali de faca de mesa, faca de mesa bastante eu tenho por ali, umas eu fiquei outras eu botei fora, e facão tem uns dois guardado no galpão que a gente achava deixaram tudo em cima do muro que brigaram brigavam vinha gente da Vila daquela Vila lá da Vila Trinta e da Vila Auxiliadora, uma vez deu uma briga aqui na frente de casa. Agora não, agora até que parou um pouco eu não vejo mais. (BUENO, 2018).

Um atrativo importante e que quer demonstrar a estética negra são os concursos de beleza, pois é uma forma de evidenciar a mulher negra como bela. O que se tentava provar era que a “raça” negra também podia ser bela e que os critérios de beleza, fundados apenas no modelo estético branco, não eram os únicos a serem seguidos (GILL; LONER, 2009, p. 161).

Assim, junto à negação desta imagem pré-estabelecida, dá-se a afirmação de uma identidade positiva, num meio em que se compartilham as mesmas noções, hábitos e regras. Neste sentido, são os estatutos que apresentam as normas, tipos de comportamentos e objetivam manter a conformidade com o projeto de positivação da imagem.

4.5 ANÁLISE DOS CÓDIGOS DE POSTURAS DE SÃO LUIZ GONZAGA: NORMATIZAÇÃO DO SOSSEGO PÚBLICO E DAS CONSTRUÇÕES DE CLUBES E ESPAÇOS DE LAZER.

Os Códigos de Posturas Municipais, foram criados com o objetivo de estabelecer as normas no espaço público, no que se refere ao barulho, circulação de pessoas, formas de construções e regulamentação de bailes, dancings e clubes. Assim, analisa-se trechos do Código de Posturas do município de São Luiz Gonzaga e suas reformulações ao longo dos anos. O primeiro é datado de 1897, mais tarde, em 1953 se estabelece novo Código de Posturas, reformula-se novamente em 1976 e recentemente em 2002.

Percebe-se que, ao contrário do Código de Posturas analisado por Oliveira (p. 36-37) o Código de São Luiz Gonzaga, não refere-se especificamente à população negra, mas em diversas passagens subentende-se que as regulações de comportamento são destinadas à classe pobre e/ou a etnia negra. Nele, se estabelece os padrões de higiene, comportamento, sossego público, regula os estabelecimentos recreativos e suas formas de construções.

O Código de Posturas de São Luiz Gonzaga, foi criado em 21 de dezembro de 1897, pelo Intendente Salvador Ayres Pinheiro Machado, 17 anos após a sua emancipação política. Nele, estão expressos apenas organizações de ruas, logradouros, construções, cercas e muros, além de definir as posturas de criação de animais na cidade. Nada se refere a como deve ser o comportamento dos moradores.

A Lei Municipal nº. 147, de 20 de maio de 1953, sancionada pelo Bacharel Mario Vieira Marques, Prefeito da cidade, estabeleceu no Livro XXVII, os seguintes artigos:

Art. 464: fica terminantemente proibida, na zona urbana do município, das 22 horas da noite às 6 horas da manhã o uso de apitos, sirenes, buzinas, tímpanos, matracas, trompas, cornetas, campainhas, autofalantes e

quaisquer outros instrumentos que perturbem o sossego público, incluindo-se a proibição de fogos de artifícios ruidosos, tiros e arrebentação de minas.

Parágrafo único: Excetuam-se da proibição deste código:

- a) Os tímpanos e sinetas dos veículos da assistência, corpo de bombeiros e polícia, quando em serviço;
- b) As buzinas e tímpanos dos automóveis, quando usados para evitar algum choque ou atropelamento;
- c) Os apitos das rondas e dos guardas policiais;
- d) Aos apelos de socorro.

Art. 466: Nas imediações de hospitais, sanatórios, manicômios, casas de saúde, não será admitido durante as noites, a realização de espetáculos ruidosos, retretas e batuques, nem uso de foguetes, tiros e quaisquer festejos semelhantes.

Neste período, já aparece grande controle do barulho produzido por qualquer forma que perturbe o sossego público. O último artigo, ao analisar e comparar as datas confere com o período em que o Clube Imperatriz localizava-se próximo ao hospital. Não havia nenhum outro espaço de lazer nas redondezas em que poderia ter músicas, barulho e agitações, senão o espaço do clube. Isto leva a crer que a doação de seu terreno na periferia da cidade decorreu de uma política higienista, de comportamento e que visava cumprir com as determinações deste código.

As novas ideias burguesas que visavam controlar, ou retirar do centro os negros, por ser considerado feia, pobre, perigosa são explícitas, buscando mostrar que os centros urbanos eram da classe rica, branca e de bons costumes. Isso demonstra-se pelo fato de o terreno doado ao clube, situar-se na época na periferia da cidade, próximo ao local conhecido como “Zona do Meretrício²⁵”.

A Lei nº. 960, de 07 de dezembro de 1976, que institui o Código de Obras do Município, criado pelo Engenheiro Agrônomo e Prefeito Alseu da Silva Braga, regulariza as sedes sociais e similares pelo artigo:

Art. 127: As edificações destinadas às sedes sociais, recreativas, desportivas, culturais e similares, além das disposições, do presente código que lhes forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. Serem construídas de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível, apenas nas esquadrias, lambris, parapeitos, pisos, forros e estrutura de cobertura.
2. Terem instalações sanitárias para uso de ambos os sexos, devidamente separados [...]

Parágrafo único: A critério do órgão competente poderá ser autorizada a construção de edificações de madeira, desde que destinadas a

²⁵ Neste local situavam-se várias casas de tolerância da cidade, era composto de algumas quadras. Mais tarde, por volta da década de 70 o espaço foi desapropriado e colocado mais para a periferia da cidade onde está até hoje.

sedes de pequenas associações, porém sempre de um único pavimento e em caráter provisório.

Novamente, percebe-se que as especificações afetam o Clube Imperatriz, edificado em madeira no ano de 1963, possuía esta estrutura, provavelmente com a autorização da municipalidade, mas o caráter provisório, perdurou para o clube até o final dos anos 1980, quando foi reformado e construído de alvenaria, após o incêndio.

É na reformulação do Código de Posturas de São Luiz Gonzaga, pela Lei nº 961, realizado em 06 de dezembro de 1976, pelo Engenheiro Agrônomo e Prefeito Alseu da Silva Braga que contém maiores restrições ao comportamento dos moradores da cidade, sendo que nos dancings e bailes públicos:

Art. 77: A instalação e funcionamento de dancings e bailes públicos dependem de prévia licença da Municipalidade.

Parágrafo único: não será permitida a localização desses estabelecimentos em edifícios residenciais, zona central e residencial.

Art. 78: Nos dancings e bailes é proibido:

- a) A existência de quartos para aluguel;
- b) Algazarra ou barulho que perturbe o sossego público;
- c) A entrada e permanência de menores de vinte e um (21) anos;

Pena: cancelamento do alvará ou multa.

Também no capítulo XXVIII: Da moralidade e do sossego público:

Art. 249: é proibido no Município de São Luiz Gonzaga, sob pena de multa, além das outras que forem cabíveis no caso:

- a) expor a venda gravuras, livros, revistas ou escritos obscenos;
- b) perturbar o sossego com ruídos ou sons excessivos e desnecessários;
- d) usar para qualquer fim, buzinas, clarins, tímpanos ou campainhas estridentes;
- f) fazer propagandas por meio de autofalantes bandas de música, fanfarras, tambores, cornetas ou outros meios barulhentos sem prévia licença da municipalidade;
- g) usar para fins de anúncio, qualquer meio que contenha expressões ou ditos injuriosos às autoridades ou á moralidade pública, às pessoas ou entidades, partidos políticos ou religiosos;

Art. 255: das vinte e duas (22) horas as seis (6) horas do dia seguinte, quer em locais públicos quer em particulares, não é permitido algazarras.

Parágrafo único: não se considera algazarra o ruído de festas familiares ou de bailes levados a efeito por sociedades organizadas.

Neste Código, há maiores especificações no que se refere ao comportamento e moralidade pública, sendo proibidas as algazarras e movimentações de músicas e festas, depois das dez horas da noite. Há também grande preocupação com a moralidade sexual, especificando que não pode haver quartos para aluguel nos

espaços dos clubes, venda de produtos obscenos e participação de menores de 21 anos nos dancings e bailes.

O Clube Imperatriz posicionou-se sempre como clube familiar, por isso, no que se refere á menores de idade sempre houve controle rigoroso. Em algumas festividades poderiam entrar, no entanto havia um livro em que eram registrados os nomes, idade e o responsável por trazer e cuidar da criança ou adolescente. (ANEXO K). Nas festividades de carnaval, havia uma autorização (ANEXO L) em que os pais deveriam assinar e indicar um responsável pelo menor.

Assim, embora os códigos de postura com frequência afetassem o espaço físico, a entrada de pessoas ou os bailes e festas, o Clube Imperatriz sempre se adaptou, fez melhorias, tinha cuidado com os jovens e manteve-se como um clube familiar, preocupando-se em conservar uma imagem positivada.

CONCLUSÃO

Conforme o exposto no primeiro capítulo, a trajetória negra no Brasil é composta por tráfico, venda de seres humanos como mercadoria, trabalho forçado, castigos físicos e nenhum reconhecimento. A abolição foi pensada apenas para aliviar as pressões inglesas e dos abolicionistas, legitimando um processo de interesses capitalistas, portanto irreversíveis.

Por tal motivo, não se pensou, em momento algum, a vida do negro egresso do cativo a partir da liberdade jurídica, quais caminhos tomaria e como sobreviveria. Não foram criadas políticas públicas que beneficiassem as populações menos favorecidas economicamente. Assim, o negro permaneceu nas fazendas ou foi para periferias urbanas, mas nas duas possibilidades, não tinha como subsistir e tornou-se marginalizado.

No Rio Grande do Sul, a mão-de-obra cativa foi de grande utilidade, sendo como peões de estância, companheiro de guerra e de trabalho. Assim, Bento (1976, p. 16) corrobora que:

O negro não foi imigrante nem colono. Mas foi peão de estância, foi domador, foi cavaleiro, foi soldado, foi revolucionário, foi braço anônimo que carregou pedra na construção ciclópica dos molhes de Rio Grande e braço que bateu pino, arduamente na construção das linhas férreas que cortaram o território do Continente. Foi mineiro à céu aberto e deu carvão para que a indústria nascesse no Sul. Foi mateiro, valente e destemido, que abriu os caminhos do Alto Uruguai. O negro deixou a sua marca em quase todas as etapas da descoberta e da consolidação da Província rio-grandense.

Evidencia assim, que a formação rio-grandense em todos os aspectos, sociais, culturais, econômicos e religiosos, obteve a mão-de-obra negra. Da mesma forma, o município de São Luiz Gonzaga recebeu esta influência possui raízes na cultura afro-brasileira.

Em vista disso, uma pequena parte do cenário histórico no município foi reconstruído. Seja na História do Clube Imperatriz, ou na trajetória das famílias que neste local se estabeleceram em diferentes períodos.

O “Quilombo das Luzias”, obteve até o momento, seu maior e mais detalhado registro, rememorada pelas próprias descendentes e demais atores desta história. Acredito que irá desmistificar a forma como a família é conhecida ou está presente no

imaginário social. O que se apresentou, são trajetórias de lutas pela sobrevivência, pela manutenção de sua imagem e família.

Sobre Maria Alexia, que teve sua alforria em 1872, mas continuou na casa de seus patrões, percebe-se que houve uma escravidão legitimada, embora não houvesse castigos, ou maus tratos, ainda oferecia sua mão-de-obra para a família. É outro ponto da história de São Luiz e região, que ainda não havia historiografia suficiente, mas que com os apontamentos aqui realizados, abre uma gama de possibilidades de novas pesquisas.

As demais famílias pesquisadas, apresentam histórias e trajetórias significativas para o crescimento e desenvolvimento de São Luiz Gonzaga, desde a sua chegada, a atualidade. Possibilitaram importante contribuição referente à educação, música, clubes, segurança, sendo temas de poemas, registros e memória da população local.

A Sociedade Literária e Recreativa Imperatriz atualmente, um clube multiétnico, cujo podemos dividir sua história em duas partes: Clube Negro, desde a data de sua fundação até meados da década de 1970; e Clube Popular a partir daí, o qual frequentaram e frequentam pessoas de diferentes etnias e classes sociais, proveniente principalmente dos bairros da cidade.

Percebeu-se um processo visível de higienização, pois as novas normas e regras urbanas atingiam o clube e o excluía do centro da cidade. Portanto, a população negra, manteve a busca por socialização e gerou novas estratégias de resistência e sobrevivência.

Desse modo, o clube funcionava basicamente, para garantir um espaço de acesso aos direitos, lazer e sociabilidade além de melhorias para a vida de seus frequentadores que pretendiam mostrar que, assim como os brancos, também podiam articular-se em clubes, erguer sedes próprias e fixar programações de atividades.

Um dos principais pontos de discussão, utilizando o questionário, verifica-se que ainda está atrelado ao pensamento da comunidade, apenas o passado jesuítico guarani, deixando implícito a chegada de afro-brasileiros na região. Da mesma forma, embora muitos saibam da importância dos povos africanos para a miscigenação brasileira e na formação cultural, econômica e social, há ainda os que relacionam o negro com a escravidão. Caminhos e estratégias de ensino precisam ser traçadas para mudar este pensamento arcaico e buscar conhecer, valorizar e principalmente respeitar a cultura negra.

O uso de distanciamento do negro e moreno também são elementos essenciais para discussão, a ponto de alguns entrevistados não quererem ser negros e sim morenos. São concepções e mudanças historiográficas que as pessoas em seu dia a dia não acompanham. Porém, deveriam ter orgulho de serem chamadas de negras.

Ao tentar localizar as famílias de origem negra da cidade, no início, pareceu tarefa difícil. No entanto, ao conversar com uma pessoa, já foram sendo comentadas sobre outras, integrantes do Clube Imperatriz ou não, sendo possível escrever sobre algumas delas, destacando suas origens e trajetória.

Neste sentido, teve extrema importância a história oral, pois o contato com as memórias e narrativas das pessoas que frequentaram e ainda frequentam o clube, a história das famílias, foi essencial, sem elas não se teria maiores informações e não poderia ter sido realizada esta pesquisa na sua íntegra. Conforme Thompson (1992, p. 44) “história oral é uma história construída em torno das pessoas. Ela lança vida dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”.

As possibilidades de pesquisa a partir desta dissertação, são diversas, pois há outros materiais coletados nas entrevistas orais, que melhor explicam e intensificam o estudo sobre os afro-brasileiros na região das Missões e de São Luiz Gonzaga, também várias outras indicações de entrevistas foram dadas, mas devido ao tempo e a quantidade de entrevistas já realizadas, não foi possível aprofundar.

Há ainda, várias fontes que podem ser aproveitadas, como os registros de batismo da Igreja, disponíveis na Arquidiocese de Uruguaiana, na qual o município pertencia, assim como pessoas ligadas a religiosidade e demais famílias existentes que não foram entrevistadas. O quartel possui em seus arquivos informações de militares negros que integraram-se em diferentes pelotões.

Há também o acervo do município, doado a pouco tempo para o Instituto Histórico e Geográfico, que estão sendo catalogados e serão uma fonte relevante para encontrar mais dados, pessoas e subsidiar novas pesquisas.

Atendendo a um dos objetivos da pesquisa, foi solicitado a inclusão do Clube Imperatriz no Cadastro Nacional de Clubes Negros, onde e-mails foram enviados para responsáveis por Campanhas de identificações de Clubes Negros²⁶, para o Clube

²⁶ Campanha de Identificação de Clubes Sociais Negros no Brasil. Disponível em <http://sambatracao.blogspot.com/2013/04/campanha-de-identificacao-de-clubes.html> Acessado em: 05 de fevereiro de 2019;

Palmares²⁷ que possui listagem de clubes de todo o Brasil e para Giane Vargas Escobar que trabalhou com projeto para cadastro de Clubes Negros do Rio Grande do Sul.

Articulando a pesquisa de mestrado com o trabalho em sala de aula, um dos motivos pelo qual passei a desenvolver esta pesquisa e buscar conhecimentos para aperfeiçoar minha prática docente, neste ano de 2018, realizei na Mostra de Trabalhos do Instituto Estadual Rui Barbosa de São Luiz Gonzaga, juntamente com outros colegas, uma sala temática da cultura afro-brasileira.

Neste espaço foram expostos e apresentados trabalhos variados como navio negreiro, quilombos, instrumentos de tortura, música, religiosidade, frases, personalidades, mulher negra, entre outros. (ANEXO M). Para 2019, já planejei realizar um trabalho sobre a cultura afro-brasileira local, onde os alunos farão pesquisas em diferentes espaços da cidade, onde haja estes remanescentes (pessoas, clube, capoeira, religião, palavras utilizadas, entre outros).

Enfim, os objetivos desta pesquisa foram atingidos e o registro historiográfico da trajetória, de parte dos afrodescendentes, documentados, além de oferecer maior visibilidade aos sujeitos, excluídos do processo histórico local e regional.

Finalizando, usa-se a fala de Fontella (2019), na qual exalta e reconhece a importância da cultura negra: “eu considero a raça negra no Brasil uma das mais importantes que nós temos, que é graças à força dessa raça é que a miscigenação do povo brasileiro se transformou nesse povo forte, povo viril, é justamente na garra do negro”. Façam-se as dele, minhas palavras de encerramento.

²⁷ Clubes Sociais Negros. Disponível em: <http://clubepalmares.blogspot.com/p/clubes-negros-brasil.html> Acessado em 05 de fevereiro de 2019;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRÉN, G. O tráfico de escravos e a escravidão na América Portuguesa. *In*: DANTAS, C. V. MATTOS, H.; ABREU, M. (org.) **O negro no Brasil: trajetória e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Pag. 13-22;

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989;

BENTO, C. M. **O negro e seus descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1976;

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004;

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2012;

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difel, 1962;

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015;

CRUZ, M. **Clubes Sociais Negros: memória e Esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço**. (Rio Grande, RS, 1969-1992). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas UFPEL, Pelotas, 2014;

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999;

DARONCO, L. J. **À Sombra da Cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul. Segundo os processos criminais. [1840-1888]**. Dissertação de Mestrado UPF - Passo Fundo, 2006;

DARONCO, L. J. DALMOLIN, C. **Marcas do passado: a escravidão e seu legado na sociedade contemporânea no noroeste do Rio Grande do Sul**. Fórum Internacional Integrado de Cidadania, Educação, Saúde e Meio Ambiente. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santo Ângelo/RS, 26 a 29 de abril de 2006 [não paginado];

DARONCO, L. J. RODRIGUES, M. O., STEFANELLO, B. A. **Pluralidade: afro-brasileiros no noroeste do Rio Grande do Sul**. Exposição itinerante. Projeto Conhecer para transformar, FIDENE, UNIJUÍ, MADP, 2015-2016;

DOMINGUES, P. **Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição**. Anos 90, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009;

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, vol. 12, núm. 23. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, julho de 2007, p. 100-122;

ESCOBAR, G. **Clubes sociais negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural. Santa Maria: UFSM, 2010;

ESCOBAR, G. MORAES, A. L. Clubes sociais negros: memória e ações para o reconhecimento como patrimônio cultural afro-brasileiro. *In*: PAIXÃO, C. F. LOBATO, A. O. C. (Org.). **Os clubes sociais negros no Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Editora da FURG, 2016 pág. 21-43;

ESCOBAR, G. Museu Treze de Maio: lugar de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. *In*: QUEVEDO, J. DUTRA, M. R. P. (Org.). **Nas trilhas da negritude**: consciência e afirmação. Porto Alegre Martins Livreiro, 2007, p. 99-114;

FLORES, M. **Contrabando de escravos**. Porto Alegre: Editora Pradense, 2013;

FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul**. 4. Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993;

FLORES, M. **Negros na Revolução Farroupilha**: traição de Porongos e a farsa de Ponche Verde. Porto Alegre: EST, 2004;

FONTELLA, L. G. **Sobre as ruínas dos Sete Povos**: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1858). Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 2013;

FONTTES, C. **Evolução Histórica do 4º Regimento de Cavalaria Blindado**. São Luiz Gonzaga-RS: Gráfica A Notícia, Projeto Pró-memória, 2001;

GILL, L.; LONER, B. A. **Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas**. Revista Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan/jun. 2009.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos de um clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)**. Dissertação de Mestrado, São Leopoldo: UNISINOS, 2008;

GRIGIO Ê. **“No alvoroço da festa não havia corrente de ferro que os prendesse nem chibata que intimidasse”** A comunidade negra e sua irmandade do Rosário (Santa Maria 1873-1942) Tese de doutorado, São Leopoldo: Unisinos, 2016;

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. XXXIV. Rio de Janeiro, 1959;

JESUS, N. R. D. **Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS**: a análise do processo de recrutamento para a direção das Associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005;

JESUS, G. M. **O futebol da Canela Preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre.** Anos 90, Porto Alegre, nº 11, julho de 1999;

JORNAL A NOTÍCIA. São Luiz Gonzaga, anos de 1943 a 1985;

LAYTANO, D. **História da República Rio-grandense.** Porto Alegre: Sulina, 1983;

LONER, B. A. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937.** Vol. 1 e 2. Porto Alegre: UFRGS, 1999;

LONER, B. A. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930.** Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPEL/Rede Unitrabalho, 2001.

LONER, B. A. **Negros: Organização e luta em Pelotas.** História em Revista. Pelotas, v.5, p. 7-27, 1999.

MACEDO, J. H. S. O negro e a ferrovia no interior do Rio Grande do Sul: A Sociedade Treze de Maio como fator de identidade da cultura negra em Santa Maria no início do século XX. *In:* QUEVEDO, J., DUTRA, M. R.Py. (Org.). **Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação.** Porto Alegre Martins Livreiro, 2007, p. 87 - 98;

MAESTRI FILHO, M. J. **O escravo no Rio Grande do Sul.** A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST, 1984;

MAESTRI FILHO, M. J. **Quilombos e quilombolas em terras gaúchas.** Porto Alegre: EST, 1979;

MAIA, T. A. **O patrimônio como expressão da nacionalidade: a função do Estado no setor cultural.** Políticas Culturais em Revista, 1(1), p. 88 -103, 2008. Disponível em: www.politicasculturaisemrevista.ufba.br. Acessado em: 08/03/2017;

NASCIMENTO, A. O. OLIVEIRA, M. I. A. (Org.) **Vultos e fatos da História de São Luz Gonzaga.** São Luiz Gonzaga: Instituto Histórico e Geográfico, A Notícia, 2013;

NASCIMENTO, A. O. SCHMITZ, A. I. A. **São Luiz: séculos XVII e XVIII.** Curso de História Local: São Luiz Gonzaga: Instituto Histórico e Geográfico, 2017, p. 13-40;

NEPOMUCENO, E. B., MENDONÇA, C. 1888: abolição e abolicionismos. *In:* DANTAS, C. V.; MATTOS, H.; ABREU, M. (org.) **O negro no Brasil: trajetória e lutas em dez aulas de história.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 73-84;

NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Anais do XXXI. Congresso Internacional dos Americanistas, realizado em São Paulo em Ago.1954 v.1;

NORA, P. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares.** Projeto História, n.º 10, dez. 1993. Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acessado em: 25/10/2016

OLIVEIRA, F. R. **Moreno rei dos astros a brilhar, querida união familiar: trajetória e memórias do clube negro fundado por Santa Maria, no pós-abolição.** Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2016;

PÉREZ, C. L. V. Patrimônio e Memória. *In: A cidade como espaço educativo.* Salto para o futuro. Ministério da Educação, ano XVIII, boletim 03, abril de 2008;

POLLAK, M. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos: Rio de Janeiro, V. 5, nº 10, 1992, pág. 200-212;

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente.** *In: Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP.* São Paulo, 1981;

RICOUER, P. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2007;

RODRIGUES, J. C. **O tabu do corpo.** Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986;

SANTOS, P. M.; **São Luiz – Sua história e sua gente – 1687 – 1987.** Editora Palotti, Série Missões, Volume V.

SANTOS, T. L. **“Nosso Clube” diferenciação e valorização da negritude castilhense na Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio.** Dissertação de Mestrado, Santa Maria: UFSM, 2016;

SILVA, F. O. **Além da sociabilidade: identidade e radicalização nos clubes sociais negros de Pelotas no Pós-abolição (primeira metade do século XX).** *In: PAIXÃO, C. F. L., Anderson O. C. (Org.). Os clubes sociais negros no Estado do Rio Grande do Sul.* Rio Grande: Editora da FURG, 2016, p. 45-64;

SILVA, F. O. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943).** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2011;

SILVA, J. **A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50.** Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 2. p. 215-235, 2003;

THOMPSON, Paul, **A Voz do Passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992;

TEDESCO, J. C. (org); **Usos de Memória (política, educação e identidade).** Universidade de Passo Fundo - UPF, 2002.

TOBIAS, J. M. **A viação férrea no município de São Luiz Gonzaga.** Revista Presença, ano 1 nº.1 São Luiz Gonzaga (novembro de 2006) p. 39-57.

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Unijuí, 1997;

WEBER, L. I. **O Museu Treze de Maio e o Movimento Negro em Santa Maria/RS**. Dissertação de Mestrado, Santa Maria: UFSM, 2014;

WEIMER, R.A. **Ser “moreno”, ser “negro”**: memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 409-428, julho-dezembro de 2013.

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

Atas do Clube Recreativo Imperatriz. 1969-2018;

Código de Posturas de São Luiz Gonzaga. Legislações Municipais de 1897, 1953, 1969, 1976;

Estatuto do Clube Recreativo Imperatriz. Registrado no livro das Sociedades Civas, nº 2, folhas 50/51/52/53 de 25 de setembro de 1944;

Leis Municipais – São Luiz Gonzaga.

ENTREVISTAS:

BRUM, Venceslina dos Santos. **Venceslina dos Santos Brum**. Depoimento (20 de junho de 2017). Entrevistadora: Marisete de Mattos Moraes, São Luiz Gonzaga, 2017;

BUENO, Neuza Maria Aquino. **Neuza Maria Aquino Bueno**. Depoimento (02 de outubro de 2018). Entrevistadora: Marisete de Mattos Moraes, São Luiz Gonzaga, 2018;

CARDOSO, Sandra Helena de Melo. **Sandra Helena de Melo Cardoso**. Depoimento (15 de janeiro de 2019). Entrevistadora: Marisete de Mattos Moraes, São Luiz Gonzaga, 2019;

CARVALHO, Tereza de Oliveira. **Tereza de Oliveira Carvalho**. Depoimento (29 de janeiro de 2019). Entrevistadora: Marisete de Mattos Moraes, Santo Antônio das Missões, 2019;

DIAS, Leda Jussara Brum. **Leda Jussara Brum Dias**. Depoimento (23 de maio de 2017). Entrevistadora: Marisete de Mattos Moraes, São Luiz Gonzaga, 2017;

FAGUNDES, Eva Moraes. **Eva Moraes Fagundes**. Depoimento (04 de outubro de 2018). Entrevistadora: Marisete de Mattos Moraes, São Luiz Gonzaga, 2018;

FONTELLA, Júlio César. **Júlio César Fontella dos Santos**. Depoimento (15 de janeiro de 2019). Entrevistadora: Marisete de Mattos Moraes, São Luiz Gonzaga, 2019;

GONÇALVES do Nascimento, Sueli. **Sueli Gonçalves do Nascimento**. Depoimento (11 de setembro de 2018). Entrevistadora: Marisete de Mattos Morais, São Luiz Gonzaga, 2018;

JOCEMAR, Gustavo de Oliveira. **Jocemar Gustavo de Oliveira**. Depoimento (29 de janeiro de 2019). Entrevistadora: Marisete de Mattos Morais, Santo Antônio das Missões, 2019;

LUIZ GONZAGA, Pedroso de Oliveira. **Luiz Gonzaga Pedroso de Oliveira**. Depoimento (21 de janeiro de 2019). Entrevistadora: Marisete de Mattos Morais, Santo Ângelo, 2019;

MARQUES, Gibson de Mattos. **Gibson de Mattos Marques**. Depoimento (27 de junho de 2017). Entrevistadora: Marisete de Mattos Morais, São Luiz Gonzaga, 2017;

NASCIMENTO, Anna Olívia do. **Anna Olívia do Nascimento**. Depoimento (31 de janeiro de 2019). Entrevistadora: Marisete de Mattos Morais, São Luiz Gonzaga, 2019;

NENÊ. **Marcelino Santana Brum**. Depoimento (04 de outubro de 2018). Entrevistadora: Marisete de Mattos Morais, São Luiz Gonzaga, 2018;

OLIVEIRA, Otacília Oliveira de. **Otacília Oliveira de Oliveira**. Depoimento (29 de janeiro de 2019). Entrevistadora: Marisete de Mattos Morais, Santo Antônio das Missões, 2019;

SGT.ROQUE. **Roque Fernandes Fortes**. Depoimento (02 de outubro de 2018). Entrevistadora: Marisete de Mattos Morais, São Luiz Gonzaga, 2018;

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO E CESSÃO DE DIREITOS
AUTORAIS DE DEPOIMENTO DE CARÁTER HISTÓRICO E DOCUMENTAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM-RS
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CCSH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
MESTRADO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE
DEPOIMENTO DE CARÁTER HISTÓRICO E DOCUMENTAL**

Eu _____, brasileiro (a), inscrito(a) no CPF sob nº. _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº. _____, pelo presente termo, autorizo de livre e espontânea vontade, em caráter gratuito, permanente e irrevogável que a pesquisadora **Marisete de Mattos Morais** utilize as informações por mim prestadas em depoimento, na sua dissertação do **Mestrado em História**, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM-RS, assim como em artigos e outras produções acadêmicas. A gravação será arquivada pelo prazo de 5 (cinco) anos.

() Autorizo citar meu nome nesta pesquisa.

() Não autorizo utilizar meu nome, podendo ser usado o pseudônimo _____
_____.

São Luiz Gonzaga, _____ de _____ de _____.

Assinatura do cedente

APENDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM-RS
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CCSH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
MESTRADO**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS

Eu _____, brasileiro (a), inscrito(a) no CPF sob nº. _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº. _____, Presidente da Sociedade Literária e Recreativa Imperatriz, fundada em 24 de abril de 1943, pelo presente termo, autorizo de livre e espontânea vontade, em caráter gratuito, permanente e irrevogável que a pesquisadora **Marisete de Mattos Moraes** utilize e reproduza os documentos desta instituição (Atas de Reuniões, Escrituras Públicas, Estatuto, Certidões, entre outros) na sua dissertação do **Mestrado em História**, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM-RS, assim como em artigos e outras produções acadêmicas.

São Luiz Gonzaga, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) presidente

APENDICE C – QUESTIONÁRIO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM-RS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
MESTRADO EM HISTÓRIA
ACADÊMICA: MARISETE DE MATTOS MORAIS
PROF. ORIENTADOR: DR. JULIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS**

Nome: _____

Idade: _____

Profissão: _____

1. Sobre a História de São Luiz Gonzaga, qual (is) das alternativas abaixo melhor a identifica?

- Passado jesuítico-guarani Trajetória de afrodescendentes
 Local de imigração Região desenvolvida pela proximidade de fronteira

2. Quantas famílias de negros, você conhece na cidade?

- nenhuma apenas 1 mais de 5 mais de 10

3. O que você entende quando usa-se a palavra “moreno” para chamar alguém?

- que ela tem pele clara e cabelos escuros
 que ela é negra ou mulata que ela é pobre que ela é parda

4. Quando fala-se em negros e africanos, que característica (s) lhe vem à cabeça?

- escravos escravizadores
 grupos étnicos de matriz africana com alto desenvolvimento econômico e social desde as primeiras civilizações
 grupo étnico que ajudou na formação, cultura, religião e possui amplo legado no Brasil.

5. Escreva o que você sabe sobre a presença da cultura negra em nossa cidade. Existem espaços de convivência, práticas religiosas e esportivas ou outras influências?

ANEXO A - CARTA DE ALFORRIA DE MARIA ALEIXA

O Alvará assignado da de ora em
 diante Liberdade a escrava Maria
~~Alexa que foy em nome de~~
 Triculada com o numero 85 na
 matricula geral do municipio
 em 20 de Maio de 1842 e cuja
 escrava Liberta sem mais ou
 obrigacões alguemas, e para que
 goze da mesma Liberdade fosse
 representada para que todos que
 duvidarem assim o considerem

São Paulo, 9 de Outubro de
 1842

João Luiz do Nascimento

ANEXO B - LEI Nº 410, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1961

11

Clube Literário
Recreativo Imperatriz

Lei nº: 410 Matriz

Autoriza a aquisição de
um imóvel.

João B. Loureiro, Prefeito Municipal de
São Luís Gonzaga: Faço saber que a Câmara mu-
nicipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artº 1º - O Prefeito autorizado a adquirir, por
escritura pública, a Edúina Adelinda Klein, pe-
la quantia de Crp. 120.000,00 (cento e vinte mil cru-
zeiros), um terreno sito nesta cidade, quadro n.º
366, rua Venâncio Pires, com 10 (dez) metros de
frente por 59 (cinquenta e nove) metros de frente a
fundo.

Artº 2º - O terreno adquirido pelo artº 1º, será doa-
do à Sociedade Imperatriz, sediada nesta cidade
para nele ser construída a sede da Sociedade,
dentro de dois anos a contar da data desta
Lei, findo os quais reverterá ao patrimônio do
Município, caso não lhe seja dada a finalidade
de constante desta Lei.

Artº 3º - A despesa constante da aquisição prevista
no artº 1º, será ocorrida com recursos a serem
indicados.

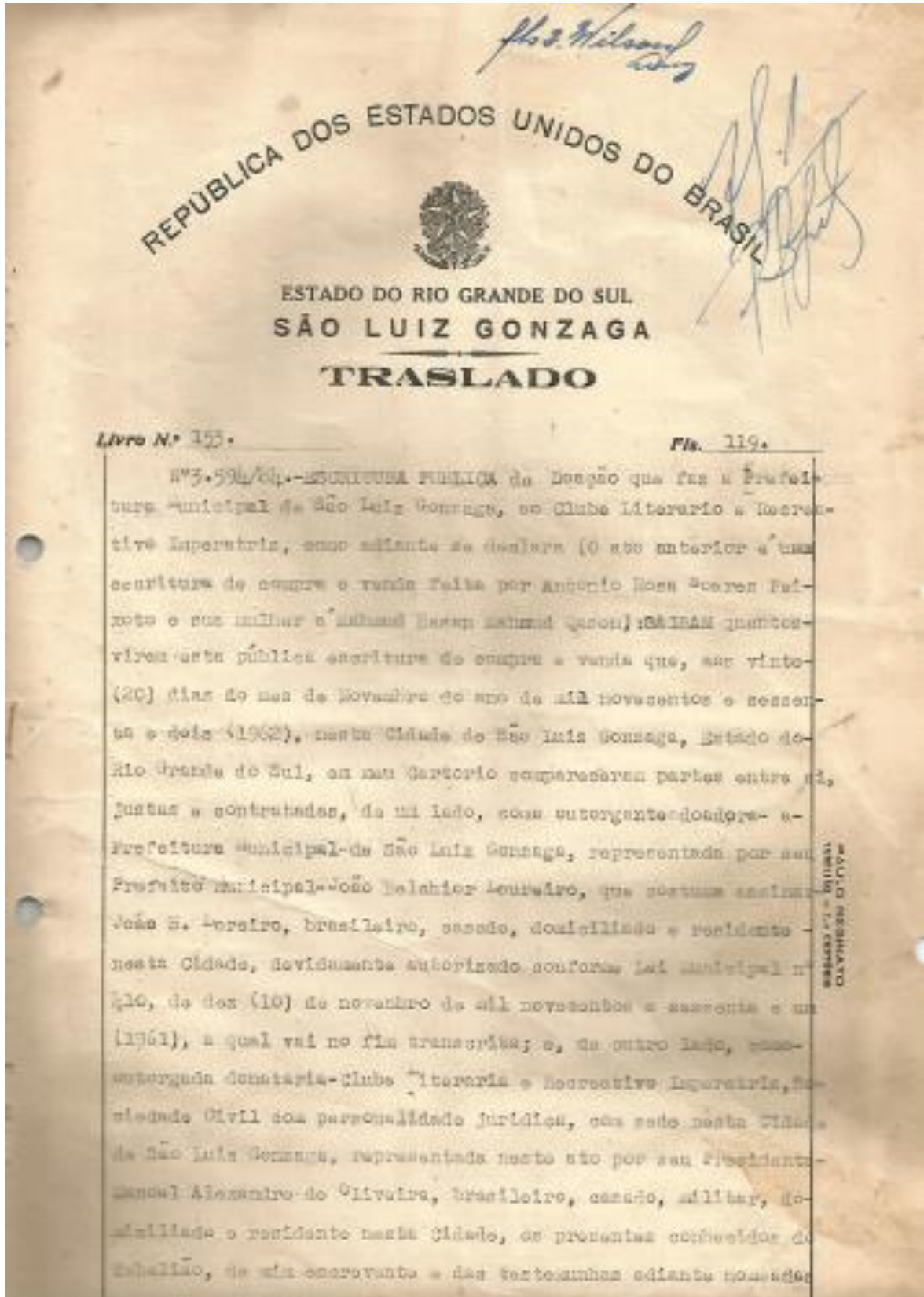
Artº 4º - A presente Lei, entrará em vigor na data
de sua publicação, revogadas as disposições em
contrário.

Saliente do Prefeito em São Luís Gonzaga, 10 de No-
vembro de 1961.


João B. Loureiro
Prefeito

Registre-se e publique-se.
José Augusto Albuquerque
Secretaria de Interm.

ANEXO C - PRIMEIRA PÁGINA DA ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO DO TERRENO




ANEXO D - CERTIDÃO DE REGITRO DE ENTIDADE CIVIL


 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

CERTIDÃO DE REGISTRO Nº 2933

O Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 1.º da Lei n.º 6361, de 27 de dezembro de 1971, certifica que, em data de 16.4.73, à folha 40, sob número de ordem 2933, no Livro 4-3 de "REGISTRO DE ENTIDADES CIVIS PARA HABILITAÇÃO AO RECEBIMENTO DE AUXÍLIOS DO ESTADO", foi inscrita e registrada a CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO IMPERATRIZ, com sede à rua Venâncio Aires, n.º 3178 em São Luiz Gonzaga - RS. Este registro foi requerido por seu(sua) Presidente, Sr.(a) Timoteo da Silva Costa, em processo sob número 1324 / 73, que fica nesta Secretaria, arquivado juntamente com os documentos que o instruíram. O referido é verdade e dou fé. Porto Alegre, 16 de abril de 1973.

Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social

 NELSON MARCHEZAN

SECRETARIA DO TRABALHO
 E AÇÃO SOCIAL
 AV. FARIA DE ALMEIDA, 101 - PAV. 1
 91.200-000 - PORTO ALEGRE, RS
73
1324
73
16

ANEXO E - CERTIDÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CERTIDÃO

CERTIFICO, EM RAZÃO DO MEU CARGO E PARA-
FINS DE DIREITO, DANDO CUMPRIMENTO AO DESPACHO DO SENHOR PRE-
FEITO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA, EXARADO NO PROCESSO-
Nº 2214/90 DESTA PREFEITURA QUE O SR. CLUBE LITERARIO IMPERATRIZ


.X.X.X.X.X.I.X.I.X.X.X.X.X.X.I.X.X. CONSTRUM EM TERRENO
DE sua propriedade, localizado na rua Venancio Aires, quadra
366, lote 20, medindo 11,00 X 54,00 metros, um prédio e al-
venaria com área de 101,20 M², sendo o pavimento térreo uma
área de 50,60 M², e o pavimento superior uma área de 50,60M²,
licenciado pelo processo nº 3157/84, em 26.11.84, e está em
condições de ser habitado definitivamente a partir desta da-
ta 02 de agosto de 1990.
* * * * *
* * * * *
* * * * *
* * * * *

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
E VIAÇÃO DE SÃO LUIZ GONZAGA - RS
EM 02 DE AGOSTO DE 1990.

PG. AUT. MEC. Nº 029 DE 02.08.90.


Eng.º Civil João V. Venquiaruti
Assessor Engenharia Civil
Cra: 31.595-D

ANEXO F - ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, EXPEDIDO PELA DELEGACIA DE POLÍCIA


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Registro - Vitória
Sociedade

SÉRIE B

CRH 6.150,00

Nº 061223 **B** 1.º VIA

Ref. 1.983


ALVARÁ

Delegacia de Polícia de: *SIGEMZAGO*

O Sr. *Clube Rec. Imperatriz* *08.4.83*
residente à rua *M/E*


pagou selo por verba, de acordo com a Lei do Selo em vigor.

DIA-BANRISUL
Conhecimento da Exatonia Local n.º _____ de _____/_____/_____

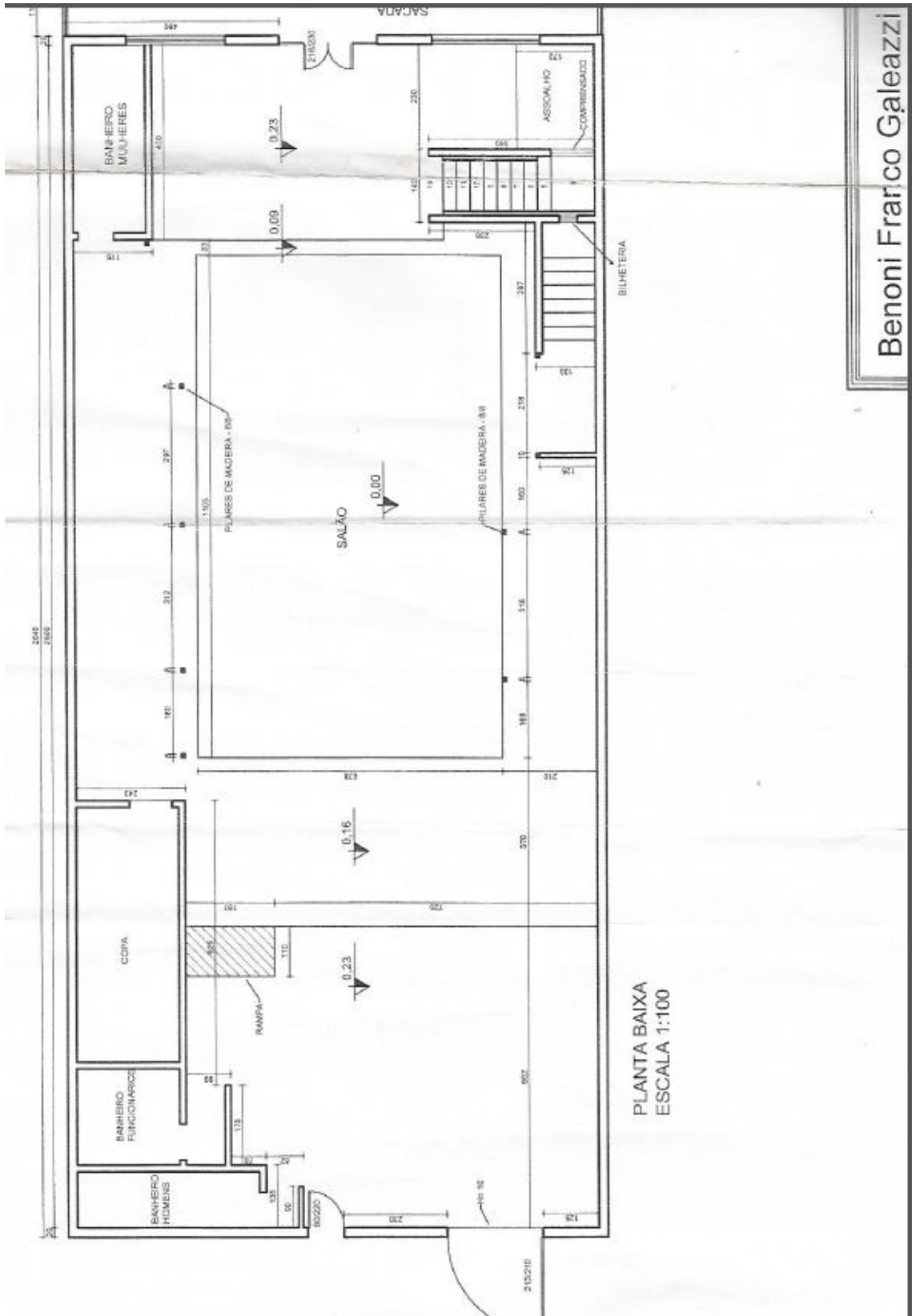

[Signature]
Delegado de Polícia

Cód. 3 . 5 - Mod. 16

ANEXO G - RECIBO DE ENTREGA DA ISENÇÃO DA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA.

	MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL		01	CARIMBO PADRONIZADO CGC
	RECIBO DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURIDICA			89702468/0001-31 CLUBE LITERARIO RECREATIVO IMPERATRIZ Rua Venâncio Aires, 3178 CEP 97.800 SÃO LUIZ GONZAGA - RS.
Nº DA REPARTIÇÃO 07050/888		Nº DE ARQUIVAMENTO		
DATA DE EMISSÃO 27 06 83		LOCAL DE EMISSÃO ANP - SÃO LUIZ GONZAGA		
02				
NOME DA INSTITUIÇÃO				
CLUBE LITERÁRIO RECREATIVO IMPERATRIZ				
03				
ENDEREÇO DA SEDE				
RUA VENANCIO AIRES Nº3178 -SÃO LUIZ GONZAGA-R.S.				
04		05		
DECLARAÇÃO		SITUAÇÕES ESPECIAIS (Assinale com um "X", se for o caso)		
EXERCÍCIO	PERÍODO DE	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19 83	de 04/08/19 82 a 31/12/19 82	INICIAL	RENOVAÇÃO	RETIFICAÇÃO
<p>A primeira via deste Recibo, devidamente autenticada por órgão da Secretaria da Receita Federal, servirá como DOCUMENTO HÁBIL de isenção do pagamento do imposto de Renda de pessoa jurídica, podendo para essa finalidade, inclusive, servir como comprovante dessa condição junto a terceiros.</p> <p>OBSERVAÇÃO: O cumprimento das condições previstas em lei e a apresentação da Declaração nos prazos fixados pela S.R.F. assegurará o gozo da isenção.</p>				
APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF N.º 071/80 AD-SRF/10 e SF N.º 012/81 Impressão: GLOBO Padronizado 1405-6) CGC: 92728033860-54 P. Alegre Imp. Brasileira CIEF 73-02				

ANEXO H - PLANTA BAIXA DO PRÉDIO – 2013



ANEXO I - ATA Nº 33, DE 20 DE JULHO DE 1983

ATA nº 33

Aos 20 dias do mês de julho de 1983

Reuniu-se em sua sede local a Diretoria do Clube Imperatriz a fim de tratar em caráter de Ponto-Clube do Assunto, de Reuniões Intercom. N.º Presidente Emi Malgoum. Da N.º G.º Malgoum Professora Edilene Prado 1º Secretaria. 2º Secretaria Vilas Torreses que os membros fizeram. Um: após o qual se que o Conselho ^{populoso} de 2º Assunto a Diretoria do Clube Imperatriz lembrando a necessidade dos pagamentos de São Luiz Gonzaga. Regalando destino a Renda líquida de 20 de julho de 23 de agosto aos pagadores de renda. que são entregues ao Conselho populoso de São Luiz Gonzaga que o Renda. N.º desta a empresa de Renda e lote. Nada mais tendo a tratar. Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião de dia 20.07.83 -

~~Emi Malgoum~~
 Emi Malgoum
 Vilas Torreses
 Edilene Prado
 Vilas Torreses
 Vilas Torreses

ANEXO J - ESTATUTO DO CLUBE, REGISTRADO EM 25 DE ABRIL DE 1944

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São Luís Gonzaga



Paulo Reginato - Tabelião do
1.º Cartório de Notas
e Oficial designado do Cartório
Especial e das Pessoas Jurídicas desta Comarca.....

CERTIDÃO.

CERTIFICADO, em razão do meu cargo, e por me ter sido pedido verbalmente por parte interessada que, revendo os Livros dêste Cartório, neles encontrei, no livro numero dois (2), das Sociedades Civas, sob numero de ordem cincoenta e um (51), feito em vinte e cinco (25) de setembro de mil novecentos e quarenta e quatro (1944), o REGISTRO dos Estatutos do CLUB LITERARIO RECREATIVO IMPERATRIZ, fundado em vinte e quatro (24) de abril de mil novecentos e quarenta e tres (1943), tendo assim, nos termos da Lei, personalidade jurídica, do que dou fé.

Eu, Paulo Reginato,
oficial, passei a presente, neste dia, subscrevo e assino em publico e raso.

Em testemunho da verdade.
São Luiz Gonzaga, 11 de Janeiro de 1971.
O Oficial Paulo Reginato

MARIA HULDA BREMM - Ajudante Substituta



República Federativa do Brasil

REGISTRO  CIVIL

Estado do Rio Grande do Sul

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São Luiz Gonzaga

CERTIDÃO

Registro Civil das Pessoas
Naturais e Especial
COMARCA DE S. L. GONZAGA - RS.
Gomercindo Vargas Anes
Oficial

Eu Gomercindo Vargas Anes, Oficial do Registro Civil e Escrivão da Provedoria da sede da Comarca de São Luiz Gonzaga - RS.

USANDO da faculdade que me confere a lei e, por me haver sido verbalmente pedido

CERTIFICO que revendo em cartório o livro

de Registro de Sociedades Cívis número dois (2), à folhas 51/52/53/50, sob número de ordem 51, neles verifiquei constar o registro do teor seguinte: " Nº 51. Mês: Setembro. Dia 25. Registro dos Estatutos do Club Literário Recreativo Imperatriz, a requerimento do Presidente Viriato Soares de Oliveira, que para isso foi publicado o extrato de seus Estatutos, no jornal do Estado, do dia vinte e tres de agosto de 1.944, a pagina 2312 pagina 13, sob nº 2312, que pelo mesmo presidente foi apresentado dois números iguaes, dos estatutos e dois jornal constando a publicação dos mesmos Estatutos, que foram protocolado sob nº 1164, às fls. 45, no livro A-3, hoje às 10 horas, para transcrição verbo ad verbum e sua conservação sendo os mesmos estatutos foram datilografados em oito folhas de papel liso, o qual tem o teor seguinte: Estatutos Club Literário, Recreativo Imperatriz da Sociedade

e seus fins. Artigo 1º. O Clube Imperatriz fundado em 24 (vinte e quatro de Abril de mil novecentos e quarenta e tres, é uma sociedade destinada a promover, toda a espécie de diversões uteis e instrutivas, como, jogos lícitos, musica, dansas, leituras e outras diversões. Artigo 2º- A admissão social e economica do

Club é confiada a uma Diretoria anualmente eleita em Assembléa- Geral e composta de um Presidente um Vice-presidente e um primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro, e um pri

ANEXO K - PARTE DO LIVRO EM QUE ERAM REGISTRADOS OS NOMES, IDADE E O RESPONSÁVEL DE MENOR DE IDADE

Baile do dia 02 02 1986			
Nome do Menor	Mom. Responsável	GRU Parentesco	Idade do menor
Edite Amorade S.	Climentino Martins de	Mãe	15 Anos
Sirlei G. de Rozza	Veneranda de S. BIRUM.	Potrac	15 Anos
Lourelino Polkinin	Cláudio Dias	Cunhado	15 Anos
Terezinha de Faria	Edite Tomaz Faria	Mãe	17 Anos
Dinair F. Moreira	Edico Ferreira	PRIMO	16 Anos
João de C. Castro	João de Deus Ferreira	Criado	15 Anos
Vilmar e Oliveira	Enrique João de Oliveira	Pai	15 Anos
ALCEMAR SANTOS	JOSÉ FERREIRAS	Primo	17 Anos
Baile do dia 08 02 1986			
João Roberto	Maric de los Medeiros	Pai	16 Anos
ROZE FORTALEZA	Eng. Rodaki	PRIMO	16 Anos
João Venício S.	Dilceu Machado	Tij	17 Anos
Luiz Carlos S. Ara	Antônio de Santa	Tij	17 Anos
Paulo Roberto			
Lourelino de Castro	João Picoa	Vizinho	15 Anos
Almeida Augusto A.	João Almeida	Tij	15 Anos
Almeida A. Santa	João Vieira	Cunhado	14 Anos
Carlos de Almeida	Riquel. Brites	Primo	17 Anos

ANEXO L - AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA DO MENOR DE IDADE

AUTORIZAÇÃO

CLUBE LITERÁRIO RECREATIVO IMPERATRIZ

Pela presente, nós.....
Nome dos responsável

....., residentes e domiciliados
 Nacionalidade Estado civil

....., Autorizamos.....
 Endereço Nome do menor

cô m anos, residente no endereço supra, a participar dos festejos programados para o Quadra Social adulto do Clube Literário Recreativo Imperatriz de São Luiz Gonzaga-R.S, nos dias....., e..... acompanhado por.....com.....anos.

São Luiz Gonzaga, de Fevereiro de 1996

Pai	Mãe	Acompanhante
CI RG nº	CI RG Nº	CI RG Nº

A PRESENTE AUTORIZAÇÃO FOI FIRMADA EM MINHA PRESENÇA NA DATA SUPRA

ANEXO M - FOTOS DA SALA DE CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO INSTITUTO ESTADUAL RUI BARBOSA²⁸



²⁸ Mais fotos disponíveis em:

https://www.facebook.com/profile.php?id=100007494008026&sk=photos&collection_token=100007494008026%3A2305272732%3A69&set=a.2065877537005360&type=3



